



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

JOSÉ AUGUSTO LACERDA FERNANDES

**“EU VOLTEI, AGORA PRA FICAR!”: um estudo sobre as estratégias empreendedoras
adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará**

Belém
2014

JOSÉ AUGUSTO LACERDA FERNANDES

“EU VOLTEI, AGORA PRA FICAR!”: um estudo sobre as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento Sociambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Fernandes, José Augusto Lacerda

“Eu voltei, agora pra ficar!”: um estudo sobre as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará / José Augusto Lacerda Fernandes ; Orientador, Luis Eduardo Aragón Vaca. _ 2014.

153 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

1. Migração. 2. Dekassegui – Estratégias empreendedoras. 3. Dekassegui – Migração – Pará. I. Aragón, Luis Eduardo, orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 325.1098115

JOSÉ AUGUSTO LACERDA FERNANDES

“EU VOLTEI, AGORA PRA FICAR!”: um estudo sobre as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento Sociambiental.

Belém (PA), 07 de março de 2014

Banca examinadora:

Professor Dr. Luis Eduardo Aragón
Orientador - NAEA/UFPA

Professor Dr. Silvio Figueiredo
Examinador interno - NAEA/UFPA

Professor Dr. Saint Clair Trindade
Examinador interno - NAEA/UFPA

Professor Dr. Mario Miguel Amin
Examinador externo - UNAMA

Professor Dr. Milton Cordeiro Farias Filho
Examinador externo - UNAMA

Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo.

José Saramago

AGRADECIMENTOS

Esta tese não representa somente a conclusão de mais uma pesquisa ou o término do doutorado; se é que se pode usar o termo “somente” quando se referencia um ou outro. De certo, simboliza uma etapa - extensa e importante -da minha vida, na qual se desenrolaram vivências fundamentais para minha formação enquanto pessoa. Diante disso, nada mais justo do que registrar aqui a minha gratidão a todos que contribuíram de algum modo nesse caminho. O meu “muito obrigado!”

Ao professor Luis Aragón, orientador deste trabalho, que nos presenteia não somente com ensinamentos propriamente falando, mas também demonstrando ser possível concatenar sabedoria com humildade, orientação com liberdade e seriedade com alegria.

À professora Elsa Lechner, que acompanhou de modo brilhante a realização do meu estágio doutoral, no Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra.

Aos professores e pesquisadores do NAEA e da Universidade de Coimbra, que abrilhantaram esse curso de doutorado, compartilhando inúmeros conhecimentos, dúvidas e reflexões ao longo dos últimos anos. Com destaque para: Marília Emmi, Edna Castro, Mário Amin, Fábio Carlos da Silva, Silvio Figueiredo, Índio Campos, Francisco Costa e Norbert Fenzl.

Aos contemporâneos de NAEA, com quem tive o prazer de cursar várias disciplinas e seminários. Em especial: Hisakhana Corbin e Marcel Hazeu, companheiros de estudos migratórios, cujos pensamentos me ajudaram a lapidar essa pesquisa. E aos colegas da turma de 2010: Adalberto, Naíla, Nicola, Milena e Soraya, dos quais sempre lembrarei com alegria.

Aos familiares que acompanharam esperançosos esse projeto: com destaque para Dona Lair Lacerda, minha avó, madrinha, amiga e fiel companheira, e para o melhor pai do mundo, José Augusto Nunes Fernandes, que, além do nome e de alguns bons gostos, emprestou-me também a vontade de ser alguém bacana nessa vida. Valeu paizão!

À minha linda namorada, Luana Faro, que foi fundamental para a concretização dessa tese, sempre me inspirando e me motivando com seus conselhos, sorrisos e incentivos. E também à sua grande família, que sempre me acolheu como um dos seus.

Aos amigos e amigas com quem tenho tecido, orgulhosamente, tantas histórias ao longo dos últimos anos: Eder, Alexandre, Maicy, Anna, Felipe, Fabiano, Carlos, Bruno, Black, Thiago, Emílio, Aldo, Armando, Parma, Fábio, Marcelo, Castor, Jorge e “cia Ltda”.

Ao casal querido, Anízio e Manu, pela amizade e pelos formidáveis momentos compartilhados em terras lusitanas.

Às gratas surpresas que Portugal me proporcionou: Rodrigo Cavalcante, Nicole Schio e Alexandre Moura. Assim como, aos eternos moradores da Rua Bernardim Ribeiro, 76: Edgar, Jéssica, Thamiris, Anderson, Aninha, Júlia, Bruna, Juliano, Carlos e Ikr; “êêêchochetes!!!”. Serei eternamente grato pelos momentos vividos em nosso querido convento.

À outra turma gente boa que a cidade do conhecimento me apresentou: André “Táxi Low Cost”, Filipe Sam, Pedrinho, Rienke, Big Andrew, Batata e cia Ltda... “é o que tem...”

Ao meu orientador de mestrado, cuja amizade e os ensinamentos sempre terão valor, prof. Fernando Dias Lopes, e aos amigos de PPGA e de vida, Fernando Emerenciano Viana, Élido Santiago, Alixandre Souza, Lênin Cavalcanti, Roosevelt e Isabela.

Ao NAEA, nomeadamente, aos caros Aldo e Daniela, que sempre me forneceram todo o suporte necessário, e ainda, à Simone, da reprografia, pelo atendimento sempre atencioso.

Ao Albano, pelas primorosas revisões que fez deste documento e dos artigos que publiquei no decorrer do doutorado.

Ao CES, em Portugal, que me acolheu como um doutorando da casa durante o período do estágio *sandwich*. Em especial, à Alexandra Pereira e aos extraordinários bibliotecários, Maria e Acácio; os melhores que já tive oportunidade de conhecer.

À CAPES, por ter apoiado o desenvolvimento desta pesquisa e o estágio no exterior.

E, por último, mas não menos importante, aos *dekasseguis* retornados que, generosamente, compartilharam suas vidas e suas experiências ao longo de aproximadamente dois anos de pesquisa de campo; aos gestores do SEBRAE, APANB e demais organizações consultadas, e ainda, aos professores e colegas com quem tive oportunidade de discutir minha tese e outras ideias ao longo dos últimos anos.

RESUMO

Consoante a importância da atividade empresarial para o desenrolar das migrações de retorno, sobretudo no que se refere a mitigação dos riscos e problemas tipicamente vivenciados pelos protagonistas de tais deslocamentos, esta tese objetivou compreender e explicar o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso eminentemente qualitativo, utilizando-se um conjunto amplo de dados, com destaque para as narrativas obtidas através de entrevistas semiestruturadas, procedidas não somente com indivíduos que criaram negócios após regressarem do Japão, mas também com gestores de organizações envolvidas com o movimento *dekassegui* em um sentido mais amplo. Os achados obtidos permitiram elaborar um modelo de análise bastante amplo e de caráter multiescalar, que promove um entendimento mais denso sobre as trajetórias migratórias e as iniciativas empresariais observadas, capaz de captar uma série de elementos que se confluem no processo de criação e desenvolvimento das estratégias em vista. Através dele, foi possível defender a tese que: as estratégias empresariais adotadas pelos *dekasseguis* retornados foram formadas por combinações entre oportunidades e restrições de caráter econômico, sociocultural e político/institucional existentes em cada etapa de seus trajetos migratórios, bem como, pelo contexto espacial e temporal em que suas escolhas e ações ocorreram. O que reforça, por sua vez, a necessidade de se utilizar abordagens sociológicas e métodos complementares no estudo desses fenômenos. Além, é claro, de proporcionar um conjunto de considerações e recomendações interessantes aos estudiosos do tema e os praticantes do campo: aspirantes a *dekasseguis*, *dekasseguis* retornados que já tenham iniciado seus próprios negócios, líderes de associações *nikkeys*, gestores de órgãos federais e estaduais, entre outros.

Palavras-chave: Estratégias Empreendedoras. Migração de Retorno. *Dekasseguis*.

ABSTRACT

Depending on the importance of business activity for the conduct of return migration, particularly with regard to mitigating the risks and problems typically experienced by the protagonists of such offsets, this thesis aimed to understand and explain the process of formation of entrepreneurial strategies adopted by these immigrants returned to the state of Pará. To this end, we developed an eminently qualitative case study, using a large data set, highlighting the narratives obtained through semi-structured interviews, proceeded not only with individuals who have created business after returning from Japan, but also with managers of organizations involved with the movement *dekasseguis* in a broader sense. The findings have resulted in a model of very wide analysis and multi-scale character, which promotes a deeper understanding of the migratory trajectories and observed business initiatives, able to capture a series of elements that come together in the design and development process strategies in view. Through it was possible to defend the thesis that: the business strategies adopted by these immigrants returned were formed by combinations of opportunities and constraints existing at each stage of their migratory paths economic, sociocultural and political/institutional character as well, and the spatial context time that her actions were. This reinforces, in turn, the need to use mixed methods and sociological approaches in the study of these phenomena. Besides, of course, providing an interesting set of considerations and recommendations to students of the subject and practitioners from the field, aspiring to be *dekasseguis*, *dekasseguis* returnees who have already started their own businesses, leaders *nikkey* associations, managers of federal and state agencies, among others.

Key Terms: Entrepreneurial Strategies. Return Migration. *Dekasseguis*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Evidências que fundamentaram a realização da pesquisa.....	26
Quadro 02 - As entrevistas realizadas segundo o grupo de sujeitos da pesquisa.....	61
Quadro 03 - Caracterização das estratégias empreendedoras mapeadas.....	69
Quadro 04 - Mudanças ocorridas nas estratégias segundo sua formulação.....	78
Quadro 05 - Dificuldades encontradas pelos <i>dekasseguis</i> abordados.....	80
Quadro 06 - Síntese da trajetória das estratégias empreendedoras mapeadas.....	82
Quadro 07 - Principais características sociodemográficas dos sujeitos abordados.....	98
Quadro 08 - Principais características das experiências migratórias.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Teses e dissertações sobre <i>dekasseguis</i> por áreas do conhecimento no Brasil.....	31
Tabela 02 - Teses e dissertações sobre <i>dekasseguis</i> por local de produção no Brasil.....	31
Tabela 03- Valores médios poupados no Japão pelos <i>dekasseguis</i> abordados.....	72
Tabela 04 - Gênero dos <i>dekasseguis</i> abordados.....	83
Tabela 05 - Idade dos <i>dekasseguis</i> abordados.....	83
Tabela 06 - Idade dos <i>dekasseguis</i> abordados, segundo o gênero.....	84
Tabela 07 - Nível de escolaridade dos <i>dekasseguis</i> abordados.....	84
Tabela 08 - Nível de escolaridade dos <i>dekasseguis</i> abordados, segundo o gênero.....	85
Tabela 09 - Nível de escolaridade dos <i>dekasseguis</i> abordados, segundo a idade.....	85
Tabela 10 - Estrutura familiar dos sujeitos abordados.....	86
Tabela 11 - Residência dos <i>dekasseguis</i> abordados antes de emigrar.....	89
Tabela 12 - Residência no Japão dos <i>dekasseguis</i> abordados.....	89
Tabela 13 - Tempo de permanência no Japão dos <i>dekasseguis</i> abordados.....	91
Tabela 14 - Atividades dos <i>dekasseguis</i> abordados antes da emigração.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Principais províncias do Japão com presença brasileira, 2009.....	51
Figura 02 - As entrevistas realizadas segundo o grupo de sujeitos da pesquisa.....	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABD – Associação Brasileira de *Dekasseguis*
- APANB – Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira
- CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CIATE – Centro de Informações e Apoio ao Trabalhador no Exterior
- CRM/PA – Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará
- EA/UFRGS – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- EUI – European University Institute
- FIEPA – Federação de Indústria e Comércio do Estado do Pará
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INBP – Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará
- IOM – International Organization for Migration
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- MAPAZ – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia
- MIREM – Migration International Return in Magrebh
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PA – Estado do Pará
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Global
- PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- UFPA – Universidade Federal do Pará
- UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A construção do objeto de pesquisa	13
1.2 Objetivos da pesquisa	24
1.3 Justificativas da pesquisa	25
1.4 A estruturação da tese	33
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	35
2.1 Debatendo migrações	35
2.2 A migração de retorno	42
2.3 O movimento <i>dekassegui</i>	47
2.3.1 Compreendendo os fluxos entre Brasil e Japão.....	47
2.3.2 A presença nipônica no estado do Pará.....	49
2.3.3 O movimento de brasileiros para o Japão.....	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 Características da pesquisa	54
3.2 Detalhando o problema	55
3.3 A estratégia de pesquisa	57
3.4 Os dados da pesquisa	59
3.5 Entraves e eliminações da pesquisa	63
4 ESTRATÉGIAS EMPREENDEDORAS DE <i>DEKASSEGUIS</i> RETORNADOS NO PARÁ	65
4.1 Mapeando as estratégias empreendedoras	65
4.2 Caracterizando as estratégias empreendedoras mapeadas	66
4.3 Conhecendo a trajetória das estratégias empreendedoras mapeadas	70
4.4 Conhecendo os protagonistas das estratégias empreendedoras mapeadas	83
4.5 Analisando a formação das estratégias empreendedoras mapeadas	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	114
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	134
ANEXOS	138

1 INTRODUÇÃO

Conforme denota o título, o desígnio desta secção é apresentar a pesquisa, expondo o tema e o problema abordados, os fins que guiam sua realização e as evidências que a incitam. Por pensar pesquisa como uma construção de nosso tempo, carregada de concepções e pressupostos que só são devidamente compreendidos quando situados historicamente (ÜSDIKEN; KIESER, 2004; VIZEU, 2010), inicia-se tal tarefa através de uma narrativa fluida e dinâmica do processo de construção do objeto investigado, recorrendo a primeira pessoa do singular para contar as motivações e escolhas presentes nesse caminhar; os “comos” e os “porquês” do estudo. Feito isso, revela-se o objetivo geral do estudo e os alvos de menor porte necessários à sua concretização; os ditos “objetivos específicos”. Na sequência, exhibe-se ainda um conjunto amplo de justificativas teóricas e empíricas que embasam o esforço empreendido. E, por último, descreve-se o modo como a tese está estruturada.

1.1 A construção do objeto de pesquisa

É sempre um momento difícil, o início. Há algumas ideias razoavelmente bem alinhadas, mas o ponto de partida emperra. Começar por onde, dizendo o quê? É sempre complicado, e desta vez, ao que parece, não será diferente. Eis um exemplo de um princípio pouco auspicioso, afinal, partir de confabulações a respeito dos problemas das linhas preliminares não suscita entusiasmo ou curiosidade pelo desenrolar do texto. E é preciso ter cuidado, pois é aqui que se ganha ou se perde o leitor. Faz-se necessário ser objetivo, ir direto ao ponto, causar expectativa e, se possível, um certo espanto (VECCHIO, 2005, p. 1).

Solidarizando-se com Vecchio (2005) e, de certo, com tantos outros pesquisadores que, embora não tenham divulgado tal angústia, seguramente a vivenciaram, registre-se novamente aqui: o início não é fácil. É hora de transparecer certeza, por mais que ainda hajam dilemas mal silenciados; é hora de convencer, sem sequer ter visto todas as peças do quebra-cabeça. E sem deslizes na argumentação! Caso contrário, pode-se perder o leitor... Mas, angústias à parte: que siga o trabalho! Afinal, como falara Saramago, depois do primeiro parágrafo, tudo há de ficar um pouco menos árduo.

a) O surgimento de uma ideia: estudar a migração de retorno

Até meados do ano 2009, minha trajetória acadêmica havia se circunscrito unicamente ao campo da Administração, no qual o conhecimento produzido tem claras funções políticas, econômicas e ideológicas. Um campo caracterizado, não à toa, pelo colonialismo científico anglo-saxão e pelas pretensas imposições de “modas universitárias”, frutificadas pela relação promíscua academia-mercado, a partir da qual saberes instrumentais são produzidos em troca de recursos (RODRIGUES; CARRIERI, 2001; ROSA, 2008; ROSA; ALVES, 2011).

Eis então, que no final do mesmo ano vivenciei uma experiência de grande aprendizado, que me levou a transpor os limites do *management* e do *business*: cursei como aluno especial a disciplina “População e Desenvolvimento”, ministrada pelos professores Luís Eduardo Aragón e Marília Emmi, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Um componente curricular de caráter optativo, que aborda diversas interfaces existentes entre dinâmica populacional (natalidade, mortalidade, migrações...) e desenvolvimento socioeconômico (educação, saúde, geração de renda etc.).

E foi justamente durante essa experiência que ocorreu a gênese deste projeto, mais precisamente, quando um debate pôs em pauta as migrações de retorno, fenômeno que, embora constitua uma rica linha de investigação (HAKKERT; MARTINE, 2006) e seja vital tanto para a compreensão dos fluxos populacionais como para avaliação dos custos/benefícios associados às migrações (GUBERT; NORDMAN, 2011), ainda permanece subexplorado na academia (ISHKANIAN, 2004; RALPH, 2009; BHATT; ROBERTS, 2012).

De acordo com Rocha-Trindade (1995), há uma diferença abissal entre o volume de estudos produzidos sobre o tema e aqueles dedicados às demais etapas do trajeto migratório: os movimentos de saída e entrada, respectivamente designados como emigração e imigração (ROCHA-TRINDADE, 1995). Fato este, bastante incongruente, pois, por mais que a contemporaneidade do fenômeno pese a favor de tal discrepância (HILY, 2003), sabe-se que a ideia de provisoriedade – e tão logo de retorno – é, desde sempre, uma das condições primárias do próprio conceito de “migrante”, como ensina Sayad (1998):

Na medida em que a presença do imigrante é uma presença estrangeira ou percebida como tal, as “ilusões” que a ela estão associadas e que até mesmo a constituem podem ser enunciadas assim: são, para começar, a ilusão de uma presença necessariamente provisória; e, se nos colocamos do ponto de vista da emigração, ilusão de uma ausência igualmente provisória (SAYAD, 1998, p. 15).

Além das inquietudes de cunho teórico e acadêmico, várias evidências empíricas latentes no período do referido debate fizeram com que o retorno migratório se constituísse um tema convidativo à pesquisa. Com as circunstâncias malfadadas da crise econômica desabrochada em 2008, abundavam notícias sobre o regresso de migrantes brasileiros para o país (COMUNIDADENEWS, 2008; MRE, 2009). Com destaque àqueles que residiam nos Estados Unidos da América (EUA), na Europa e no Japão, tradicionais redutos de brasileiros (PATARRA, 2005), cujos mercados de trabalho foram fortemente tensionados por tal evento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2009).

Adicionalmente, penso que o contexto por mim vivenciado naquele período também ajudou a germinar um projeto que incidisse sobre o retorno, pois havia acabado de regressar à minha terra natal, Belém (PA), depois de vivenciar uma experiência migratória de aproximadamente três anos entre as cidades de São Paulo (SP) e Natal (RN). Um fato que certamente tornou o tema mais palpável e aguçou o meu interesse pelo mesmo.

Não bastassem tais razões, outro aspecto que cativara o estudo do retorno foi a existência de um grupo de pesquisa aberto para tal dentro do NAEA. Grupo este, liderado pelo professor Luís Eduardo Aragón, tido como uma referência dos estudos populacionais da Pan-Amazônia (DERIVI, 2010) e autor de várias obras sobre o tema (ARAGÓN, 2005; 2007; 2009a; 2011). Desprovido desta oportunidade, talvez toda essa história redundasse apenas em mais uma intenção de pesquisa protelada.

Fato curioso - e que tão logo convêm narrar - é que, para empreender esforços neste projeto, tive que abdicar de uma ideia dada como certa naquele momento: emigrar novamente. Desta vez, para Porto Alegre (RS), aonde trabalharia no Núcleo de Educação a Distância na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS), a convite do Prof. Dr. Fernando Dias Lopes, por quem havia sido orientado no Mestrado em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e com quem tenho publicado nos últimos anos (FERNANDES; LOPES; BEZERRA-FILHO, 2007; FERNANDES; LOPES, 2008, FERNANDES; LOPES; VIANA, 2011). Uma proposta bastante atrativa, sobretudo por terem sido raras as possibilidades de colocação profissional em Belém depois do tempo “longe de casa”. Diante disso, pode-se dizer que foi o retorno, como objeto de estudo e pesquisa, que inibiu uma nova emigração e possibilitou a minha

permanência em Belém (PA), fazendo com que um mero retorno continuado se tornasse enfim em um retorno permanente¹.

b) A inserção econômica e produtiva como um problema de desenvolvimento

Por si só, a migração de retorno já constitui uma temática eminentemente rica e complexa, pois como destacam Siqueira, Assis e Dias (2010):

A dificuldade de reconhecer seu próprio lugar de origem e as pessoas que ficaram, as dificuldades de adaptação, a dor e a culpa da ausência, as mudanças temporais tanto dos que partiram como dos que ficaram, fazem do tão desejado retorno um processo demorado e carregado de sofrimento (SIQUEIRA; ASSIS; DIAS, 2010. p.77).

No entanto, após defini-la como eixo central da pesquisa, teve-se naturalmente que identificar uma problemática suscetível à investigação em tal campo. Ambicionando um trabalho significativo tanto no domínio teórico como no prático, como sugerem Castro (1977) e Eco (1989), fiz uma análise extensa na literatura acadêmica (artigos, livros, dissertações e teses) e midiática (jornais, revistas e sites) produzidas sobre o tema. E, por conseguinte, com base em tais leituras, realizei algumas “entrevistas de sondagem”² com migrantes - retornados e não retornados – acerca de suas experiências, dilemas, dificuldades e conquistas.

Através de tais iniciativas, estreitei o contato com vários problemas relacionados ao retorno migratório, chamando-me atenção, contudo, o fato de muitos deles estarem atrelados - ainda que indiretamente ou de modo difuso - com o processo de inserção econômica e produtiva dos retornados no mercado de trabalho local. Nada que surpreenda, quando se sabe que tais indivíduos, impossibilitados de voltar no tempo e alimentados por uma consciência nostálgica, costumam ter o trabalho como passaporte para a reinserção em suas sociedades de origem após o regresso (SAYAD, 2000).

Ciente da importância de tal processo para a dinâmica do retorno, isto é, convencido de que sua dinâmica poderia gerar uma série de problemas, tornou-se preocupante observar em muitos relatos e estudos que a inserção econômica e produtiva dos regressados ocorre várias vezes de modo frustrante. Em diversos casos, levando-os ao exercício de trabalhos

¹Toma-se como referência a classificação proposta por Siqueira (2007) para os tipos de retorno, dividindo os mesmos em: temporários, continuado, permanente e transmigrante; todos aprofundados no referencial teórico.

²Tais entrevistas tiveram um caráter informal segundo a classificação de Gil (1994) e foram executadas através de diferentes meios de comunicação, que não só o contato individual, com a utilização de um roteiro semiestruturado de questões, cujo roteiro está no Anexo I.

precários: atividades de caráter incerto, imprevisível, nas quais os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo (KALLEBERG, 2009). Isto, quando não levam ao desemprego, como aponta Siqueira (2006).

Após investigar relações entre empregabilidade e migração de retorno, Nunan e Fernandes (2006) apontaram que, embora os investimentos feitos durante a migração - seja em forma monetária ou via aperfeiçoamento profissional - levem a crer que o regresso proporcionará uma mobilidade social positiva, edificando um sentimento de “inserção ilusória”, o mercado de trabalho local nem sempre reconhece as experiências e conhecimentos adquiridos via migração como diferenciais, deixando os retornados à margem da economia.

Não obstante os impactos sentidos pelos próprios migrantes retornados especificamente, principais protagonistas de tal fenômeno, o retorno também tem sérias implicações para as localidades de retorno. Com destaque para o “desperdício de mão-de-obra e de força de trabalho humano” e para os danos causados ao bem estar econômico e à distribuição de renda das mesmas (PAVIANI, 2007, p.13). Afinal, serviços como saúde, educação e transporte, entre outros, que não eram demandados enquanto perdurava a migração, voltam a ser utilizados por esses sujeitos após o regresso, elevando os gastos públicos e gerando instantaneamente a necessidade de uma contrapartida: se não em forma de renda - de capital financeiro, nomeadamente -, pelo menos através do potencial produtivo desses indivíduos (ILAHÍ, 1998; DUSTMANN; KIRCHKAMP, 2002; MESNARD, 2004; ILO, 2010; PIRACHA; VANDEAN, 2009).

Potencial produtivo, que, cumpre notar, tende a crescer expressivamente com os deslocamentos, pois a migração costuma prover novas habilidades e conhecimentos aos migrantes (STERNBERG; MÜLLER, 2005; ILO, 2010), recursos capazes de “despertar vocações para pequenos e médios negócios, cujos impactos positivos, ainda que no âmbito informal ou como rota de fuga à pobreza, não devem ser desprezados”, como alertam Ramalho e Silveira Neto (2009, p.21).

Neste contexto, reconhecendo que o processo de inserção produtiva dos migrantes retornados é extremamente impactante tanto no nível individual como na esfera societal, constituindo-se doravante como um “problema de desenvolvimento”³, decidiu-se

³Embora se pense que, apesar das divergências existentes, as concepções de desenvolvimento são complementares e não excludentes, toma-se como base aqui um único conceito para o tema - o de Vasconcelos e Garcia (1998, p. 205) -, segundo o qual: “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da

abordá-lo com maior profundidade nesta pesquisa. *A priori*, procurando investigar a sua dinâmica em um determinado grupo de regressados, haja vista que as particularidades de cada fluxo convidam estudos mais focados e singulares (ITO, 2007).

b) O encontro com os dekasseguis

O primeiro passo dado para definir o grupo de retornados em análise foi escolher a localidade de retorno. Dada a demanda por conhecimento sobre as migrações recém ocorridas no estado do Pará (TOBIAS, 2003) e, obviamente, a necessidade de tornar o estudo mais exequível e de contribuir para o desenvolvimento local, estabeleci que esta unidade federativa seria o foco das minhas atenções. Assumindo, todavia, a possibilidade de contemplar - se necessário e viável fosse - outros estados da Amazônia Legal⁴.

Feito isso, procedeu-se uma tentativa inicial a partir de um corte eminentemente geográfico, a partir do qual seriam estudados apenas aqueles migrantes retornados de Portugal para o Pará. Uma proposta que, embora tenha alicerçado o projeto de pesquisa submetido e aprovado na seleção do doutorado, tornou-se inviável após alguns meses de andamento, levando a redirecionar o foco do estudo.

Primeiramente, por constatar-se que se tratava de um contingente muito pequeno. E, segundo, por observar que havia muitas disparidades em relação a diversas variáveis: atividade desempenhada antes de emigrar, causas da emigração, atividade desempenhada no país de destino, causas do retorno e atividade desempenhada após o retorno. Tudo, levando a crer que se achariam dados muito díspares, realizando um estudo muito amplo e vago, de baixa capacidade explicativa e, tão logo, pouco útil tanto à academia como à prática.

Abandonada a proposta pioneira, partiu-se então para uma segunda tentativa, na qual procedeu-se tanto um corte geográfico, como um corte laboral. Desta vez, seriam alvo do estudo os médicos que retornaram de São Paulo para o Pará nos anos recentes. Escolha esta, bastante inspirada no trabalho de Williams e Balaz (2008) - sobre o processo de transferência de conhecimentos entre médicos eslovacos que retornaram de migrações internacionais - e aparentemente viável. Primeiro, por haver nitidamente um movimento recorrente neste sentido e, segundo, pelo fato do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (CRM/PA) ter aceitado disponibilizar os dados referentes às transferências de registro.

economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

⁴A Amazônia Legal integra os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins e a parte oeste do Meridiano 44 do estado do Maranhão (BECKER, 1992).

Porém, após poucos meses de sondagem, depois de realizar algumas entrevistas informais com médicos, residentes, professores da área e propagandistas de laboratórios, tal recorte mostrou-se conflitante com a problemática abraçada. Sobretudo, pelo fato de tais profissionais ainda terem uma inserção produtiva bastante facilitada; certamente, decorrente da falta de médicos no Brasil e, mais especificamente, na região Norte (IPEA, 2012).

Somente após essas tentativas, que, apesar de não terem sido exitosas, contribuíram bastante para a lapidação do objeto de estudo, é que as leituras e entrevistas conduziram enfim ao grupo de migrantes pesquisado: os *dekasseguis*⁵. Tratam-se daqueles brasileiros que, sobretudo a partir da década de 1980, passaram a migrar para o Japão em busca de oportunidades de emprego e de melhores condições salariais, com o desejo de construir uma poupança para posteriormente retornar ao país (TSUDA, 2003; ROSSINI, 2004; ITO, 2007; SASAKI, 2010). Ainda que, para isso, tenham que desempenhar trabalhos não qualificados, nomeados pelos japoneses de “5ks”: pesados (*kitsui*), perigosos (*kiken*), sujos (*kitanai*), exigentes (*kibishii*) e indesejáveis (*kirai*); explica Kawamura (2003).

Além da grandeza quantitativa que o levara a ser, já há alguns anos, um dos três maiores fluxos migratórios do país (SOUZA, 2003; SEBRAE, 2004), o movimento *dekasseguitambém* é muito expressivos para o Pará em particular (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006). Embora não existam dados atualizados e precisos sobre o contingente real de indivíduos, estima-se que aproximadamente 40% dos descendentes de japoneses - de primeira, segunda e terceira geração - residentes no estado já migraram para o Japão em busca de oportunidades de trabalho e melhores rendimentos financeiros. O que não causa surpresa, já que se trata de um fenômeno comum em todas as colônias nipônicas espalhadas pelo Brasil, entre as quais a estabelecida no Pará, que é a terceira maior (INBP, 2006).

Ademais, os mesmos revelaram-se como potenciais sujeitos da pesquisa por retornar com frequência aos seus locais de origem e por quase sempre encontrarem uma série de dificuldades para se inserirem produtivamente em tais espaços (SASAKI, 1998; FIRMEZA, 2007; KANASIRO, 2011), conforme se explana adiante.

⁵O termo *dekassegui* é formado pelas palavras japonesas *deru* (sair) e *kasegui* (ganhar dinheiro), podendo ser utilizado, portanto, para designar qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, em outra região. Antigamente, era muito utilizado para designar os trabalhadores do Norte e Nordeste do país que, impossibilitados de trabalhar na agricultura durante o inverno, migravam para regiões mais desenvolvidas como estratégia de sobrevivência. Hoje, contudo, a sua utilização é mais difundida ao redor do mundo, aplicando-se geralmente para rotular os descendentes de japoneses - em muitos casos, oriundos do Brasil, do Peru e de outros países latino-americanos - que vão trabalhar no Japão, empregando-se em atividades renegadas pelos japoneses natos (SASAKI, 2010).

Segundo levantamento que buscou mapear os estados da Federação de origem da comunidade brasileira no Japão (COSTA, 2007), o Pará é o quarto maior emissor de *dekasseguis* do país, atrás somente do Mato Grosso do Sul (MS), do Paraná (PR) e, obviamente, de São Paulo (SP), onde reside a maioria absoluta daqueles que se autodenominaram “amarelos” no último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Além disso, pelos dados obtidos pela própria pesquisa em questão, soube-se pela proprietária de uma agência de recrutamento e seleção especializada em *dekasseguis*, que:

O Pará manda gente pro Japão há pelo menos uns vinte e poucos anos. Na época das vacas gordas, só a gente aqui chegava a fazer de sete a dez seleções por ano, enviava 20, 30 pessoas em cada uma. Ia gente de Castanhal, Santa Izabel, Tauá, Tomé-Açu [...] Tudo pra Sony, Suriemu, Toyota e pra muitas empresas do ramo alimentício também (GEP - 02).

Não à toa, o Pará foi um dos poucos redutos do Programa *Dekassegui* Empreendedor, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com o intuito de capacitar os migrantes retornados do Japão a empreenderem negócios próprios, ajudando-os a utilizar os recursos poupados em suas experiências migratórias de modo mais eficiente (SEBRAE, 2004). Uma iniciativa valiosa, dados os aspectos positivos possivelmente advindos com as iniciativas empresariais dos *dekasseguis*, que, infelizmente, passados poucos anos de sua implantação, teve sua realização encerrada.

No que diz respeito ao regresso à terra natal, ele sempre foi bastante praticado pelos *dekasseguis*. Tanto que, durante muito tempo, uma das principais características deste movimento foi o seu caráter eminentemente temporário (SASAKI, 1996; KAWAMURA, 2003; DEBIAGGI, 2008). Contudo, a partir de 2008, com os desdobramentos imputados pela crise econômica internacional, o volume de retornados elevou-se subitamente, atingindo números nunca vistos, demonstram dados do último censo.

Para muitos trabalhadores, o regresso revelou-se não mais como uma mera possibilidade ou como um sonho distante, mas sim como a única alternativa factível. Sobretudo para aqueles que perderam o emprego nesse período, haja vista que os postos de trabalho costumam assegurar, além da receita financeira, parte da moradia e da alimentação desses sujeitos. Tanto é, que, segundo dados divulgados na Conferência “Brasileiros pelo mundo”, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), pouco após a eclosão da crise (MRE, 2009), o número de brasileiros no Japão - que já atingiu 317.000, em 2007,

segundo a Associação Brasileira de *Dekasseguis* (ABD) - caiu de 280.000 para 220.000, entre 2008 e 2009, o equivalente a mais 20% do total de *nikkeis*⁶ em apenas dois anos.

Convém assinalar, contudo, que, neste caso, uma parcela significativa dos *dekasseguis* retornou graças à ajuda do próprio governo japonês, que em meados de 2009 lançou um programa de incentivo ao retorno, a partir do qual se ofertavam 300.000 ienes por adulto e 200.000 ienes por dependente que deixasse o país; desde que os mesmos não regressassem ao mesmo dentro do período de três anos, como detalha o relatório *The Global Economic Crisis and Migration*, da International Organization for Migration (IOM) (GHOSH, 2010). Uma “medida desesperada” (SIQUEIRA, 2009, p. 1), que perdurou até meados de 2012, afrontando a soberania e os direitos humanos dos trabalhadores migrantes (REIS, 2004).

Em consonância com interesses de pesquisa, muitos dos problemas postos aos *dekasseguis* retornados brotam justamente do processo de inserção econômica e produtiva em suas próprias regiões de origem. Historicamente frustrante, ele tem sido responsável pelo baixo índice de fixação desses indivíduos e, tão logo, o “grande” vetor de novas migrações para o Japão, um movimento de idas e vindas que para alguns parece não ter fim (HIRANO, 2005; BELTRÃO; SUGAHARA, 2006; NAKAMOTO, 2011; MARQUES, 2011).

Conhecido como *huttle migration* apenas como “migração repetitiva” (UENO, 2008; KOJIMA, 2009), este fenômeno costuma ter consequências díspares, mas quase sempre implica em algum tipo de dano aos sujeitos que o protagonizam. Destacadamente, para a educação dos filhos de tais indivíduos (MAGALHÃES, 1996; SASAKI, 1998; OLIVEIRA, 1998; NAKAGAWA, 2005; INUZUKA, 2007; GINDE, 2009; TONGU, 2010).

Se, voluntariamente, levados pelas próprias aspirações individuais, os *dekasseguis* têm tido dificuldades de se satisfazerem profissionalmente (QUINTO, 2009), inquietou pensar, portanto, “o quão nebuloso deve estar sendo este movimento de retorno mais recente?”. De caráter repentino e motivado por fatores externos, ele tende a embaraçar ainda mais a inserção produtiva destes indivíduos, inviabilizando os sonhos que geraram os seus deslocamentos. Um retorno tão árduo que pode ser pior que uma nova migração, diria Gordimer (1994)⁷.

Neste cenário, entendendo que qualquer iniciativa empreendida no sentido de melhorar as condições de vida destes sujeitos acaba por demandar - como condição *sine qua*

⁶*Nikkei* é um termo da língua japonesa derivado de *nikkeijin*, que tem múltiplos significados, mas que normalmente é utilizado para designar os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão e os próprios japoneses que vivem regularmente no exterior; podendo incluir ainda os filhos de casamentos mistos (DEBIAGGI, 2008, p.1).

⁷Refere-se mais especificamente a *The lying days* (Os dias de mentira), romance inaugural de Nadine Gordimer, escritor sul-africano, no qual é descrito o retorno dos exilados políticos que emigraram da África do Sul em virtude do *apartheid* (GORDIMER, 1994).

non - um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de inserção econômica e produtiva dos mesmos, esboçou-se uma questão de pesquisa em torno da seguinte dúvida: “como tem ocorrido o processo de inserção econômica e produtiva dos *dekasseguis* retornados ao estado do Pará?”

Assim, atendia-se enfim o desejo de focar a problemática da inserção econômica e produtiva vivenciada pelos migrantes retornados, atentando especificamente para um grupo de indivíduos significativo, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos no estado do Pará; definido previamente como localidade de retorno em análise. No entanto, poucas reflexões foram suficientes para notar que a construção de um objeto estruturado e coerente necessitaria de uma interrogação ainda mais específica. Uma pergunta de partida clara, exequível e pertinente que atuasse como o primeiro fio condutor da pesquisa; como reclamam Quivy e Campenhoudt (1998). Pois, embora os *dekasseguis* retornados possuam elementos que os caracterizam como um grupo distinto, as particularidades existentes em cada história poderiam fecundar um projeto exageradamente exploratório, incapaz de orientar ações práticas. Isto é: era o projeto outra vez “em construção”; com contornos mais delineados, mas ainda na busca de uma questão de pesquisa.

c) Enfim, a interrogação desejada

Ao passo que as leituras foram aprofundadas e o contato com os sujeitos foi estreitado, emergiram paulatinamente dúvidas mais específicas sobre a inserção produtiva dos *dekasseguis* retornados no estado do Pará, a respeito: das relações existentes entre a atividade desempenhada e a mobilidade social desses indivíduos; dos impactos que o modo de inserção poderia ter nos indicadores socioeconômicos dos municípios onde os mesmos se estabeleceram e; da importância das redes sociais na obtenção de melhores colocações no mercado de trabalho, dentre outras. Porém, todas demasiadamente amplas e, por conseguinte, renegadas enquanto questão de pesquisa.

Sem arrefecer, contudo, delineou-se um caminho para achar a interrogação desejada. Foi ele: voltar à questão inicial, mas abordar um grupo de *dekasseguis* retornados que compartilhasse determinadas características em comum; um grupo mais homogêneo, pode-se assim dizer. Algo alinhado com os meus anseios, já que nunca vislumbrara a realização de uma pesquisa censitária, que contemplasse todos os *dekasseguis* retornados do Pará.

Após cogitar um novo corte geográfico, a partir do qual seriam investigados somente os *dekasseguis* de um único município do estado - como Tomé-Açu, que é o grande ícone da

colônia nipônica no Pará, por exemplo -, uma segmentação por gênero e até mesmo uma escolha baseada no grau de descendência de tais indivíduos, chegou-se finalmente até os sujeitos selecionados: os *dekasseguis* que conseguiram se fixar no Pará através da criação do seu próprio negócio; aqueles que adotaram estratégias empreendedoras.

Tal escolha se alinhou com a vontade de realizar um estudo cujos resultados viessem a contribuir para a realidade dos *dekasseguis* retornados em um sentido mais amplo, afinal, sabe-se que, embora o desejo de abrir um negócio próprio seja comumente o principal motivador do retorno (ITO, 2007; FIRMEZA, 2007; POSSATO, 2008; NAKAHATA, 2009), ainda são raros os casos de sucesso⁸; e não por falta de dinheiro.

mesmo com dinheiro, muitos *dekasseguis* têm dificuldade em abrir seu próprio negócio e de se adaptar às características do mercado brasileiro. Com o tempo acabam falindo e perdendo todo o dinheiro investido. Essas dificuldades de readaptação têm sido responsáveis por esse movimento migratório de idas e vindas e, apesar do desejo de permanecerem no Brasil, acabam tendo que retornar ao Japão (OKAMOTO, 2007, p.86).

Assim, a pesquisa prometeu elucidar “que fatores condicionaram o êxito dos *dekasseguis* que concretizaram seus projetos de retorno através de um negócio próprio?”, tanto no que tangea suas características individuais, como no que diz respeito aos aspectos do ambiente que os influenciaram. E, paralelamente, mostrar “como se dá o processo de conceber, criar, operacionalizar e gerenciar o próprio negócio” no caso de tais indivíduos. Questões essas, cuja resposta - demandada já há algum tempo - não agradava mais esperar, sobretudo quando se tomava nota de vários casos de migrantes retornados que, através de tais estratégias, vinham contribuindo para a geração de emprego, renda e, tão logo, para o desenvolvimento socioeconômico de suas localidades (DÉ MURGER; XU, 2011; MARCHETTA, 2012).

Não que se tenha mirado o fornecimento de “fórmulas de sucesso”, cabíveis a qualquer *dekassegui* retornado que intente abrir o seu empreendimento, pois a singularidade de cada trajetória tornaria errôneo – ou até leviano – trabalhar em prol disso. Tentou-se, sim, promover conhecimento e uma reflexão fundamentada – sobretudo por parte das organizações interessadas em tal problemática – acerca de alguns aspectos pouco explorados. Tudo, para que sujeitos como os abordados tenham mais chances de vencer as barreiras impostas a todos os “cidadãos comuns” – os não migrantes, no caso – e mais aquelas que os

⁸Sem adentrar em debates mais calorosos sobre a ambiguidade deste termo, procura-se apenas pensá-lo de modo mais amplo, não somente atrelado a aspectos materiais e externos, mas, sobretudo a questões subjetivas e individuais, tal como sugere o recente trabalho de Ituassu e Tonelli (2011).

afligem em particular: o desconhecimento do mercado local, desatualização, estranhamento com as práticas organizacionais características da região etc. (HIRANO, 2005).

Assim sendo, a pesquisa enfocou não somente a identificação das estratégias de inserção econômicas exitosas – pois assim adquiriria um caráter meramente objetivo e consultivo –, mas também, e com maior vigor, o entendimento e a explicação do processo através do qual as mesmas foram edificadas. E isto, sempre pautado na premissa de que as estratégias empresariais, como qualquer prática organizacional, estão “imersas”⁹ em um contexto econômico, sociocultural, político-institucional e histórico (GRANOVETTER, 1985). O que fez com que o estudo promettesse valiosas contribuições para os debates realizados no campo da Administração, sobretudo aqueles centrados nas abordagens sociológicas da estratégia.

Em síntese, a questão norteadora da pesquisa foi:

a) Como tem ocorrido o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará?

De acordo com esta interrogação, delineou-se o objetivo geral da pesquisa e, por conseguinte, alguns objetivos específicos necessários à sua concretização.

1.2 Objetivos da pesquisa

a) Objetivo geral

Compreender e explicar o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará.

b) Objetivos específicos

1) Mapear estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará.

⁹Originalmente cunhado por Karl Polanyi, mas difundido largamente por Granovetter (1985), *embeddedness* vem sendo traduzido para a língua portuguesa de várias formas: “enraizamento”, “imbricamento”, “entranhamento” e, com maior frequência, como “imersão”. Em todos os casos, contudo, tem servido à uma mesma ideia: de que as relações mercantis e sociais se interpenetram e se reforçam mutuamente, pois “*o comportamento e as instituições a serem analisadas encontram-se de tal forma condicionadas por relações sociais, que concebê-los como independentes é um erro sério*” (GRANOVETTER, 1985. p.481).

2) Caracterizar as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados de acordo com o porte/tempo de existência/estrutura organizacional/segmento de atuação/mercado atendido.

3) Conhecer as estratégias mapeadas de acordo com: as razões de sua adoção, os recursos necessários ao seu desenvolvimento, as mudanças ocorridas no seu desenrolar, as dificuldades encontradas em sua operacionalização e os resultados obtidos pelas mesmas.

4) Caracterizar os *dekasseguis* retornados que adotaram tais estratégias de acordo com as suas peculiaridades sociodemográficas e com suas experiências migratórias.

5) Analisar como as características individuais (relacionadas aos *dekasseguis* retornados e as suas experiências migratórias) e os condicionantes ambientais (econômicos, socioculturais, políticos e institucionais) influenciaram o processo de formação das estratégias empreendedoras mapeadas.

Esclarecido o caminho trilhado para construir o objeto de pesquisa e os propósitos da mesma, expõe-se adiante algumas evidências “teóricas” e “empíricas” que justificaram o seu desenvolvimento, tanto no que tange a promoção de novos conhecimentos como a realização de intervenções voltadas para os sujeitos abordados.

1.3 Justificativas da pesquisa

Compartilhando do pensamento de Kurt Lewin, para quem, “nada mais prático do que uma boa teoria” (LEWIN, 1965), decidiu-se apresentar as justificativas da pesquisa através de uma exposição mesclada, que combina evidências de cunho “teórico”, mapeadas em livros e pesquisas acadêmico-científicas, com aquelas rotuladas pelo seu caráter “empírico”, descortinadas pela “grande” mídia de um modo mais amplo. Afinal, teorizar também é uma práxis, como lembram Karl Popper (POPPER, 1997) e Pedro Lincoln (MATTOS, 2011).

Dada a pluralidade e até mesmo a quantidade de justificativas elencadas, procurou-se, contudo, organizar tal apresentação, primeiramente, sintetizando todos os argumentos pontuados de acordo com os aspectos que constituem a problemática abordada, conforme se pode avistar no Quadro 01. E, depois, seguindo a mesma ordem, discutindo rapidamente cada um deles, tópico a tópico.

Quadro 01 - Evidências que fundamentaram a realização da pesquisa

Constituintes da problemática abordada	Evidências
Migrações	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de estudos sobre os movimentos migratórios recém ocorridos na Amazônia e, mais especificamente, no Pará; • Necessidade de gerenciar os deslocamentos populacionais, incluindo-os nas estratégias de desenvolvimento das localidades envolvidas; • Existência - e tendência - de fluxos diferenciados e intensos na região ao longo dos últimos anos, sobretudo no estado do Pará;
Migração de retorno	<ul style="list-style-type: none"> • Importância do retorno como elemento constitutivo do próprio migrante e como elemento explicativo dos fluxos; • Contingente de migrantes retornados ao Brasil nos últimos anos e contexto no qual o retorno vem ocorrendo;
O retorno dos <i>dekasseguis</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Recorrência do retorno entre os <i>dekasseguis</i>; • Problemas vividos após o retorno pelos <i>dekasseguis</i>; • Ausência de estudos sobre a problemática do trabalho entre os <i>dekasseguis</i> e sobre este movimento no Pará;
Estratégias empreendedoras adotadas pelos <i>dekasseguis</i> retornados em Belém/PA	<ul style="list-style-type: none"> • Abordar o fenômeno estratégia em micro e pequenos empreendimentos, na visão de quem o pratica e a partir de uma abordagem contextualizada; • Alto volume de fechamentos e falências entre as empresas constituídas pelo <i>dekasseguis</i>.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

a) As migrações

O estudo das migrações e de suas relações com o desenvolvimento adquiriu grande importância com a aceleração do processo de globalização em curso, mas não tem ainda o lugar que merece na reflexão científica, sobretudo em níveis regional e local (GONÇALVES, 2009). Por isso, essa tese abraçou as migrações como seu “grande” tema, ajudando a elucidar questões importantes sobre alguns movimentos populacionais ocorridos recentemente na Região Amazônica e, mais especificamente, no estado do Pará, *locus* das investigações. Algo providencial, haja vista que “apesar da importância que a migração internacional alcançou na mídia e na academia no mundo inteiro, existem somente uns poucos estudos esparsos sobre a migração internacional na Amazônia”, como adverte Aragón (2011, p.73).

Desta forma, parece plausível dizer que, mesmo abordando uma etapa específica do trajeto migratório - o retorno - e um fluxo particular de migrantes - os *dekasseguis* -, a pesquisa prometeu contribuir não somente para o estreitamento da lacuna existente na

literatura acadêmico-científica, como para a gestão das migrações na região. O que é urgente para que estes deslocamentos deixem de ser tratados como um mero problema econômico ou social e passem a ser incluídos nas estratégias de desenvolvimento dos países de origem e de destino, vistos não mais como fenômeno a reprimir e controlar, mas cujos benefícios sejam otimizados, conforme recomenda o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD no seu Relatório “Ultrapassar barreiras” (PNUD, 2009).

Isto tudo, convém notar, em um momento bastante convidativo para tal empreitada, pois seguindo uma tendência mundial¹⁰, os estados da Região Amazônica têm sido palco de fluxos cada vez mais diferenciados ao longo dos últimos anos; distintos daqueles que por tanto tempo lhe foram característicos, e os quais se precisa conhecer melhor (ARAGÓN, 2009b). Ainda mais quando se trata do Pará especificamente, que, além destas mudanças, tem registrado uma elevação nos fluxos. Segundo as análises de Oliveira, Ervatti e O’neill (2011, p.9), o estado “apresenta os maiores volumes de imigrantes e emigrantes da região Norte no último decênio”. O que, a propósito, tende a aumentar, com os índices de crescimento econômico e os projetos de infraestrutura registrados no estado (GOMES; ANDRADE, 2011).

b) A migração de retorno

Conforme assinalado anteriormente, o foco deste trabalho repousa sobre uma etapa do trajeto migratório em especial, o retorno. Logo, não surpreende notar que outras tantas justificativas de tal empreitada tenham uma relação íntima com este tema. A começar pela importância - já pontuada - da migração de retorno como elemento constitutivo dos próprios conceitos de emigrante/imigrante¹¹ e pelo seu papel no entendimento dos fluxos migratórios. Ciente de que o retorno, a um só tempo, fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento, e ainda desempenha uma função estrutural na topologia desses sistemas,

¹⁰De acordo com Oliveira e Oliveira (2011, p. 9), o fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos.

¹¹Sempre latente na essência dos mesmos, o retorno é - como fala Sayad (2000, p. 11) - “o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego”. Tanto que muitos deles já partem pensando na volta, pontua o autor.

dinamizando as migrações (FAZITO, 2010), vislumbra-se instantaneamente a urgência de estudos que atenuem os *gaps* existentes na literatura e ajudem a compreendê-lo de modo mais robusto (SIQUEIRA, 2006). Tal como esta tese faz.

Não à toa, procurou-se construir um recorte da pesquisa direcionado para tal, abordando com maior vigor as interfaces percebidas entre retorno migratório e desenvolvimento socioeconômico. Algo bastante profícuo, tendo em vista que, embora o retorno produza comumente benefícios como transferência de conhecimentos, tecnologia e ferramentas gerenciais, entre outros, se conhece muito pouco sobre os seus determinantes e impactos (COLLIER; PIRACHA; RANDAZZO, 2011; MAHUTEAU; TANI, 2011). Sobretudo quando se tem como parâmetro a ampla literatura existente sobre *remessas x bem-estar social* (GUBERT; NORDMAN, 2011); por mais contraditórias que as remessas possam ser em muitos casos¹².

Da empiria, pode-se assim dizer, também brotaram outras evidências que fizeram do retorno um tema convidativo, com destaque para a própria intensidade com a qual este fenômeno vem ocorrendo no Brasil ultimamente. Com base nos últimos censos demográficos realizados no país, Garcia e Soares (2005) apontam que a proporção de retornados internacionais da população de imigrantes decenais do ano 2000 mostra-se superior à observada em 1991, subindo de 60% para 73%, o equivalente a aproximadamente 203 mil indivíduos no período. Número este que tende a crescer ainda mais, dado o aumento do estoque de brasileiros no exterior na última década, como falam os autores, e também pelo fato do cenário econômico do país ser relativamente mais positivo que o internacional.

Fora a questão da intensidade, que produz fluxos cada vez mais diferenciados geográfica e temporalmente, existe outra questão crucial para se estudar o tema: o contexto no qual o mesmo vem ocorrendo. Motivado na maioria dos casos pela recessão econômica que rapidamente se transformou em uma crise do emprego e fez com que milhares de migrantes perdessem os seus postos de trabalho, este retorno tende a ser bastante problemático, pois:

O retorno precipitado, conduzidos por pressões políticas ou interesses sectários, pode muito bem ser contraproducente para os próprios países que receberão os migrantes e, tão logo, para a recuperação econômica global. Pois a migração de retorno funciona bem e é geralmente mais sustentável quando é voluntária e, sobretudo, quando apoiada por um planejamento e assistida por ambas as extremidades (GHOSH, 2010).

¹²Vários estudos têm demonstrado que as remessas são por vezes muito contraditórias, ao passo que criam uma relação de dependência do capital internacional e acabam por não impulsionar um modelo de desenvolvimento próprio (UZAGALIEVA; MENEZES, 2009).

E, segundo, por ser nítido que, mesmo com gradativas diminuições nas taxas de desemprego aberto¹³, o Brasil ainda necessita:

de taxas elevadas e sustentadas de crescimento da economia que incorporem a população predominantemente jovem, de investimentos robustos de médio e longo prazo voltados para o desenvolvimento de toda a infraestrutura requerida (habitação, saneamento, transporte, energia, telecomunicações, escolas, hospitais, portos, entre outros) e da ampliação e universalização das políticas de educação, saúde e assistência social para concretizar uma estratégia de desenvolvimento (SOUZA, 2010, p.297).

Neste sentido, presume-se que os formuladores de políticas públicas e a sociedade civil de um modo geral terão que delinear medidas capazes de tornar este retorno menos traumático, tanto no que se refere aos impactos sentidos no âmbito individual como aqueles produzidos na esfera societal. Caso contrário, será difícil apontar quem mais sofrerá, se os migrantes ou as próprias cidades que os receberão. Sobretudo quando se fala de Amazônia, onde geralmente “os serviços oferecidos não estão de acordo nem com as demandas da população já residente” (DERIVI, 2010, p.84). Vindo a calhar conhecimentos sobre o tema.

c) O retorno dos *dekasseguis*

Comumente, as pesquisas debruçadas sobre os *dekasseguis* justificam a sua existência na grandeza e na expressividade deste movimento, ilustrada não só pelos dados oficiais relativos ao deslocamento de pessoas entre o Brasil e o Japão, como pela própria quantidade de estudos sobre o tema e pelas iniciativas do governo federal direcionadas a estes trabalhadores migrantes, tal como o novo acordo previdenciário¹⁴ recém-implementado em março de 2012, por exemplo (NIPPOBRASIL, 2012).

É curioso notar, contudo, que de todas as iniciativas contabilizadas, tão poucas tenham abordado nomeadamente uma das principais características deste movimento: o regresso à terra natal. Após fazer um levantamento de toda a produção cadastrada na Plataforma Lattes, com intuito de mapear o estado da arte no Brasil e elaborar um dos capítulos da tese,

¹³ Segundo Moretto e Pochmann (2008), as mudanças procedidas na política cambial em 1999 e outras medidas levaram o Brasil a obter níveis médios mais elevados no âmbito econômico, promovendo uma retomada do emprego formal a partir de 2004. O que é confirmado pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): só entre 2004 e 2008, o saldo médio anual entre admissões e desligamentos foi de aproximadamente 1,4 milhões de empregos, valor superior ao dobro da média registrada quatro anos antes, que era de 650.000.

¹⁴ De acordo com Ueno (2008, p. 33), não são raros os casos onde os *dekasseguis* afirmam que a readaptação no Brasil foi mais árdua do que a adaptação na sociedade nipônica.

constatou-se que apenas 9 (nove) entre os quase 200 (duzentos) trabalhos registrados versaram sobre o retorno dos *dekasseguis*.

Logo, acredita-se que esta pesquisa é de grande valia para clarificar diversas questões relacionadas com o retorno destes trabalhadores. Um fenômeno que vem se intensificando nos últimos anos em virtude da crise econômica internacional e que é eminentemente problemático¹⁵: marcado pela incerteza, pela insegurança e por idas e vindas repetitivas entre Brasil e Japão. Às vezes, após poucos meses em território brasileiro, asseguram diversos estudos (KISHIMOTO, 2008; KOJIMA, 2009; SUGUIURA, 2009; NAKAMOTO, 2011).

Segundo Sasaki (1998):

Muitas vezes, a estadia no Japão é entendida como temporária – não só pelos japoneses, mas pelos próprios *dekasseguis* – sempre tendo um retorno ao Brasil previsto nos planos. Mas, quando os *dekasseguis* voltam, o Brasil não está exatamente como haviam imaginado enquanto suavam no Japão. É como se tivessem congelado a imagem do Brasil na hora de partir para o Japão e depois a idealizassem e a mitificassem. E chegando aqui, mais uma vez a realidade nem sempre corresponde a expectativa do *dekassegui* (SASAKI, 1998, p. 590).

Além disso, é válido notar que a pesquisa em questão contemplou uma problemática central para os *dekasseguis* retornados: o processo de inserção produtiva dos mesmos em suas localidades de origem. Algo extremamente importante (HIGUCHI, 2005), haja vista que poucos trabalhos desenvolvidos nesse campo abordaram com maior vigor as temáticas do mercado de trabalho e da gestão empresarial. Dos 41 trabalhos existentes sobre o movimento *dekassegui* no Banco de Teses e Dissertação da CAPES, por exemplo, dos quais 12 são teses de doutorado e 29 são dissertações de mestrado, apenas 2 podem ser assim enquadrados. Ambos produzidos no campo da Administração, como mostra a Tabela 01, na qual se hierarquizaram as áreas do conhecimento de acordo com a quantidade de pesquisas realizadas.

¹⁵Tal acordo pode ser acessado em http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_110318-142609-572.pdf e foi motivado principalmente pela necessidade de diminuir as dificuldades que os trabalhadores brasileiros residentes no Japão - alguns há cerca de 20 anos, à guisa de se aposentar - vivenciavam no momento de obter os benefícios que lhe são de direito. Sobretudo no que toca à obtenção do tempo mínimo de contribuição necessária em apenas um país.

Tabela 01 - Teses e dissertações sobre *dekasseguis* por áreas do conhecimento no Brasil até 2012

Área do conhecimento	Quantidade
Psicologia	9
Geografia	9
Sociologia	7
Educação	3
Administração	2
Serviço Social	2
Ciências Sociais	2
Comunicação	1
Demografia	1
História	1
Saúde Pública	1
Ciências Estatísticas	1
Direito	1
Letras	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma Lattes (2012)

De tal levantamento, originou-se também outra forte evidência que pauta o estudo: mesmo com uma colônia nipo-brasileira reconhecida e restrita geograficamente, apontada como a terceira maior do país em volume (TSUDA, 2003), não existe nenhuma dissertação ou tese sobre o movimento no estado do Pará, como retrata a Tabela 02, na qual se ordenaram os 41 trabalhos existentes sobre o tema, segundo as unidades federativas onde foram produzidos.

Tabela 02 - Teses e dissertações sobre *osdekasseguis* por local de produção no Brasil até 2012

Unidade federativa	Quantidade
São Paulo	35
Brasília	3
Rio de Janeiro	2
Paraná	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma Lattes (2012)

Desta constatação, emergiu não somente o caráter inédito do projeto, um dos pré-requisitos básicos de uma tese (ECO, 1989), como talvez uma de suas maiores contribuições para o enriquecimento dos debates travados em torno do tema, pois o entendimento da dinâmica desse movimento no Pará poderia viabilizar comparações com os *dekasseguis* de outras regiões. Algo providencial, visto que as assimetrias existentes entre os mercados de trabalho da região Sul-Sudeste e aqueles localizados à margem do centro econômico do

Brasil¹⁶ - reveladas com frequência pelos próprios comunicados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012) – poderiam promover uma heterogeneidade significativa tanto no processo de formação das estratégias empreendedoras por eles adotadas. Isto, sem falar nas diferenças de cunho grupal¹⁷, relativas aos próprios *dekasseguisse* não ao ambiente.

Não obstante os avanços possivelmente propiciados no âmbito acadêmico, convém notar que inúmeras ações “práticas” também poderão ser delineadas com base nos frutos deste estudo. Assim, clarificar os aspectos que determinaram o êxito de um grupo de *dekasseguis* retornados é condição *sine qua non* para o planejamento de ações voltadas às demandas deste volumoso grupo de indivíduos; como comenta um dos entrevistados pela pesquisa: *é quase impossível um nissei aqui do Pará não conhecer ninguém (parente, amigo, amigo de amigo) que nunca tenha ido trabalhar no Japão pelo menos uma vez* (DRE-01).

Ações estas que cabem aparentemente ao estado, uma vez que políticas públicas ainda são tão necessárias em nosso país, como aponta lucidamente Souza (2010):

O Brasil, como um país em construção, marcado historicamente pela desigualdade e pela precariedade e incompletude das suas políticas de proteção social, requer a expansão continuada de múltiplas políticas que possam atuar na ampliação dos processos de assalariamento, formalização e inclusão produtiva, desde que orientadas por políticas econômicas comprometidas com tais objetivos (SOUZA, 2010, p. 297).

d) As estratégias empreendedoras adotadas pelos *dekasseguis* retornados no Pará

Além dos argumentos elencados anteriormente, sobre os movimentos migratórios, a questão do retorno e os *dekasseguis*, em particular, convém mencionar que a realização desta pesquisa também se justifica pelo modo como se tratam as estratégias organizacionais. Ao abordá-las como práticas sociais, um enfoque premente na atualidade, a partir do qual se consideram os fatores que dão sentido ao fazer (BOURDIEU, 1985), a pesquisa fornece importantes contribuições para o avanço dos debates gerados em torno do tema. Pois, segundo Whittington (2006), voltar atenções para a prática - para o “fazer estratégia” – é conceber finalmente que as estratégias são frutificadas por processos não determinados, produzidos e

¹⁶ Os nipo-descendentes do Pará têm uma origem eminentemente rural (AIHARA, 2008), o que os diferencia de certo modo daqueles estabelecidos em outros estados do Brasil, crescidos majoritariamente em grandes centros urbanos, tal como São Paulo, por exemplo.

¹⁷ Para Siqueira e Maia (2010), as mudanças no cenário econômico nacional ainda não foram suficientes para alterar o padrão da divisão inter-regional do trabalho, caracterizado por elevadas desigualdades regionais.

construídos no cotidiano dos administradores, rotineiramente influenciados pela dinâmica dos relacionamentos pessoais e pelo contexto no qual estão imersos (VOLBERDA, 2004).

De acordo com Rasche e Chia (2009), tal perspectiva é extremamente inovadora por trazer a questão da prática - do fazer cotidiano - para o miolo das discussões travadas sobre as estratégias organizacionais. Nela, ao invés de questionar “o quê as organizações têm?”, interroga-se “o quê e como elas fazem?”, resgatando a natureza das atividades ligadas à estratégia. O que ajuda a entender porque as pesquisas desenvolvidas a partir de tal abordagem têm sido cada vez mais presentes em diversos campos do conhecimento - contabilidade, aprendizagem organizacional, *marketing* - e alcançado um lugar de destaque em renomadas publicações internacionais.

Ademais, é importante pontuar que a investigação se deu em micro e pequenas empresas, respondendo a uma demanda que há tempos acomete a literatura produzida sobre o tema (GIMENEZ, 1998). Com isso, o estudo promete desvendar alguns aspectos ainda inexplorados sobre esse processo e fornecer diretrizes úteis para os formuladores de políticas públicas, sobretudo aqueles dedicados ao fomento da atividade empreendedora no país. Isto, sem falar nos suportes que deve fornecer para os próprios protagonistas desse processo, os empresários locais. Uma iniciativa extremamente válida, afinal, quase todas as empresas brasileiras e paraenses se enquadram em tal perfil (RAIS, 2010).

Não obstante os argumentos relacionados com o objeto de pesquisa especificamente, é válido assinalar que o trabalho se justificou pela sua complementaridade com outros estudos conduzidos no âmbito do grupo de pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ) e do NAEA, constituindo-senem empreendimento coletivo e focado, e não num mero exercício metodológico isolado, pautado unicamente nos anseios do pesquisador. Dito isso, caminha-se para o capítulo subsequente, no qual se realiza uma exposição dialogada do referencial teórico-empírico que subsidiou o estudo.

1.4 A estruturação da tese

A fim de proporcionar um entendimento pleno da pesquisa, estruturou-se esta tese de acordo com os seus principais eixos fundadores, culminando na existência de cinco capítulos, que, embora distintos, dada a singularidade dos temas e objetivos que os engendram, possuem ligações estreitas entre si, conforme se pode observar na sequência.

No capítulo um, findando com esta seção, faz-se uma apresentação inicial da pesquisa, narrando o seu processo de construção, expondo os seus intentos e justificando a sua

realização, tanto pela sua importância científica nomeadamente, como pelos aportes providos à prática organizacional em várias organizações: das próprias empresas criadas pelos *dekasseguis* retornados até os órgãos governamentais interessados em tal fenómeno.

No capítulo dois, realiza-se a fundamentação teórico-empírica da pesquisa, debatendo rapidamente os grandes temas que sustentam sua realização: as migrações internacionais, o retorno migratório e o movimento *dekassegui*.

O capítulo três descreve os procedimentos metodológicos utilizados para concretizar o estudo, começando pelas questões norteadoras e pela descrição da estratégia da pesquisa, para depois efetuar os detalhamentos referentes à coleta, tratamento e análise dos dados obtidos; além de expor uma série de outras informações úteis à compreensão do caminho seguido até concluí-la, como os entraves e as limitações encontrados.

Já no quarto capítulo, apresentam-se enfim os achados do estudo, começando pela descrição dos negócios mapeados, passando pela caracterização dos seus protagonistas e chegando então na análise do processo de construção das estratégias empreendedoras.

Finalmente, desenvolve-se no capítulo cinco uma série de considerações sobre todo o processo investigativo empreendido, levantando questões, refletindo sobre novas possibilidades e fazendo algumas sugestões, tanto aos interessados no estudo do tema, como àqueles que desejem promover intervenções relacionadas ao mesmo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICO

Este capítulo apresenta as bases teórico-empíricas que sustentaram a realização da pesquisa, trazendo à tona alguns temas de importância ímpar para o desenrolar da mesma, tais como: as interfaces existentes entre migrações internacionais, discutindo suas causas, efeitos, perspectivas teóricas e dinâmicas contemporâneas; a problemática do “retorno”, reforçando a necessidade de melhor compreendê-lo na atualidade, e, por fim; o movimento *dekassegui*, situando-o historicamente e elencando algumas de suas características mais marcantes, dentre as quais, a própria questão do regresso entre os seus protagonistas.

2.1 Debatendo migrações

Como há tempos apontara Isaac (1947, p.23), autor de um estudo extensivo sobre as causas e os efeitos das grandes migrações internacionais ocorridas a partir da segunda metade do século passado - citado em Sowell (1996) – tais deslocamentos costumam ser um movimento “de livre circulação de pessoas de uma localidade para outra, com a intenção de realizar uma mudança duradoura na residência permanente”. Sobretudo, com um intuito em mente: “mudar de vida”, enfatiza o autor. Assim sendo, entende-se talvez o porquê das migrações se fazerem presentes na história de praticamente todas as nações, constituindo-se como um dos fenômenos mais recorrentes da história da humanidade¹⁸. E, tão logo, o porquê de tais deslocamentos serem vitais para entender o processo de formação de diversas sociedades, ajudando a entender e explicar, ainda que em parte, os moldes adquiridos pelas identidades culturais e até mesmo os contornos do próprio sistema capitalista de produção. Afinal, como fala Brito (1995, p.53), “a identidade de muitos países e a sua constituição como nação foi um produto do movimento de diferentes povos”.

O fato de serem recorrentes não implica dizer, todavia, que os deslocamentos têm sido regulares e homogêneos ao longo dos anos. Ao contrário, uma das diferenças salientes das migrações contemporâneas é o fato delas terem ocorrido em direções diferentes daquelas registradas na primeira metade do século XX: antes a migração se dava das metrópoles das colônias, ao passo que hoje os fluxos têm sido registrados, em grande parte, de países da América Latina para os EUA e para a Europa, afetando a composição étnica, de classe e de gênero de diversos países, como explica Siqueira (2006).

¹⁸Renouvin e Duroselle (1967) apontam que, seja pela sua fluidez ou pelos impactos que desencadeiam nos mais variados setores do cenário mundial, as migrações foram - e continuam sendo - um dos fatores que mais afetaram o equilíbrio mundial de poder ao longo da história.

Neste cenário, parece que diversos estudiosos do tema concordam que as migrações internacionais ganharam contornos mais complexos em virtude da intensificação do processo de globalização. Pois, enquanto a integração econômica, idealizada e gerenciada pelo liberalismo atinge seletivamente os países, proporcionando maior distanciamento entre ricos e pobres, há um aumento natural do desejo e da necessidade de migrar (ITO, 2007). Isto, mesmo que as flexibilizações permitidas ao capital não se estendam aos principais responsáveis pela geração do mesmo, os trabalhadores, de modo que, enquanto o dinheiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move lentamente.

Daí porque, atualmente, as discussões terem usualmente o mesmo ponto de partida: uma reflexão sobre as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas do cenário internacional, especialmente no que tange àquelas relacionadas às mudanças do processo de reestruturação da produção, que afetaram inevitavelmente a mobilidade do capital e da força de trabalho em todo o mundo (BASSANEZI, 1995).

De certa maneira, todas estas mudanças - em termos de origem e destino, intensidade e modalidades, entre outras - fazem com que as discussões realizadas em torno do fenômeno migratório tornem-se ainda mais complexas. Justamente elas, que, em sua essência, já têm de lidar com a dualidade que perpassa os conceitos de “emigrante” e “imigrante”, sintetizada por Sayad (1998, p.14) de um modo bastante frutífero. Segundo o sociólogo argelino:

na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, e em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração; como duas fases de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante.

Mediante tal complexidade, entende-se por que as migrações necessitam de análises que contemplem aspectos econômicos, políticos, sociológicos e demográficos. Uma demanda que nem todos os estudos procedidos sobre o tema tiveram ao longo da história, como se pode averiguar na sequência.

Ao fazer um resgate sobre a gênese dos estudos migratórios, observa-se que a obra clássica de Ravenstein costuma ser identificada como o ponto de partida das discussões travadas em torno do tema (RAVENSTEIN, 1980). A partir de análises sobre os deslocamentos populacionais ocorridos no Reino Unido, utilizando como fonte de referência

os dados do Censo de 1881, este autor procurou entender a dinâmica migratória através de leis, o que o levou a intitular sua obra como “As leis da migração”. Enquadrando-se no guarda-chuva do que se convencionou chamar de teoria neoclássica, este estudo tratou a migração como uma escolha eminentemente racional, pautada no equacionamento dos custos e benefícios a ela atrelados.

Os resultados dos estudos de Ravenstein fizeram escola, incentivando muitas análises fundamentadas em bases similares, pautadas na ideia de que as migrações dependeriam única e exclusivamente da existência de fatores de atração e de fatores de expulsão, como em Lee (1980), para quem:

em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las. [...] Alguns fatores afetam a maioria das pessoas praticamente da mesma maneira, enquanto outros afetam pessoas distintas de maneiras deferentes (LEE, 1980, p.111).

Trabalhando-se com o pressuposto de que os deslocamentos seriam um processo seletivo, a partir do qual as pessoas responderiam diferentemente a uma série de fatores negativos e positivos (LEE, 1980), a teoria neoclássica buscou explicar as migrações como um fato resultante de diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico. Desta forma, as regiões subdesenvolvidas teriam um excedente de mão-de-obra e, por conseguinte os salários seriam menores, ao passo que, em regiões mais desenvolvidas, haveria uma escassez relativa de mão-de-obra, e conseqüentemente os salários seriam maiores. Tudo como se a migração operasse como um mecanismo de equilíbrio, diminuindo os salários em regiões desenvolvidas e elevando o mesmo em localidades menos abastadas.

Por mais verdadeiro que seja este cenário em inúmeras situações, sabe-se, contudo, que o fluxo de pessoas de áreas mais pobres para as mais ricas também pode ser acompanhado por investimentos em busca de maiores retornos no sentido oposto. Um fato que Massey (1988) alerta, mostrando o caso dos migrantes altamente qualificados que vislumbram a obtenção de altas taxas de retorno para o capital humano.

Neste sentido, as análises neoclássicas, costuma-se assim chamar, são reconhecidas pelas suas análises míopes, voltadas apenas para uma gama de fatores intervenientes no desenrolar do fenômeno migratório, merecendo assim uma série de críticas. Sobretudo por descrever as migrações como um processo mecânico e por considerar apenas as áreas de origem/destino, desconsiderando outras formas de mobilidade e não oferecendo uma explicação do processo migratório em sua totalidade (ARAGÓN, 2005).

Por maiores que tenham sido as lacunas deixadas por tal explicação, contudo, é fato que as análises feitas pelos economistas, cujas assimetrias de renda existentes entre os países constituem a variável determinante, adquiriram certa predominância no estudo do tema. A partir delas, os custos de habitação, transportes e outros devem ser compensados pela renda nos países de destino. Tratam-se, em suma, de explicações causais desenvolvidas sob o guarda-chuva do que se convencionou chamar de teoria neoclássica, para as quais, são as condições econômicas dos países de origem e de recepção que pautam a decisão de emigrar, trabalhando-se, portanto, com a ideia de que existem fatores de expulsão e fatores de atração. Logo, quem a adota como referência tende a trabalhar com a ideia que o agente centralizador do fenômeno migratório é o desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho/emprego nas localidades que enviam e que recebem migrantes (MARGOLIS, 1994). Tudo como se o trabalho fosse apenas uma mercadoria e como se o dinheiro fosse o único determinante para a realização dos deslocamentos, critica Sales (1999).

Dado o lastro obtido por tais explicações, um dos instrumentos mais utilizados para entender as interfaces entre desenvolvimento e migrações foi o valor dos salários, trabalhando-se com a simples ideia de que, quanto maior o provento, maior a probabilidade de absorção de mão-de-obra migrante, como explicam Araújo e Ramos (1999):

O diferencial entre salários determinava os fluxos migratórios. A existência de sindicatos e/ou a política governamental de salário mínimo no setor moderno determinavam um diferencial de salários (a favor do segmento urbano-industrial) que induzia a migração e permitia suprir as necessidades de trabalho da sociedade moderna em expansão, ou seja, os fluxos migratórios seriam direcionados dos setores ou áreas mais arcaicos para os ramos de atividade ou regiões com um maior desenvolvimento relativo (ARAÚJO; RAMOS, 1999, p. 44).

O que não implica dizer, no entanto, que não existissem outros elementos explicativos dentro das abordagens de cunho econômico. Harris e Todaro (1980), por exemplo, ressaltam o papel da expectativa do ganho como uma variável relevante para a compreensão dos fluxos. Para os autores, a decisão de migrar estaria fortemente atrelada ao equacionamento de duas variáveis: o custo de oportunidade e o risco de não se encontrar emprego na região de destino.

Em suma, no entanto, se considera que, embora a teoria neoclássica tenha feito importantes considerações sobre a dinâmica dos deslocamentos populacionais, existem diversos gargalos na mesma que a limitam na explicação dos fundamentos estruturais que sustentam os movimentos migratórios. Gargalos estes, que, de certa maneira, foram atentados pelo que se chama hoje de abordagem histórico estruturalista, fortemente desenvolvida a

partir da observação das migrações internas ocorridas em regiões subdesenvolvidas na segunda metade do século XX, caracterizadas, sobretudo, pela intensificação da industrialização em alguns países e pelo desencadeamento de grandes fluxos de origem rural em direção às metrópoles.

Parte destas teorias, tal como a “teoria da dependência” e a teoria do “centro-periferia”, trabalharam com a ideia de que as migrações internas estão historicamente condicionadas, ligadas em todos os casos às mudanças ocorridas no âmbito global. O que obriga, portanto, que se identifiquem os limites da configuração histórica que dão sentido a cada fluxo, pois as migrações “não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas”, como fala Singer (1975, p.31).

Assim, pode-se inferir, em síntese, que a abordagem histórico-estrutural idealiza sempre que as mudanças ocorridas na estrutura macroeconômica acabam determinando os fluxos migratórios. Isto é, sempre atrelando a mobilidade ao processo de acumulação do capital, “sem a qual não haveria uso capitalista da força-de-trabalho” (GAUDEMAR, 1977), subordinando-a aos interesses de reprodução e acumulação de capital, explica Becker (1997).

De certa maneira, há neste ponto uma inflexão em relação às teorias que a precederam, pois deixou-se de trabalhar com a ideia de que as migrações seriam motivadas por fatores individuais, passando a vislumbrá-la como um fato motivado por processos socioeconômicos mais amplos; ocorridos no âmbito macro, pode-se assim dizer (SALIM, 1992).

Indubitavelmente, esta nova postura fez o conhecimento sobre o tema evoluir, haja vista que enfatizou a reconstrução do quadro histórico no qual ocorrem os deslocamentos, salientando o papel e a necessidade de se compreender aspectos basilares dos fluxos, fundamentais à sua concretização, tais como: estrutura produtiva, articulação entre diferentes modos de produção, formação das classes sociais, coalizões de dominação e formas de intervenção do Estado, entre outros (RACZYNSKI, 1983).

Apesar dos avanços promovidos pela abordagem histórico-estrutural, uma breve apreciação da literatura referenciada permite observar que a mesma também possui lacunas, pois diversas críticas costumam lhe ser auferidas. Dentre tantas, cumpre notar aquelas fundadas na dificuldade que esta abordagem teria em suplantar o determinismo econômico que desde Ravenstein já assolara os estudos migratórios. Alicerçada na premissa de que qualquer fluxo dependeria do processo de acumulação do capital, esta perspectiva costuma tornar mecânico o que deveria ser dialético, afirma Becker (1997):

Nesta concepção o migrante é visto como todos aqueles indivíduos que seguem o movimento do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada. [...] [Neste sentido] a primeira mola propulsora destes deslocamentos seria a socioeconômica, determinada pelo processo de acumulação do capital; somente num segundo momento poderia se falar nas condições subjetivas das migrações e nas características dos migrantes (BECKER, 1997, p.342-343).

Certamente por isso, muitos estudos desenvolvidos a partir desta perspectiva não se preocuparam em compreender melhor as interfaces das migrações com outros processos, tais como sistemas urbanos, organizações corporativas, redes sociais, disponibilidade de terras e políticas públicas, como coloca a crítica de Vainer (1996):

se as abordagens de inspirações neoclássicas tendem a privilegiar em suas investigações o exame das motivações que levam as pessoas a migrarem, a abordagem estrutural enfatiza como fatores explicativos os determinantes estruturais, os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e o script está inscrito na estrutura, em primeiro lugar (VAINER, 1996, p.7).

Neste cenário, outra corrente explicativa que emergiu com bastante vigor a partir da década de 1980 é aquela formada por cientistas políticos, para quem, o estudo das migrações perpassa questões mais amplas, envolvendo inclusive o delineamento de políticas públicas. Segundo Pova Neto e Ferreira (2005), esta corrente se subdivide em duas vertentes principais: de um lado, aqueles que prezam pela soberania da nação, e, de outro, os que pregam uma política liberal. De acordo com Ito (2007), os soberanistas seriam aqueles que defendem a soberania dos Estados, enquanto que os liberais seriam liderados pelos americanos, para quem a capacidade das políticas públicas é vislumbrada com um determinado ceticismo.

Por mais válidas que sejam essas análises, acredita-se, contudo, que uma visão sociológica possibilita uma compreensão mais holística, pois, diferente da noção neoclássica, os sociólogos têm focado a questão das redes sociais que são formadas pelas comunidades de migrantes em diversas regiões do globo, advogando que essas teias de relacionamento favorecem a ida, a vinda e a permanência de milhares de migrantes. Principalmente, por que além dos aspectos culturais, elas possibilitam uma infraestrutura de hospedagem, alimentação e de acesso ao emprego, melhorando as condições de vida do migrante.

Até mesmo por que, como falara Simmons (1987) já há algum tempo, os padrões de migração registrados na contemporaneidade diferem abruptamente daqueles ocorridos no passado; a partir do qual se edificaram as primeiras teorias sobre o tema. Hoje, diz o autor, os

fluxos são impulsionados em grande parte pela instabilidade das oportunidades econômicas, fortemente atreladas aos modos recentes de acumulação flexível. Fato este, que induz as migrações a terem um caráter predominantemente temporário, circular e global, fazendo com que seus protagonistas tenham novos comportamentos e que os atores interessados no tema demandem novas lentes de análise. Lentes diferentes, que não menosprezem as contribuições feitas pelas teorias mais antigas, sejam elas clássicas, neoclássicas etc., mas que proporcionam aportes mais adequados para a compreensão do fenômeno na atualidade.

Reafirmando o que alertara Sayad (1998), tais perspectivas têm feito com que, hoje, além das discussões de cunho eminentemente epistemológico, tenhamos também uma série de novos temas inquietantes em pauta no campo das migrações internacionais. Afinal:

a ordem segundo a qual se desenrola o movimento de emigração e de imigração, em sua dupla dimensão de fato coletivo e itinerário individual (a trajetória e experiência singulares de emigrante e do imigrante), comanda sempre a constituição de diferentes temas(SAYAD, 1998, p. 13).

Entre os assuntos em voga, merece destaque, por exemplo, a influência do meio ambiente e das remessas enviadas por migrantes, cuja importância é visível não só nos fóruns realizados sobre o tema, como na própria continuidade dos fluxos e na agenda de vários governos. A tal nível, que, segundo Patarra (2005, p.19): “a migração internacional deve tornar-se parte integrante de estratégias nacionais, regionais e globais de desenvolvimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento”. O que não é fácil, convém alertar de antemão, haja vista que, para tanto, a discussão das políticas migratórias - sobretudo quando ocupar-se das remessas e do crescimento dos fluxos - precisa ser feita em paralelo com a discussão das políticas econômicas e comerciais, em instâncias como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como destaca a própria autora.

De qualquer modo, embora não se menospreze as colocações da autora e, muito menos, a importância das remessas enviadas pelos migrantes - em muitos países, maior até que a própria ajuda pública -, é necessário atentar também para advertências feitas pelo PNUD a respeito do tema (PNUD, 2009). Em uma série de relatórios sobre desenvolvimento humano, que visam enquadrar os debates sobre alguns dos problemas que ameaçam a humanidade, desde as alterações climáticas até aos direitos humanos, o órgão ressalta que, em muitos casos, as remessas acabam por instaurar uma relação de dependência entre as nações, não devendo, em hipótese alguma, substituir outros programas de desenvolvimento.

Em consonância com tal alerta, entende-se por que outros desdobramentos benéficos do fenômeno migratório têm assumido um papel proeminente na agenda de diversos governos e entidades internacionais interessadas no tema, tais como: a geração de novas ideias e a transferência de conhecimentos, experiências e recursos distintos; em suma, ganhos em outras modalidades de capital, que não somente o capital nomeadamente financeiro, diria Bourdieu.

Todos eles, convém notar, bastante imbricados com o tema desta pesquisa. Pois, ao regressar, muitos migrantes acabam por partilhar com suas famílias e com as comunidades do seu país de origem aquilo que o PNUD denomina de “remessas sociais”, com destaque para: reduções nas taxas de fecundidade, aumento de taxas de escolarização, elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho e aumento da atividade empreendedora, iniciativa responsável pela geração de emprego, renda e diversos benefícios para o entorno (PNUD, 2009). Não à toa, muitos estudos têm advogado pela promoção do regresso, assinalando que:

Migrações de retorno, sejam elas temporárias ou permanentes, podem garantir o retorno para a localidade de origem de recursos tangíveis e intangíveis, originados de anos de trabalho e imersão social em sociedades onde a iniciativa individual, o mérito, e o relacionamento empresarial tendem ser mais valorizado e melhor recompensados (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007, p. 35).

Ademais, o atual contexto das migrações brasileiras parece bastante oportuno para o aproveitamento dos ganhos propiciados pelo retorno. Pois, como mostraram as análises de Rios-Neto (2009), seja quando se fala de pessoas que estiveram morando no exterior ou de migrantes internos, um dos novos comportamentos migratórios nítidos no país refere-se à migração de retorno, isto é: a volta para a casa, para a localidade de origem.

Ainda assim, mesmo ciente de que tais ganhos são notáveis, percebe-se a existência de uma série de dificuldades na operacionalização das ações voltadas à promoção e otimização do retorno. Certamente, até em função do próprio caráter problemático que caracteriza tal etapa do trajeto migratório, como explica Sayad (1998). Por isso, e, naturalmente, pela importância do tema para a pesquisa, discorre-se sobre o mesmo na secção seguinte.

2.2 A migração de retorno

O retorno é uma das principais etapas do que se concebe como cadeia ou trajeto migratório (ROCHA-TRINDADE, 1995). Contudo, percebe-se que, diferentemente das demais, o “retorno” – ou “regresso” – tem sido pouco abordado, tanto no âmbito acadêmico

como pela mídia de um modo geral, o que obscurece o entendimento sobre o mesmo (PEIXOTO, 2007). Segundo Gubert e Nordman (2011), isto ocorre principalmente em decorrência da falta de dados de qualidade, que evidenciem com precisão as características sociodemográficas dos retornados; possibilitando então uma análise a respeito das relações existentes entre a migração de retorno e o desenvolvimento das localidades de origem.

Diante disso, compreende-se com maior clareza a predominância de concepções dicotômicas sobre o “retorno”, pensado comumente como um fato motivado pela vontade individual de cada migrante, dando a falsa ilusão de que as migrações são sempre bem sucedidas, ou então como um acontecimento decorrente de algum grande constrangimento vivido no país receptor; uma visão determinista, pode-se assim dizer.

De fato, embora estas duas situações sejam bastante recorrentes, há que se notar que existe uma pluralidade de causas que podem motivar os migrantes a retornarem ao seu país de origem. E, em muitos casos, não necessariamente para o mesmo estado ou cidade onde nascera, ou apenas temporariamente, como uma ponte para um destino próximo, que pode ser ou não o mesmo de onde o migrante se originara, por exemplo.

Além de debates sobre as causas do retorno e a dinâmica pela qual o mesmo acontece, é conveniente notar que esta etapa do trajeto migratório também carece de maiores atenções em função dos impactos que gera tanto no nível individual - para o próprio migrante e suas respectivas famílias - como na esfera societal, afetando com frequência a dinâmica demográfica e a economia das localidades de origem e de acolhimento (FAZITO, 2010). Isto, sem falar no papel que tal fenômeno exerce para a apropriada concepção de migrante, pois como explica Sayad (2000), a condição do imigrante é quase sempre temporária, eminentemente relacionada a ideia de regressar às origens; ao sonhado conforto da terra natal. Para o autor,

De um lado, tal condição essencializa o fenômeno migratório, imputando-lhe uma causa fundamental singular, isto é, a ideia original para todo migrante de que seu projeto de deslocamento só encontra sentido se o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal – um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações (SAYAD, 2000, p.46).

Não à toa, Fazito (2010) aponta que o retorno, além de ter um princípio simbólico, também se exerce formalmente através de condições estruturais formais que constituem um sistema migratório: a partir da representação formal de um processo migratório, observamos a estruturação de fluxos e polos de origem e destino como num circuito integrado, operado mediante padrões relacionais das redes sociais, sugere o autor.

Nesse sentido, não parece leviano afirmar que o retorno migratório acaba por desempenhar duas funções de suma importância. A primeira delas, alicerçar simbolicamente todo e qualquer deslocamento populacional, isto é, um projeto migratório. E a segunda, exercer uma função estrutural na topologia de um sistema de migração. Pois, como explica Fazito (2010), os sistemas de migração dependem do “retorno”, tanto no nível dos discursos como no nível das práticas, para a consolidação de um sistema migratório estável e expansivo.

Assim sendo, emerge ainda com maior vigor o seguinte questionamento: porque o retorno é tão inexplorado na literatura referenciada? Talvez por que, nunca na história da humanidade, tenha se presenciado um momento tão propício como este para investigar o tema com maior profundidade. Segundo diversos autores, a conjuntura econômica mundial é extremamente favorável para questionamentos e pesquisas relacionadas ao “retorno”, pois a reestruturação ocorrida ultimamente fez com que novos destinos passassem a atrair um volume maior de migrantes, ao passo que, paralelamente, antigos e afamados “paraísos” têm perdido a sua força, motivando milhares de migrantes a retornarem aos seus países de origem ou a migrarem para outras localidades.

Logicamente que, para tanto, estes estudos irão se deparar com a falta de dados de qualidade, que evidenciem com precisão as características sociodemográficas dos retornados; possibilitando então uma análise a respeito das relações existentes entre a migração de retorno e o desenvolvimento das localidades de origem, uma das maiores dificuldades para se abordar o tema, segundo Gubert e Nordman (2011).

A existência de tais dificuldades e da falta de estudos não implica dizer, todavia, que não tenha havido avanços na compreensão da migração de retorno. Entre alguns aportes recorrentemente citados, estão os modelos construídos para abarcar a dinâmica de tal fenômeno, com destaque para o de Borjas e Bratsberg (1996) e para o de Dustmann e Kirchkamp (2002).

No modelo de Borjas e Bratsberg (1996), o regresso é interpretado sobre dois aspectos. De um lado, como um movimento de decisão planejada, a partir do qual o indivíduo programa o seu regresso e vislumbra a migração como uma estratégia temporária. E, de outro, como um movimento acontecido em virtude de um erro qualquer, como por exemplo, uma avaliação errônea sobre os benefícios adquiridos na localidade de acolhimento. Sendo o retorno, portanto, uma ação corretiva à decisão preliminar. Por outro lado, para Dustmann e Kirchkamp (2002), o retorno é um movimento influenciado pelo critério da maximização da utilidade, procurando-se sempre determinar um tempo “ótimo” de permanência fora da

localidade de origem, e, tão logo, apontar os fatores que devem ser considerados na mensuração deste período.

Por mais que existam inúmeras diferenças entre os dois modelos, principalmente pelo fato do segundo modelo associar o tempo de permanência de um migrante ao tipo de atividade desempenhada na localidade de acolhimento, pode-se inferir que ambos são eminentemente matemáticos e acabam por retratar a predominância ainda vigente de análises quantitativas e economicistas nos estudos migratórios. Portanto, pouco adequados para as análises desenvolvidas neste estudo.

No que tange mais especificamente à Amazônia, se pensa que estudos sobre o retorno venham a somar para a compreensão dos fluxos ocorridos na região atualmente. Isto porque condições domésticas e do sistema mundial - que sempre influíram no processo de formação e ocupação territorial de seus Estados -, têm imposto novos desafios à geopolítica regional, como fala Becker (2004, p.127):

Atualmente, existem redes e fluxos transfronteiras que escapam o controle do Estado, assim como a multiplicação de formas de auto-organização, a reorientação das ajudas multi e bilaterais que se descentralizam, destinando-se à escala local, e a globalização da questão ambiental, gerando assim novas tendências na Amazônia (BECKER, 2004, p.127).

Em consonância com este pensamento, um relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reafirma a atualidade dessa temática. Em diversos trechos enfatiza-se a influência da crise econômica atual na dinâmica migratória.

Quando as pessoas se deslocam, quer atravessem ou não fronteiras internacionais, embarcam numa viagem de esperança e de incertezas. A maioria parte em busca de melhores oportunidades, na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais direta, que frequentemente os acompanha ou os segue. Comunidades locais e sociedades no seu todo também obtiveram os seus benefícios, tanto nos locais de origem como nos destinos. A diversidade destes indivíduos e as regras que governam a sua deslocação fazem da mobilidade humana uma das questões mais complexas que hoje o mundo enfrenta, especialmente agora que se encontra em plena recessão (PNUD, 2009, p.12).

Em outros dois trechos, mais incisivos, pontua-se que:

A crise financeira transformou-se rapidamente numa crise do emprego em vários países da Europa, Ásia e nos Estados Unidos [...]. Uma crise do emprego é geralmente uma má notícia para os migrantes. Tal como as economias tendem a invocar os estrangeiros quando enfrentam uma escassez

de emprego, também tendem a despedir primeiro os migrantes durante o tempo de recessão. Isto ocorre em parte porque, em média, os migrantes apresentam um perfil típico dos trabalhadores mais vulneráveis a recessões – ou seja, são mais jovens, têm menos educação formal e menos experiência de trabalho, tendem a trabalhar em empregos temporários e concentrar-se em atividades com menor remuneração (PNUD, 2009, p.13).

Repare-se, contudo, que o trecho não menciona o Brasil e alguns outros países, como por exemplo, África do Sul e Índia, o que leva a crer que o país não tem sido tão abalado pela conjuntura atual como outras nações mais desenvolvidas. Daí a crença no aumento do poder de atração de migrantes do Brasil para os próximos anos. Dentre os quais, aqueles migrantes de retorno, tal como os *dekasseguis* estudados na pesquisa.

O interesse por este fenômeno eleva-se ainda quando se observa o aspecto temporal da crise financeira internacional, abordada lucidamente no relatório desenvolvido pelo PNUD:

As recessões típicas não têm um grande impacto nas tendências econômicas a longo prazo. Mas tornasse agora claro que esta não é uma recessão típica. Como tal, é provável que tenha efeitos duradouros e talvez até permanentes nos rendimentos e oportunidades de emprego. Por exemplo, a recessão causada pelo aumento das taxas de juro da Reserva Federal em 1980 durou apenas 3 anos nos Estados Unidos, mas a crise da dívida que se seguiu levou à estagnação conhecida como a “década perdida” na África e na América Latina, já que os termos do comércio dos países destas regiões deterioraram-se em 25 e 37% respectivamente (PNUD, 2009, p. 14).

Há que se reconhecer, todavia, que, as questões econômicas não podem obscurecer a importância de outras variáveis na explicação dos fluxos migratórios. De acordo com Ito (2007), os estudos não devem se restringir à busca da explicação do porquê das migrações, mas estender às razões que determinam que algumas fiquem e outras migrem. Além disso, segundo a autora, é preciso que novos estudos sejam desenvolvidos sobre os impactos das migrações na sociedade como um todo, desde a política até a cultura. Isto por que, existe ainda uma predominância de estudos voltados exclusivamente para os impactos econômicos das migrações, cujo foco central recai sobre a questão das remessas e do estado de subsistência dos imigrantes. E é justamente sobre isso que o estudo proposto pretende se debruçar: sobre o processo de formação das estratégias adotadas pelos migrantes retornados do Japão que conseguiram se fixar no estado do Pará.

Neste sentido, ciente da complexidade das migrações como fato social e demográfico, se pensa que, por mais que os fluxos possam possuir características universais e estruturalmente semelhantes, o que se vê é que cada fluxo desenvolve uma história singular (DAVIS, 1989). Fato este, que obriga uma explanação mínima sobre o movimento

dekassegui- tal como se faz adiante - capaz de situá-lo historicamente e de discutir suas principais características; sobretudo no que toca a questão do retorno, dado a finalidade do trabalho.

2.3 O movimento *dekassegui*

Antes de adentrar no debate sobre o movimento dekassegui em um sentido mais específico, acredita-se que é extremamente conveniente e oportuno rever a história dos fluxos populacionais ocorridos entre o Brasil e o Japão ao longo da história; apresentada rapidamente a seguir de acordo com os principais momentos de sua trajetória.

2.3.1 Compreendendo os fluxos entre Brasil e Japão

Em comparação com outras correntes migratórias que vieram para o Brasil, a presença japonesa pode ser considerada relativamente tardia e de pequena duração (BASSANEZI, 1995). Ainda assim, é nítido que a população de origem nipônica deixou marcas indelévels na cultura brasileira, com maior vigor em certas regiões onde se estabeleceu, naturalmente.

Em síntese, este movimento tem quatro períodos bastante marcantes, segundo Stadniky (2001). O primeiro deles adveio em virtude do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação Japão Brasil, assinado em 1895. No entanto, o primeiro contingente significativo de japoneses só desembarcou no país a partir de 1908, em virtude da demanda dos cafeicultores paulistas por mão-de-obra para trabalhar na lavoura, haja vista que o café chegara a representar no período cerca de 65% das exportações nacionais.

A segunda fase é demarcada entre os anos 1925 e 1934, período em que o governo japonês passou a incentivar oficialmente o envio de pessoas para o Brasil, motivado sobretudo pela recessão ocorrida na economia mundial e pelo terremoto de Kanto. Contudo, o Brasil e, mais especificamente a cafeicultura nacional, também passavam por sérios problemas, decorridos da crise financeira de 1929, motivada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, cujo impacto fez com que as exportações de café caíssem para 40% em 1931.

Contexto este, entretanto, que acabou sendo benéfico para muitos japoneses, pois o acesso à terra foi facilitado aos mesmos, induzindo a criação de pequenas propriedades, situadas em geral à margem dos núcleos urbanos.

Diferentemente, em 1935, deu-se início ao terceiro momento, com a promulgação da Lei de Cotas da Imigração pelo Governo Getúlio Vargas, a partir da qual, ficou definido que só poderia haver a entrada de 2% dos migrantes de acordo com a nacionalidade. Uma norma que impactou abruptamente os japoneses, que entraram tardiamente no Brasil, conforme se mencionou anteriormente.

Por sua vez, o quarto momento ocorreu após a segunda guerra mundial, mais precisamente, entre 1952 e 1961. Nele, adentraram no Brasil aproximadamente sessenta e dois mil japoneses e houve a retomada das relações diplomáticas entre tais países. Um número bastante expressivo, mas bem menos significativo que os 188 mil que haviam aportado antes dos conflitos. O que ilustra uma tendência de que, conforme a economia japonesa se reergueu, o fluxo tornou-se cada vez mais esparso e insignificante em termos quantitativos.

Isto não implica dizer, contudo, que os fluxos migratórios entre Brasil e Japão tenham se findado neste período. A partir da década de 1980, outro movimento foi iniciado; desta vez no sentido contrário, do Brasil para o Japão. Uma alteração que não causa surpresa, haja vista que, como bem lembra Ianni (1996), pensar migrações internacionais torna imprescindível uma reflexão sobre as alterações registradas a partir de 1980, pois, a partir de então, o mundo assistiu a reconfiguração do mapa político, econômico, social e cultural, com destaque para a nova divisão do trabalho, às inovações registradas nos processos produtivos e organizacionais, ao fim da guerra fria, queda do muro de Berlim, desintegração da união soviética e emergência de desigualdades regionais.

Embora Stadniky (2001) não o aborde, pode-se inferir, portanto, que há um “quinto” momento deste movimento. Um momento no qual o destino virou origem e a origem virou destino, chegando a vez dos brasileiros cruzarem o oceano rumo ao oriente. Fluxo este, que adquiriu uma magnitude tamanha, só ficando atrás daqueles direcionados aos EUA e ao Paraguai, asseguram Patarra e Baerninger(1996).

Segundo Ito (2007), este movimento está fortemente relacionado com a carência de mão-de-obra sentida no Japão, um fato que motivou a implantação de mudanças na política migratória deste país. Neste contexto, o elemento *nikkei* passou a ser privilegiado, uma vez que sempre houve muita resistência da sociedade japonesa em aceitar trabalhadores estrangeiros. Ou seja, presumindo que o *nikkei* teria supostamente uma possibilidade maior de inserção na sociedade japonesa, por ser descendente direto, conhecer costumes e a cultura do país, entre outros fatores, favoreceu-se a sua entrada na legislação local, como explica Kawamura (1995):

países como o Japão, que tiveram, no passado, elevados contingentes de emigrados, tendem a privilegiar a entrada no país, especialmente para “usufruir” de seu mercado e de sua cultura, e para conviver com seu povo, de forma contínua, os descendentes dos conterrâneos e, se possível, o retorno dos próprios emigrados (KAWAMURA, 1995, p.62).

Assim sendo, compreende-se por que o primeiro grande movimento de migrantes brasileiros no Japão é composto predominantemente por filhos e netos de japoneses, que emigraram rumo à terra de seus antepassados visando melhores oportunidades de trabalho e, tão logo, maiores rendimentos financeiros; ainda que não se despreze a importância das raízes culturais como fator de atração, para se utilizar a linguagem de Lee. Fluxo este, conhecido amplamente como movimento *dekassegui* (SASAKI, 1996; KAWAMURA, 2003; ROSSINI, 2004), e que é abordado com maior profundidade no tópico subsequente.

Antes disso, contudo, convém tecer rápidos comentários sobre a migração japonesa no local aonde a investigação foi procedida, o Pará. Afinal, resgatar a história dessa comunidade representa uma condição básica para que possamos compreender a organização social dos japoneses e de seus descendentes no estado do Pará. Algo que pode, de certa forma, fornecer elementos explicativos para as estratégias de inserção produtiva delineadas pelos *dekasseguis* retornados.

2.3.2A presença nipônica no estado do Pará

Depois dos estados de São Paulo e do Paraná, o Pará constitui a terceira maior colônia nipônica do país. Com base no Censo de 2000, uma associação apontou, por exemplo, que havia 1.692 pessoas de nacionalidade japonesa residindo no Pará, das quais, apenas 75 são migrantes com visto de permanência temporária (INBP, 2006). O que implica dizer que existem pelo menos 1.617 japoneses natos com visto permanente residindo no Estado. Um número inegavelmente significativo, e que se eleva ainda mais quando se adicionam os indivíduos com descendência nipônica, que, sozinhos, ultrapassam a marca de 8.000 pessoas, segundo o mesmo levantamento.

Embora se comente que a presença japonesa no estado do Pará tenha se iniciado ainda no período áureo da borracha, costuma-se considerar que a gênese deste movimento ocorreu somente no ano de 1929, graças a chegada de aproximadamente 43 (quarenta e três) famílias na colônia do Acará, amplamente conhecida atualmente como colônia de Tomé-Açu, cerca de apenas 200 km ao sul de Belém. Não à toa, é que muitos destes indivíduos, fugindo das

péssimas condições de vida encontradas no local - e, sobretudo, da malária e da febre amarela - logo se transferiram para a capital, aonde iniciaram o plantio e a comercialização de hortaliças.

Em 1950, com os desdobramentos nefastos da segunda grande guerra mundial, a cidade de Tomé-Açu, agora com condições mais propícias de habitação, tornou-se novamente um polo de atração para os japoneses, havendo um aumento exponencial da população *nikkei* no estado. Porém, este movimento parece ter ocorrido em grande parte não só pelos confrontos bélicos, mas também pela valorização da pimenta do reino no mercado internacional: ao passo que tal produto adentrou em um processo de desvalorização, logo se assistiu a retirada de muitos japoneses para outros municípios do estado, com destaque para o contingente direcionado às cidades de Santa Izabel, Castanhal, Santarém e Belém.

Embora tenham se estabelecido predominantemente em áreas rurais¹⁹, onde passaram a desenvolver culturas mais perenes como o cacau, o dendê, o maracujá, a acerola e o mangostão, existiu um volume de indivíduos que se inseriram nas áreas metropolitanas como profissionais liberais, proprietários de pequenos comércios e como prestadores de serviços diversificados, entre outros. De um modo geral, obtendo um nível de vida acima da média da população brasileira (INBP, 2006).

Além da forte participação em várias atividades produtivas espalhadas pelo estado, a presença nipônica pode ser sentida em outras esferas da vida social paraense. Sobretudo, pelo fato dos japoneses natos e de seus descendentes terem dado vida a diversas organizações²⁰ com o intuito de se confraternizar, trocar informações e se ajudar mutuamente, tais como: associações culturais, entidades desportivas e cooperativas agrícolas, entre outras. Havendo, inclusive, casos como o de Tomé-Açu, Santa Izabel e Castanhal, onde a história da colônia se confunde, em diversos momentos, com a história dos próprios municípios.

Esclarecidas as particularidades históricas da corrente migratória japonesa no Brasil da colônia estabelecida no estado do Pará, aprofunda-se a seguir no fenômeno *dekassegui*, do qual fazem parte os sujeitos abordados nesta tese.

¹⁹ Segundo dados recentes, aproximadamente 60% dos migrantes japoneses existentes no estado do Pará residem em áreas rurais exercendo atividades eminentemente rurais (INBP, 2006).

²⁰ Segundo dados fornecidos pelo Consulado do Japão em Belém, existem 21 associações formadas por japoneses e por descendentes dos mesmos no Estado do Pará, abrangendo desde aquelas motivadas por grupos de interesse comum, como as de baseball, sumô, gatebol e de shogi (jogo similar ao xadrez no Japão) até as de maior porte, como a própria Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira (APANB) (que possui cerca de 1.700 associados), a Beneficência Nipo-Brasileira (que tem aproximadamente 1.800 membros) e a Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará (INBP) (que agrupa 42 pessoas jurídicas ao todo).

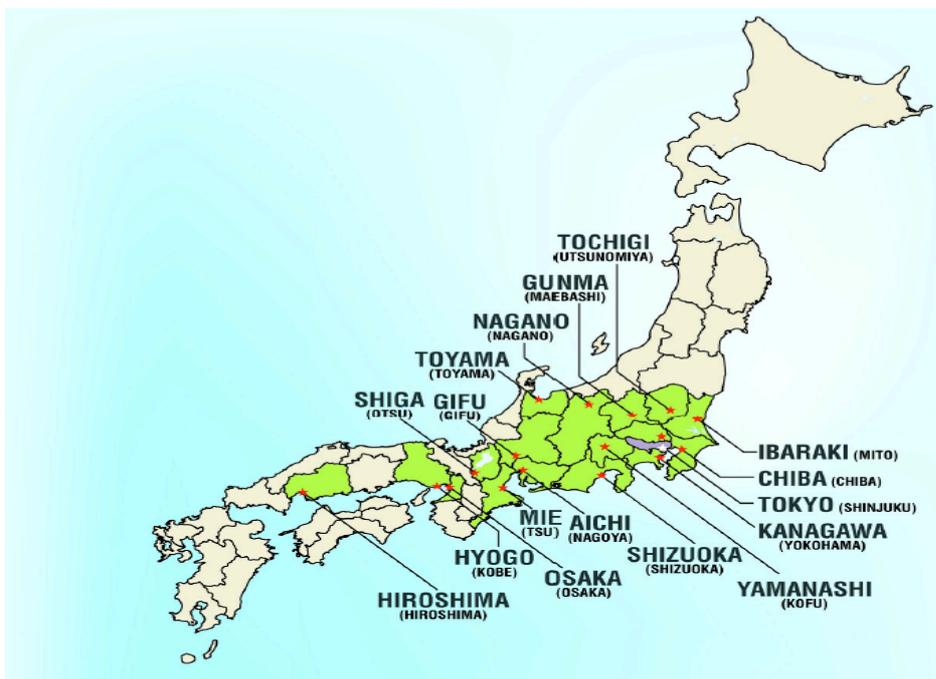
2.3.3 O movimento de brasileiros para o Japão

De modo geral, há consenso entre os estudiosos que este movimento foi motivado pelo crescimento da economia japonesa, especialmente a partir de meados dos anos 1980, quando o país tornou-se um dos líderes da economia mundial graças à modernização tecnológica de seus parques industriais e a implantação de mecanismos de gestão peculiares.

Em contrapartida, parece importante assinalar também que no mesmo período a economia brasileira, diferentemente da japonesa, encontrava-se em um momento de forte recessão, repleta de dificuldades que consolidaram um estado de desemprego elevado e de baixos salários no país. Fato este, que ajuda a entender a origem e a expressividade do movimento *dekassegui*. Sasaki (1998) aponta, por exemplo, que, no início da década de 1990, enquanto o salário de um homem *dekassegui*, trabalhando no setor operacional de uma fábrica qualquer no Japão, poderia chegar até aos US\$6 mil mensais, professores em período integral no Brasil não conseguiam ganhar se quer R\$400,00.

Em termos de localização geográfica, a maior parte dos brasileiros que migram para o Japão costuma se estabelecer na região central do país, na qual há uma expressiva concentração de indústrias que carecem de uma grande quantidade de mão-de-obra para executar suas atividades. Tal fato é ilustrado na tese de Sasaki (2009), que apresenta um mapa elencando as principais províncias onde o movimento *dekassegui* se manifesta (Figura 01).

Figura 01 – Principais províncias do Japão com presença brasileira, 2009



Fonte: Sasaki (2009)

Via de regra, há uma concordância na literatura que o maior motivador do aumento deste fluxo foi a promulgação de modificações na legislação que rege as migrações no Japão, mais especificamente, da Lei de Controle sobre a Imigração e Reconhecimento de Refugiados, que passou a permitir a entrada de trabalhadores descendentes de japoneses (*nisseis*, *sanseise* seus cônjuges), possibilitando aos mesmos que se empregassem por um determinado período - de seis meses a três anos renováveis - em qualquer ramo de atividade neste país; sempre sob a categoria especial de “residente”, explica Suguiura (2009).

Ao contrário do fluxo de japoneses dirigido para o Brasil, o movimento *dekassegui* não teve um caráter predominantemente familiar, implicando - para quase todos os indivíduos que optaram em segui-lo - na reorganização da instituição família entre dois países bastante distantes. O que não implica dizer, todavia, que o perfil do *dekassegui* brasileiro seja homogêneo ao longo da trajetória do movimento. Segundo diversos estudos, pode-se observar que houve mudanças expressivas na composição do mesmo em termos de faixa etária e até de gênero (KAWAMURA, 1995; SASAKI, 1998; HIRANO, 2005; TONGU, 2010).

Entre as várias tentativas de periodização do movimento *dekassegui*, destaca-se a empreendida por Sasaki (1998), que estratificou a história do movimento em três períodos distintos: pioneiros (meados da década de 1980); massificação (final de 1980 e início dos anos 1990); e, consolidação das redes sociais (a partir de meados da década de 1990).

Segundo a autora, o início do movimento se dá em meados da década de 1980, quando se registram os primeiros migrantes, que, por serem constituídos prioritariamente por japoneses natos ou por descendentes de primeira geração - possuidores de dupla cidadania em muitos casos - não se confrontaram com muitos entraves burocráticos. Como relata a autora, o perfil típico do *dekassegui* brasileiro era de homens com média de idade entre 40 e 50 anos, pais de família, que dominavam a língua e a cultura japonesa e desejavam permanecer um curto período de tempo no Japão.

Ainda que este movimento assumisse um formato pouco expressivo, já se formaram a partir de então os primeiros nós das redes sociais migratórias, estruturadas segundo Sasaki (1998), não somente pelos candidatos a *dekasseguis* e suas respectivas famílias, como por outros atores sociais, com destaque para as pequenas empresas japonesas que demandavam mão-de-obra e pelas agências de recrutamento, entre outros.

Em seguida, o movimento passou a ser formado em sua maioria por filhos de migrantes japoneses que migraram isoladamente. E, por fim, ele passou a ser caracterizado por casais que migraram sem os filhos, com idade entre os 18 e 40 anos, cuja intenção de permanecer no Japão costuma ser de apenas três anos, reiterando o caráter temporário que é

embutido a tal movimento (SASAKI, 1998). Foi nesta fase, inclusive, que o movimento *dekassegui* atingiu o seu auge: de acordo com o Departamento da Imigração do Ministério da Justiça Japonês, existiam em 2003 cerca de 275.000 brasileiros residindo naquele país.

Embora a autora não mencione, convém assinalar, todavia, que, atualmente, o que se observa é o decréscimo da população brasileira residente no Japão; sobretudo desde 2008, em virtude dos desdobramentos malfadados promovidos da crise econômica e financeira internacional. Fase esta, que ainda permanece inexplorada pela literatura referenciada e que demanda pesquisas que a contemplem, pois, a partir de então, o retorno migratório, traço marcante da migração de brasileiros para o Japão, se tornou ainda mais saliente, um fato que naturalmente tem tido diversos impactos para ambos os países e, mais ainda, para os indivíduos que protagonizam este processo.

Longe de ser um “simples” fato demográfico, a estrutura etária destes indivíduos, juntamente com as aspirações que os motivaram a migrar e com outras características, ajudaram a demarcar os contornos do movimento *dekassegui*, fazendo com que o mesmo se tornasse, quase sempre, sinônimo de problemas sociais. Isto, não bastassem os desdobramentos que a história impôs naturalmente a tais indivíduos, problemáticos em sua essência, como explica Tongu (2010):

Os caminhos percorridos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil são elementos constitutivos de sua configuração como minoria étnica no Brasil. Por outro lado, ao migrarem para o Japão, percorrendo o sentido inverso de seus antepassados, entram em contato com uma sociedade onde suas características físicas são similares à maioria e, no entanto, são identificados culturalmente como brasileiros, continuando como minoria, portanto (TONGU, 2010. p.62).

Com base em dois anos de trabalho de campo no Brasil e no Japão, Tsuda (2003) fez uma etnografia examinando as experiências étnicas tanto dos migrantes brasileiros como dos japoneses a partir do avanço do movimento *dekassegui*. Segundo o autor, embora os migrantes tenham se tornado membros de uma comunidade transnacional, eles têm reforçado os seus sentimentos nacionalistas, evidenciando uma identidade bastante contraditória. O que ajuda a entender tantos entraves: saudade da família, problemas com a cultura, discriminação, educação dos filhos e, logicamente, a própria re-emigração pós-retorno, fruto da árdua adaptação à terra natal que os *dekasseguis* têm vivenciado ao longo de sua história.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Onde não posso deixar de ser metódico é na dúvida”

Casimiro de Brito

Este capítulo presta-se à narração da metodologia da pesquisa, isto é, ao relato do caminho trilhado para se chegar ao objetivo desejado. Para tanto, dividiu-se o mesmo em cinco seções. De início, apresentam-se as características básicas da pesquisa e detalha-se o problema investigado conforme as perguntas que guiaram a recolha das informações. Em seguida, descreve-se a estratégia utilizada para operacionalizar o estudo, apresentando os sujeitos abordados e esmiuçando os procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados. E, por último, relatam-se os limites encontrados no decorrer deste processo.

3.1 Características da pesquisa

Para proceder a pesquisa em questão, adotou-se uma determinada postura ante os fenômenos abordados e realizou-se uma série de escolhas de caráter metodológico, imprimindo à mesma um conjunto de características e propriedades, cujo conhecimento vem a calhar para que os resultados apresentados sejam entendidos em sua plenitude.

Em virtude do objetivo ao qual se propôs, “compreender o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no Pará”, e da problemática que o fundamenta, a pesquisa demandou a observação aprofundada de interfaces costumeiramente reprimidas e de difícil articulação, tais como atitudes, motivos, valores e contextos de referência (TRIVIÑOS, 1987; COOPER; SCHINDLER, 2003).

Em consonância com a complexidade dos elementos tratados, renegou-se de antemão a possibilidade de mensurá-los quantitativamente, arquitetando assim um estudo eminentemente qualitativo e interpretativo, preocupado com a densidade das análises realizadas e não a generalização dos resultados obtidos (CHIZZOTTI, 2006). O que se alinhou perfeitamente com o próprio objetivo que a motivara, afinal, compreender:

não é compreender melhor, nem saber mais, no sentido objetivo, em virtude de conceitos mais claros, nem no da superioridade básica que o consciente possui com respeito ao inconsciente da produção. Bastaria dizer que, quando se logra compreender, compreende-se de um modo diferente (GADAMER, 1997, p.444).

3.2 Detalhando o problema

Amparando-se em pesquisas realizadas em torno dos “grandes temas” da tese - migração de retorno; movimento *dekassegui*; processo de formação de estratégias empreendedoras - e em uma incursão inicial a campo, procedida com o intuito de se familiarizar com a problemática abordada, desdobrou-se cada um dos objetivos específicos do estudo em um conjunto de questões secundárias de menor envergadura, conforme se detalha a seguir.

O primeiro objetivo específico, **Mapear estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará**, implicou no conhecimento de:

1) Que estratégias empreendedoras foram adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará?

Por conseguinte, o segundo objetivo específico, **Caracterizar as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados de acordo com: o porte, tempo de existência, segmento de atuação, mercado atendido**, provocou saber:

- 1) Qual é o porte das estratégias mapeadas?
- 2) Qual o tempo de existência das estratégias mapeadas?
- 3) Em que segmentos as estratégias foram empreendidas?
- 4) Quais são os mercados atendidos pelas estratégias mapeadas?

O terceiro objetivo específico, **Conhecer as estratégias mapeadas de acordo com: as razões de sua adoção, os recursos necessários ao seu desenvolvimento, as mudanças ocorridas no seu desenrolar, as dificuldades encontradas em sua operacionalização e os resultados obtidos pelas mesmas**, levou a questionar:

- 1) Porque tais estratégias foram adotadas?
- 2) O que foi necessário para concretizá-las?
- 3) Que mudanças ocorreram no seu desenrolar?
- 4) Quais foram as dificuldades encontradas durante a sua execução?
- 5) Que resultados foram alcançados através das mesmas?

Já o quarto objetivo específico, **Caracterizar os *dekasseguis* retornados que adotaram tais estratégias de acordo com as suas peculiaridades sócio-demográficas e com suas experiências migratórias**, suscitou questões como:

- 1) Como se caracterizam estes indivíduos em relação aos fatores: gênero, idade, escolaridade, estrutura familiar, grau de descendência nipônica e locais de residência?
- 2) Como se caracteriza a experiência migratória desses indivíduos em relação ao período dos deslocamentos, as razões que os motivaram e as atividades desenvolvidas no decorrer dessa trajetória?

Enquanto o quinto – e último – objetivo, **Analisar como as características individuais (relacionadas aos *dekasseguis* retornados e as suas experiências migratórias especificamente) e os condicionantes ambientais (econômicos, socioculturais, políticos e institucionais) influenciaram o processo de construção das estratégias empreendedoras mapeadas**, trouxe à tona perguntas como:

- 1) Como as características individuais destes indivíduos influenciaram as estratégias adotadas?
- 2) Como a experiência migratória dos retornados influenciou as estratégias adotadas?
- 3) Como o ambiente – econômico, político-institucional e sociocultural – influenciou as estratégias adotadas?

Além de fracionar os objetivos em tarefas de menor envergadura, direcionando os esforços de pesquisa, tais questões pautaram a elaboração de um roteiro de entrevistas preliminares, decisivo na operacionalização do estudo, por ter ajudado a demarcar que aspectos seriam centrais em cada um dos objetivos específicos.

Para averiguar a plausibilidade dos elementos abordados, interrogaram-se alguns sujeitos ligados ao movimento *dekassegui*, tais como: gestores e funcionários do SEBRAE envolvidos no Programa Dekassegui Empreendedor, da Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira (APANB), da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará (INBP) e de “empreiteiras” que têm realizado o recrutamento e a seleção de vários *dekasseguis* paraenses ao longo das últimas décadas. Momentos esses, então denominados de “entrevistas de aprofundamento”, cujo roteiro encontra-se no Apêndice B.

Após tecer algumas considerações sobre os objetivos da pesquisa e expor os pontos que se pretendiam abordar, adveio a afortunada verificação: a maioria dos entrevistados concordou com o que lhes fora exposto, possibilitando o prosseguimento do projeto rumo à escolha da estratégia de pesquisa alinhada à questão que a motivara. Nada mais nada menos do que a decisão mais importante de qualquer investigação, salientam King, Keohane e Verba (1994); mais determinante do que a própria definição das técnicas de coleta/tratamento dos dados, asseguram os autores.

3.3 A estratégia de pesquisa

Para definir a estrutura geral que viria a orientar as demais etapas do estudo, isto é, a estratégia de pesquisa (CRESWELL, 2007), tomou-se como ponto de partida a pergunta de pesquisa delineada: “Como tem ocorrido o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas pelos *dekasseguis* retornados no estado do Pará?”. Visto que a mesma suscita questões do tipo “como”, trata de acontecimentos sobre os quais o pesquisador não tem controle e aborda fenômenos contemporâneos, definiu-se que sua resposta seria alcançada mediante um estudo de caso (YIN, 2005).

Decisão esta, aparentemente sábia, haja vista que a pesquisa objetivava compreender fenômenos sociais complexos e contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, a partir de uma investigação que preservasse as características holísticas e significativas dos eventos abordados. Uma tarefa condizente com tal técnica, que, segundo Yin (2005), é técnica capaz de apreciar contextos e comportamentos singulares que demandam olhares mais direcionados.

Não à toa, aponta-se que os estudos de caso possuem uma elevada capacidade explicativa, independente do foco da análise ser um ambiente, um sujeito ou uma situação em particular (GODOY, 1995). Inclusive, no campo das migrações internacionais, no qual o mesmo tem tido uma importância vital nos últimos anos, assegura Ito (2007).

Nessa pesquisa, concebeu-se como um único caso o conjunto de estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* que retornaram do Japão para o Pará. Sendo assim, as unidades de análise examinadas foram tais estratégias, representadas nomeadamente pelos negócios constituídos por tais sujeitos, e o nível de análise escolhido, tão logo, foi do tipo individual, o que implicou focalizar os sujeitos que protagonizaram tais ações e não nas organizações onde as mesmas se desenrolaram.

Para definir os sujeitos que importariam ao caso, tomou-se como base três referências conjuntamente: os apontamentos de Sasse e Thielemann (2005), para quem, migrantes são pessoas que permaneceram fora da sua localidade de origem por mais de um ano; as diretrizes estabelecidas pelo Projeto “*Migration de Retour au Maghreb*” (MIREM)²¹, segundo as quais, o retornado é “qualquer pessoa que tenha regressado para a sua cidade de origem ao longo dos últimos 10 anos depois de ter vivido em outra cidade, estado ou país” (GUBERT; NORDMAN, 2008, p.2), e ainda; o pensamento de Siqueira (2006), autora que julga serem necessários dois anos no local de origem para, enfim, concretizar o retorno. Uma ideia muito harmônica com o estudo, haja vista que os *dekasseguis* apresentam um alto índice de re-emigração e que só importam os indivíduos que conseguiram se fixar de fato.

Assim procedendo, além de delimitar um período que permite ao entrevistado ser mais preciso em suas lembranças, possibilitando uma avaliação mais efetiva das relações existentes entre a experiência migratória e as estratégias adotadas (IBOURK; CHAMKHI, 2011), acabou demarcando-se também que a abrangência temporal da pesquisa cobriria o primeiro decênio deste século, isto é, do ano 2000 até o ano de 2010. O que lhe atribui uma perspectiva temporal do tipo longitudinal com corte seccional, pois, embora possam se realizar observações prolongadas do fenômeno em questão, a coleta de dados tem um período específico para acontecer (BABBIE, 2013).

Tomando como base as contribuições de Weick (2001), para quem, os indivíduos criam e sustentam a sua trajetória de vida através de processos retrospectivos de “fazer sentido”, considera-se que a perspectiva temporal adotada alinha-se com a postura dos estudos contemporâneos em estratégia. Pois as informações obtidas remetem ao que de fato os sujeitos consideram como “estratégico” no desenrolar de suas iniciativas empresariais (WHITTINGTON, 2006).

Convém pontuar, todavia, que, além das questões temporais, relativas ao período em que ocorreu o regresso, a acessibilidade dos sujeitos também assumiu um papel determinante neste processo de escolha. Em outras palavras, os indivíduos abordados não foram selecionados a partir de amostras probabilísticas, mas sim, com base na intencionalidade do pesquisador, norteando-se sempre pelas informações necessárias para atingir o objetivo do estudo e não por um determinado número de participantes específico.

²¹Programa de pesquisa coletivo, iniciado na França, que é apoiado pelo European University Institute (EUI) e tem desenvolvido diversos trabalhos em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). Com destaque para o estudo desenvolvido sobre os impactos da migração de retorno no desenvolvimento socioeconômico da Argélia, do Marrocos e da Tunísia.

Apesar disso, é interessante assinalar que se conseguiu um contingente significativo de sujeitos. Principalmente, graças à utilização da técnica “bola de neve” (ATKINSON; FLINT, 2011), a partir da qual se solicitou a cada indivíduo inquirido que apontasse outros possíveis participantes para o estudo, resultando em um fluxo contínuo de novos contatos, que só cessou a partir do momento que as informações começaram a ser muito redundantes.

3.4 Os dados da pesquisa

Em virtude do objeto pesquisado e de orientações feitas por Yin (2005) no sentido de garantir a qualidade de um estudo de caso, foram adotadas várias fontes de evidências no desenrolar da investigação. Dentre elas:

a) Órgãos oficiais

Através de entidades do governo brasileiro e japonês, constataram-se vários fatos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Entre os quais, que províncias do Japão possuem maior contingente de trabalhadores brasileiros e quais delas tiveram as maiores perdas de *dekasseguis* nos últimos anos, segundo o Departamento de Migração do Ministério da Justiça do Japão (<http://www.immi-moj.go.jp/index2.html>).

b) IBGE

Por mais que o Censo possua diversas limitações²²(ARAGÓN, 2009), os dados relativos às migrações do Censo 2010 ajudaram a confirmar algumas premissas interessantes, como, por exemplo, os municípios paraenses com maior número de retornados.

c) Estudos prévios sobre o tema

A partir de um levantamento feito na base do currículo *Lattes*, mapeou-se a produção acadêmico-científica existente no Brasil sobre os *dekasseguis*, identificando-se os autores que mais se debruçaram sobre o tema e visualizando os assuntos abordados com maior frequência ao longo dos anos. Constatações estas, que foram de grande valia para a elaboração do referencial teórico empírico do projeto e para a construção dos roteiros das entrevistas, entre tantas outras contribuições.

²²Embora reconheça que os Censos são extremamente relevantes para a explicação de alguns fenômenos, Aragón (2009) afirma, por exemplo, que, especialmente na Amazônia, eles oferecem somente “indícios”, “pistas”, “*insights*”, para pesquisas mais densas. Sobretudo pelos baixos níveis de cobertura, pela heterogeneidade entre os Censos de cada país e pelas dificuldades de acesso às informações, diz o autor.

d) Notícias e reportagens divulgadas na “grande” mídia

Muitos direcionamentos advieram de notícias e reportagens veiculadas na “grande” mídia de um modo geral, logo coletaram-se recortes de jornais, revistas, vídeos de programas de televisão e textos divulgados em blogs e sites sobre o tema; alguns expostos no Anexo C.

e) Materiais audio-visuais

Vários materiais foram úteis para compreender o quão é problemático o movimento de kassegui; o quanto o sonho do regresso à terra natal é presente nesses indivíduos e como a ideia de abrir um negócio faz com que eles abdicuem de suas qualidades de vida no Japão, vivendo exclusivamente em prol da construção de uma poupança que os habilite a concretizar tal sonho. Materiais como os curta-metragens, “Pátria amada, Brasil” e “Dekassegui” (<http://www.overmundo.com.br/banco/dekassegui>), produzidos por Roberto Maxwell, cientista político que reside no Japão e vem estudando o fenômeno de kassegui ao longo da última década - e com quem troquei alguns e-mails ao longo da pesquisa, inclusive -, e o episódio Tóquio do documentário “O mundo segundo os brasileiros”, disponível também no *youtube* (<http://www.youtube.com/watch?v=F1qV2QnJsZ4>), por exemplo.

f) SEBRAE

Dado o papel do SEBRAE no desenvolvimento do Programa Dekassegui Empreendedor, conseguiu-se nessa entidade vários materiais bibliográficos relevantes sobre o tema. Além disso, teve-se acesso a participantes do programa supracitado, a partir dos quais se conheceu outros *dekasseguis* retornados que criaram seus próprios negócios no estado do Pará. Contatos estes, que foram decisivos para a realização da pesquisa.

g) Associações e entidades de classe

Uma parcela significativa dos sujeitos abordados foram indicados pelos gestores de duas associações nipo-brasileiras: APANB e INBP. Indivíduos que, não obstante, também participaram do estudo como informantes-chave, compartilhando suas experiências e conhecimentos sobre o movimento *dekasseguis*. Além disso, obtiveram-se várias informações importantes nos portais da ABD (<http://www.abdnet.org.br/>), do Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei (<http://gruponikkei.wordpress.com/>) e do Centro de Informações e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE) (<http://www.ciate.org.br/>), entre outros.

h) Entrevistas

Por maiores que tenham sido as contribuições advindas de outros instrumentos de pesquisa, as principais evidências foram coletadas através das entrevistas. Afinal, as mesmas “possibilitam um contato mais íntimo e cordial entre o investigador e o entrevistado, favorecendo uma exploração mais robusta de seus saberes, representações, crenças e valores” (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006, p.134). E, não obstante, são bastante pertinentes quando “o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188).

Em síntese, procederam-se dois grupos de entrevistas semiestruturadas em profundidade: seis (06) delas com “gestores de organizações envolvidas com a problemática abordada”, então identificados pela sigla GEP; e outras vinte e oito (28) com os principais atores da pesquisa, “*dekasseguis* retornados e empreendedores”, rotulados pelo acrônimo DRE. Cada qual, contendo o número sequencial com o qual foi inquirido após a sigla (Quadro 02).

Quadro 02 - As entrevistas realizadas segundo o grupo de sujeitos da pesquisa

Identificação	Grupo
GEP 1 a GEP 6	Os seis informantes-chave que atuam como gestores em organizações envolvidas com a problemática dos <i>dekasseguis</i>
DRE 1 a DRE28	Os vinte e oito <i>dekasseguis</i> retornados que criaram negócios próprios após voltar ao estado do Pará

Fonte: elaborado pelo autor (2012)

Em suma, as entrevistas foram constituídas por uma série de perguntas abertas ordenadas de acordo com os objetivos específicos, como mostram os Anexos B e D. Porém, deixou-se sempre um espaço aberto para que os inquiridos fizessem colocações que julgassem necessárias e emitissem opiniões sobre as perguntas realizadas. O que garantiu, portanto, que se aproveitasse devidamente a principal vantagem de tal técnica, que é a sua flexibilidade.

Apesar disso, tentou-se ordenar as questões de modo que as respostas fossem facilitadas, seguindo as diretrizes do Projeto MIREM e de uma série de estudos realizados sobre o retorno migratório em um sentido mais amplo (LYRA, 2003; HIRANO, 2005; OSMAN, 2006): primeiro, as relativas à emigração; em seguida, aquelas sobre o período no Japão, e, por fim; as condizentes com o retorno, o que ajudou na compreensão dos contextos em que se desenrolaram cada um dos deslocamentos realizados.

No que se refere ao registro de tais momentos, o mesmo foi feito através de gravações em formato digital, utilizando para tanto um celular do modelo iPhone. A partir disso, construiu-se um banco de dados com arquivos de áudio e fez-se a posterior transcrição dos mesmos para arquivos de texto, sempre procurando “resguardar todas as informações cedidas pelos entrevistados”, como sugere Triviños (1987, p. 148).

Após este processo de tratamento e organização, os dados coletados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo do tipo categorial temática, uma ferramenta capaz de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005), que, embora tenha sido criada com o intuito de fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de conteúdos divulgados em revistas, jornais, filmes etc. tem sido cada vez mais usada na análise de material qualitativo obtido em entrevistas (MACHADO, 1991, p.53).

Segundo Bardin (2004, p.42), a análise de conteúdo consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” que visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, possibilitando inferências relativas às condições de produção/recepção das mesmas. Definição esta, que parece não ser contestada na literatura, havendo apenas reduções e ressignificações da mesma, como em Puglisi e Franco (2005, p.25), por exemplo, para quem, “a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos”.

A variável determinante para a adoção da análise de conteúdo foi a possibilidade de se trabalhar com uma grande quantidade de dados, algo decisivo para a pesquisa em questão, e ainda, por se conseguir captar as similitudes e divergências existentes nos relatos obtidos. Sobretudo porque tal técnica considera não somente as mensagens como as condições em que as mesmas foram produzidas, pautando-se sempre em uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, como pontua Bardin (2004). Algo bastante plausível, já que “descobrir o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto, seja ele explícito e/ou latente” (MINAYO, 2003, p.74).

Além disso, é vital destacar as observações diretas realizadas, pois praticamente todas as entrevistas ocorreram nas organizações abordadas, o que atende as orientações de Yin (2005) no sentido de aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos e o próprio desejo do pesquisador em ter um contato real com o ambiente investigado (LÜDKE; ANDRÉ, 1996).

Não à toa, analisou-se além das entrevistas uma série de documentos, tais como livros de registros contábeis e materiais promocionais, conhecendo melhor a estrutura, os processos

e, logicamente, as estratégias dos negócios em cheque. Tal procedimento é “essencial num estudo de caso qualitativo que procure apreender aparências, eventos e/ou comportamentos”, como afirma Godoy (1995, p.27).

3.5 Entraves e limitações da pesquisa

De todas as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessa tese, muitas decorreram de um fato em especial: a quantidade e a diversidade dos elementos abordados. Principalmente, pelo fato dos mesmos se mostrarem bastante imbricados na realidade, mas possuírem referências extremamente distintas em determinadas situações. Das estratégias, viu-se tanto os aspectos de cunho objetivo - porte, tempo de atividade, segmento de atuação e mercado atendido -, como aqueles de caráter subjetivo – razões de adoção, recursos utilizados, mudanças ocorridas, dificuldades encontradas e resultados obtidos. Dos *dekasseguis*, tanto características sociodemográficas - gênero, idade, escolaridade, estrutura familiar, grau de descendência – quanto suas experiências migratórias - locais de residência, períodos dos deslocamentos, razões que os motivaram e atividades desenvolvidas. Enfim, um leque de fatores multifacetados, com interfaces muitas vezes caóticas e contraditórias.

Outros obstáculos, por sua vez, estiveram fortemente relacionados com os sujeitos da pesquisa. Pois, não bastasse a falta de dados consolidados sobre os mesmos e tampouco sobre os negócios por eles criados, houve que se lidar com um sentimento bastante enraizado de desconfiança: muitos sujeitos abordados não aceitaram participar da investigação, e, outros, quando aceitaram, demonstraram-se reticentes em ceder algumas informações sobre suas trajetórias migratórias e empresariais.

Diante disso, parece interessante notar também que o próprio método de coleta de dados predominantemente utilizado, as entrevistas, também pode ter imposto alguns limites ao estudo, pois alguns inquiridos mostraram-se bastante reticentes em fornecer algumas informações através das mesmas. O que certamente poderia ter sido atenuado com o uso de um questionário fechado, que não exigisse a interlocução frequente com o pesquisador, um ser até então estranho para os sujeitos abordados. Porém, isto mudaria todos os rumos da pesquisa, contrariando até mesmo o seu objetivo geral.

No entanto, é válido ponderar que não só a entrevista pode ter ocasionado essa desconfiança. Isso por que, alguns casos deixaram bem claro haver diferentes predisposições individuais entre os sujeitos pesquisados: houve quem reservasse uma manhã ou uma tarde inteira para receber a visita do pesquisador, mostrando-se extremamente interessado pelos

achados da pesquisa, mas também quem o fizesse apenas por questão de educação ou etiqueta, salientando de início a existência de pouco tempo disponível para o encontro e – não raro – exprimindo a crença de que “pouco iria contribuir”, por exemplo.

A propósito, em virtude dessa circunstância, alguns relatos obtiveram uma riqueza de detalhes muito maior do que outros, contribuindo mais expressivamente para o desenvolvimento das análises procedidas. Fato este, que pode ter conduzido a sobreposição de determinados pontos de vista em face da suavização de outros, diminuindo assim a robustez da pesquisa, ainda que isso se constituía por si só em um elemento interessante à observação.

Finalmente, não se pode esquecer que as inúmeras diferenças culturais existentes entre o pesquisador e os sujeitos indagados podem ter induzido os mesmos a interpretações distintas dos questionamentos efetuados, conduzindo a respostas desalinhadas com aquelas demandadas para se alcançar o objetivo proposto.

Face a essas limitações, é natural que o estudo seja passível de determinados vieses, contudo, acredita-se que os inúmeros artifícios adotados - entrevistas de sondagem, extensa apreciação da literatura existente, estágio em um renomado centro de pesquisas e utilização da técnica bola de neve - tenham dado luz a uma tese exitosa: capaz de gerar respostas alinhadas com os seus objetivos, bem como indagações valiosas para futuros estudos e, mais importante ainda, informações úteis para os formuladores de políticas públicas e para os próprios *dekasseguis* retornados de modo geral. Afinal, essa pesquisa abarcou toda uma trajetória histórica do painel entrevistado, descrevendo experiências de sucesso que podem ser representativas para muitos outros sujeitos em situação similar.

4 ESTRATÉGIAS EMPREENDEDORAS DE *DEKASSEGUI*S RETORNADOS NO PARÁ

4.1 Mapeando as estratégias empreendedoras

Para compreender as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados ao estado do Pará, tornou-se imperativo realizar de início um mapeamento de tais ações. Para tanto, averiguou-se a existência de informações sobre as mesmas em organizações ligadas à colônia nipônica, à migração de trabalhadores brasileiros para o Japão e ao desenvolvimento de atividades empresariais em um sentido mais amplo, tais como: Associação Cultural Nipo-Brasileira (APANB), Consulado do Japão em Belém, Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará, Associação Brasileira de *Dekasseguis* (ABED), Associação Comercial do Pará (ACP/PA), Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Conselho de Jovens Empresários do Pará (CONJOVE/PA) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Infelizmente, por mais valiosas que sejam as iniciativas empreendidas pelos *dekasseguis* retornados para o desenvolvimento econômico de alguns municípios e para a dinâmica de determinados segmentos, nenhuma das organizações supracitadas dispunha de dados consolidados e organizados sobre as mesmas. O máximo que se obteve foram nomes dispersos, ora de *ex-dekasseguis*, ora de empresas constituídas pelos mesmos. Um resultado que, apesar de possibilitar a elaboração de uma lista preliminar de possíveis sujeitos da pesquisa, deixou claro a necessidade de outras ações para mapeá-las.

Uma das tentativas bem-aventuradas no sentido de dilatar tal lista foi migrar do âmbito institucional para o individual, abordando diversas pessoas ligadas - direta ou indiretamente - com as estratégias empreendedoras pesquisadas, com destaque para: técnicos que atuaram no planejamento e na execução do Programa Dekassegui Empreendedor, gestores de associações, entidades de classe e agências de recursos humanos especializadas em recrutamento e seleção de *dekasseguis*; as ditas “empreiteiras”. Pois, embora estes indivíduos também não tenham ofertado dados consolidados, conheceu-se uma série de outros negócios criados por *ex-dekasseguis* através deles.

Ademais, teve-se a feliz ideia de não cessar o mapeamento, realizando-o de modo continuado ao longo das demais etapas do estudo: indagando, sempre ao final das entrevistas, se os inquiridos teriam conhecimento e poderiam elencar outros empreendimentos criados por *dekasseguis* retornados no estado do Pará.

Assim procedendo, conseguiu-se uma quantidade expressiva de nomes e contatos – algovital para a pesquisa. Por mais que não se almejasse um censo das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* no Pará, ou houvesse qualquer outro compromisso de ordem quantitativa, uma listagem ampla parece ter minimizado as chances de viés e favorecido achados mais condizentes com a realidade. Principalmente, por que muitos dos negócios indicados acabavam não se alinhando aos interesses do estudo: das 76 iniciativas listadas, 16 haviam sido concretizadas antes do ano 2000 e outras 7 após 2010, transgredindo o horizonte temporal estabelecido; 21 haviam sido encerradas ou vendidas para terceiros e; 4 eram de caráter informal. Restando, enfim, as 28 empresas atingidas, caracterizadas na seção seguinte.

4.2 Caracterizando as estratégias empreendedoras mapeadas

Após serem mapeadas, as estratégias miradas pela pesquisa passaram por uma caracterização preliminar, focada no: porte, tempo de atividade, ramo de atuação e mercado atendido pelas empresas abordadas. Aspectos de cunho de objetivo, que, embora sejam incapazes de promover por si só a compreensão desejada pelo estudo, foram de grande valia para nortear suas etapas subsequentes, conforme se pode ver a seguir.

a) O porte

Advertido previamente sobre o receio dos *dekasseguis* retornados em informar valores financeiros, presumiu-se que o porte de seus empreendimentos não deveria ser examinado pelo faturamento anual dos mesmos, indicador comumente utilizado para tal tarefa. Mas sim, por outras referências menos triviais, que, conjuntamente, fossem capazes de retratar a dimensão dos negócios em vista. Entre todas as possibilidades cogitadas, optou-se por: observar as instalações, analisar o leque de produtos/serviços ofertados e identificar a quantidade de funcionários existentes em tais organizações.

Viabilizada, predominantemente, por visitas guiadas pelos próprios inquiridos após o fim das entrevistas, a observação das instalações permitiu ver que os negócios criados por *dekasseguis* retornados no Pará têm uma estrutura operacional relativamente similar. Embora alguns atuem em um cômodo de suas próprias residências e outros possuam duas ou três sedes, o que se vê é que a maioria possui uma sala comercial ou uma casa de tamanho mediano, adaptada para suas finalidades, cujo custo de manutenção é aparentemente baixo.

Não raro, desenvolvendo neste único espaço, atividades significativamente distintas como estocagem, produção, comercialização e pós-venda.

Alimentadas pelo questionamento “com que produtos/serviços a empresa trabalha?” e, sempre que possível, pelo exame visual, as análises dos produtos/serviços ofertados sinalizaram que: a maior parcela dos negócios pesquisados volta seus esforços para frentes bastante específicas, operando com um grupo restrito de insumos e comercializando um volume pequeno de mercadorias. Havendo, inclusive, firmas que trabalham com somente uma atividade desde a sua fundação até os dias de hoje, como é o caso de uma empresa de transporte escolar e de duas imobiliárias dedicadas apenas à locação de imóveis, por exemplo.

Intimamente relacionada com a capacidade produtiva e a robustez das organizações, a quantidade de funcionários foi notificada pelos próprios entrevistados. De acordo com os números concedidos, verificou-se que: os negócios abordados possuem entre dois (02) e vinte e dois (22) colaboradores, e geram em média (09) nove empregos cada um. Uma cifra de pouca expressividade, que os isenta até de algumas exigências legais básicas, como o uso do registro de ponto eletrônico, entre outras.

Aglutinando tais achados, confirmou-se aquilo que se supunha desde o início do estudo, em decorrência das observações e leituras realizadas para delimitá-lo: as estratégias adotadas pelos *dekasseguis* retornados no Pará se concretizam através de micro e pequenas empresas (MPE), organizações nas quais o empreendedor é o principal ator e, geralmente, o único responsável pelo comportamento estratégico (GIMENEZ, 1998).

Em diversas ocasiões, este fato tornou-se ainda mais irrefutável devido à menção de alguns entrevistados ao SIMPLES NACIONAL²³, regime de tributação dedicado exclusivamente às MPE – o que permite, inclusive, por mais que de modo vago e evasivo, conjecturar o faturamento anual dos negócios abordados; tema intocado nas entrevistas, conforme se pontuou anteriormente. Pois, para ser contemplada pelo SIMPLES, a empresa não pode arrecadar mais do que R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) por ano.

²³ A partir dos artigos, 146, 170 e 179 da Constituição Federal surgiram várias leis concedendo benefícios para as microempresas e empresas de pequeno porte. A União instituiu a Lei 9.317, de 1996, criando o SIMPLES, um sistema simplificado de recolhimento de tributos e contribuições federais que, mediante convênio, poderia abranger os tributos devidos aos Estados e aos Municípios (posteriormente alterado em 2007). A Lei Complementar 123/2007 foi posteriormente alterada pela Lei Complementar 127, de 14 de agosto de 2007. As alterações no texto inicial do Novo Estatuto tiveram como objetivos principais o aperfeiçoamento do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL. Regime esse, criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, nos âmbitos dos governos federal, estaduais e municipais.

b) O tempo de atividade

Com base nos anos de fundação informados pelos próprios idealizadores dos empreendimentos em cheque, constatou-se que o tempo de atividade dos negócios criados por *dekasseguis* retornados no estado do Pará varia bastante: existem negócios de apenas 2 anos de idade, cujos percalços iniciais ainda são frequentes e impactantes, como empreitadas de 11 anos, mais longínquas e estruturadas; algumas até com filiais em outros bairros e/ou cidades do estado, cumpre notar. Um fenômeno previsível, pois, como os seus protagonistas retornaram ao Pará em diferentes períodos, já era de se esperar que tais negócios fossem muito distintos uns dos outros em relação a esta variável temporal.

Ainda assim, notaram-se dois grupos de empresas fundadas em anos próximos. Das 28 (vinte e oito) abordadas, 08 (oito) foram iniciadas entre 2001 e 2003, tendo entre 09 (nove) e 11 (onze) anos quando a coleta se processou, e outras 09 (nove), em 2005 e 2006, com 06 (seis) ou 07 (sete) anos de atividade no mesmo período. O que permite inferir, por conseguinte, que muitos desses empreendimentos – 17 (dezesete) ao todo - encontram-se relativamente estruturados e têm uma clientela constituída.

c) O ramo de atuação

A pluralidade de negócios conhecidos permite afirmar que, de um modo geral, os *dekasseguis* retornados ao Pará têm adotado estratégias empreendedoras nos mais variados setores da economia²⁴. Porém, uma análise mais minuciosa logo evidencia que, embora ocorram várias oportunidades em cada um desses setores, alguns ramos de atuação têm sido explorados com mais recorrência. Com destaque para o ramo de vestuário, do qual fazem parte as empresas de confecção, representação e comércio de roupas e calçados, e, sobretudo, para o ramo de alimentação, no qual atuam criadores de aves e de pescados, fornecedores e distribuidores de hortifrúti, representações de gêneros alimentícios, fábricas de gelo e alguns restaurantes. Juntos, eles representam mais da metade das estratégias mapeadas, um fato que certamente suscita análises mais aprofundadas.

²⁴ Consideram-se como setores da economia, os setores: primário, que abrange todas as atividades produtivas envolvidas com a agricultura, a pecuária e o extrativismo (mineral, animal e vegetal), fortemente relacionados com a exploração dos recursos naturais; secundário, que integra as atividades industriais, construção civil e geração de energia, e; terciário, que contempla as atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio (PAIVA; CUNHA, 2008).

d) O mercado atendido

Já no que se refere ao mercado atendido pelos negócios criados por *dekasseguis* no Estado do Pará, identificou-se que embora existam empresas atuando nos mercados nacional e até mesmo internacional, o foco de tais empreendimentos é bastante restrito. Via de regra, seus esforços contemplam apenas o mercado local, isto é, o público da cidade onde a empresa está estabelecida. E, com maior vigor, a população do bairro onde se situam e de suas adjacências. O que talvez explique, ainda que parcialmente, o predomínio de estratégias voltadas para clientes individuais, do tipo pessoa física.

Aglutinando todos os dados obtidos, elaborou-se o Quadro 03, que, em um só tempo, individualiza as estratégias mapeadas e permite uma visualização conjunta das mesmas.

Quadro 03 - Caracterização das estratégias empreendedoras mapeadas

Empresa	Porte	Quantidade de funcionários	Tempo de atividade (anos)	Ramo de atuação	Mercado atendido
1	MPE	13	9	Criação de aves	Local
2	MPE	22	10	Distribuidor de hortifrúti	Nacional
3	MPE	8	7	Franquia de acessórios	Local
4	MPE	7	4	Oficina mecânica	Local
5	MPE	15	9	Distribuição de pescado	Nacional
6	MPE	3	4	Representação de remédios	Local
7	MPE	8	5	Rede de lanchonetes	Local
8	MPE	5	3	Salão de beleza	Local
9	MPE	14	7	Academia	Local
10	MPE	21	11	Distribuição de pescados	Internacional
11	MPE	8	6	Confecção de uniformes	Local
12	MPE	18	9	Distribuição de quentinhas	Local
13	MPE	7	6	Serviços de pintura predial	Local
14	MPE	3	2	Transporte escolar	Local
15	MPE	2	7	Imobiliária	Local
16	MPE	9	3	Restaurante chinês	Local
17	MPE	17	10	Representação de alimentos	Local
18	MPE	8	5	Floricultura	Local
19	MPE	6	9	Distribuição de hortifrúti	Local
20	MPE	6	4	Confecção de moda praia	Local
21	MPE	7	8	Restaurante japonês	Local
22	MPE	2	6	Imobiliária	Local
23	MPE	3	2	Distribuição de gelo	Local
24	MPE	11	8	Restaurante popular	Local
25	MPE	6	6	Reparos imobiliários	Local
26	MPE	14	9	Distribuição de hortifrúti	Local
27	MPE	6	6	Oficina eletrotécnica	Local
28	MPE	7	7	Lava-jato	Local

Fonte: Elaborado pelo autor após o final do mapeamento (2012)

Através dele, constata-se a procedência das inferências realizadas e consegue-se esboçar um perfil típico das estratégias em vista. Salvo algumas exceções, cujas atividades são mais robustas ou o público-alvo está geograficamente distante, trata-se de: negócios pequenos, voltados unicamente para o mercado local, que, em diversos casos, compartilham o mesmo ramo de atuação, e possuem um tempo de existência aproximado. Características interessantes, passíveis de serem analisadas com maior profundidade à medida que se conheça, de modo mais substantivo, a trajetória evolutiva dessas estratégias; foco da etapa subsequente.

4.3 Conhecendo a trajetória das estratégias empreendedoras mapeadas

Afim de conhecer melhor as estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará, investigou-se mais a fundo o desenrolar das mesmas, procurando identificar: as razões de sua adoção, os recursos utilizados para concretizá-la, as mudanças ocorridas em sua trajetória, as dificuldades por ventura encontradas e os resultados obtidos através delas.

a) As razões de adoção

De acordo com as narrativas concedidas, percebe-se que existe uma ampla gama de fatores na gênese das estratégias adotadas, o que reafirma o caráter singular de cada uma dessas iniciativas e reforça a pertinência de estudos como este, atento para suas especificidades.

Para alguns sujeitos inquiridos, suas estratégias foram predominantemente motivadas pela existência de um conhecimento prévio sobre os negócios criados, como denotam as falas de dois ex. *dekasseguis*, hoje donos de um restaurante e de uma floricultura, respectivamente.

Foi isso por que tinha que ser né? Eu já sabia mexer com comida, ajudei meu tio e minha tia (que me criaram) desde criança [...] Todo mundo ajudava, todas as crianças. Era a diversão da gente: cortar, misturar. Só não podia chegar perto do fogão né? Criança é [...] longe do fogão, longe do fogão. Então já [...] já sabia como fazia, como era o dia-a-dia, de quem compra, como é que vende, essas coisas (DRE-24).

Já sabia como funcionava floricultura, gostava de cuidar direitinho. Tive até orquidário só por hobby mesmo. Eu só entendia disso e de moto, que foi com que eu trabalhei no Japão. Preferi flor! (DRE-18).

Outros indivíduos, por sua vez, apontam que a principal razão para a escolha dos negócios criados foi o pequeno volume de capital financeiramente necessário para sua abertura. Ocasionalmente, contando até que, se tivessem mais dinheiro, teriam certamente investido em outra atividade, como se pode ver no relato seguinte.

Eu não queria isso pra mim não. Sempre soube que dava muito trabalho. Mais trabalho do que a gente tinha no Japão, talvez. Mas era o que dava pra abrir; só tinha uma quantidade “x” de dinheiro, então só dava pra abrir o negócio “x”. O “y”, o “z”, etc. que eram os que eu queria, não dava; era pouco dinheiro. Mas aí foi isso, foi indo, indo [...] foi dando certo. Hoje eu gosto, a mulher gosta, os filhos gostam; todo mundo gosta (DRE-04).

Embora de modo menos explícito, outro fator que parece ter influenciado bastante alguns dos empreendedores estudados foi a existência de uma demanda aquecida para os produtos e serviços comercializados pelos mesmos. Pois, por mais que nenhum deles tenha realizado uma pesquisa de mercado intensiva, capaz de apurar tal fato e fundamentar suas escolhas, existem diversas menções aos temas “mercado” e “consumidor” em determinadas narrativas. O proprietário de um lava-jato, por exemplo, pontua que:

Tava vendo desde lá do Japão que não parava de vender carro aqui né, muito trânsito em tudo que é canto do país, engarrafamento [...] isso é muito carro, né? E carro tem que lavar, ainda mais carro novo. Carro novo e limpo, sim. Não vai comprar carro novo e andar de carro sujo. Aí quanto mais vende carro, mais tem consumidor pra lava-jato, cresce o mercado (DRE-28).

Além disso, a pesquisa mostra que há ainda a interferência de amigos e, sobretudo, de familiares, nas decisões tomadas pelos *dekasseguis* retornados. Em alguns casos, de modo mais direto, como naquelas ocasiões onde parentes opinaram sobre “que negócio abrir”. Em outros, de modo mais velado, servindo como referências para que estes sujeitos decidam por si próprios que caminhos abraçar; como ilustram, respectivamente, os trechos seguintes:

Fiquei muito tempo no Japão e quando voltei meus pais disseram: olha, isso aqui tá bom, isso aqui não tá; abre isso, que vai dar certo. Tinha tanta gente se dando mal, perdendo tudo e voltando pro Japão, então decidi ouvir eles e hoje vi que foi bom, não me arrependo (DRE-15).

Um amigo meu voltou um ano antes de mim, mas pra São Paulo, e montou confecção. Minha tia de Acará tinha confecção também [...] Já tinha ideia de como era o negócio, quanto dava pra ganhar, em quanto tempo (DRE-20).

b) Os recursos utilizados

Em consonância com os achados de Beltrão e Sugahara (2006), viu-se que: a materialização dos negócios empreendidos por *dekasseguis* retornados no Pará, dependeu predominantemente do dinheiro poupado por eles no Japão. Tanto é que alguns desses sujeitos responderam a pergunta, “o que foi indispensável para concretizar o seu negócio?”, indagando sem titubear: “além do dinheiro que eu juntei trabalhando lá?”

Diante disso, pensou-se que, embora a pesquisa não tivesse ambições nomeadamente quantitativas, seria interessante tentar auferir a grandeza dessas poupanças; até mesmo para ter uma ideia do capital demandado para iniciar os negócios abordados. Dada a sutileza necessária para tratar de cifras com os *dekasseguis* retornados, optou-se por não questionar o montante acumulado, mas sim, por elencar 05 (cinco) intervalos relativamente amplos – cada um, de R\$20.000 (vinte mil) reais, especificamente - e pedir que os mesmos indicassem qual deles contemplara o valor amealhado.

Por maior que tenha sido o tato na abordagem do tema, 06 (seis) - dos 28 (vinte e oito) - inquiridos não apontaram nenhum dos intervalos propostos; ora alegando não lembrar do valor, ora preferindo não informá-lo. Restando, por conseguinte, 22 (vinte e dois) respondentes, cujas informações permitiram constatar que: embora haja uma discrepância significativa entre as menores e as maiores poupanças, comumente elas oscilam entre R\$40.000 (quarenta mil) e R\$80.000,00 (oitenta mil), como mostra a Tabela 03.

Tabela 03 - Valores poupados no Japão pelos *dekasseguis* abordados

Intervalos elencados	Quantidade de sujeitos
Até R\$ 20.000	2
Acima de R\$ 20.000 e abaixo de R\$ 40.000	3
Acima de R\$ 40.000 e abaixo de R\$ 60.000	7
Acimade R\$ 60.000 e abaixo de R\$ 80.000	8
Acima de R\$ 80.000 e abaixo de R\$ 100.000	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Apesar de predominante, o capital financeiro não foi o único recurso referenciado pelos entrevistados em suas falas. Ocasionalmente, percebe-se que a disponibilidade de mão-de-obra familiar também foi fundamental para a edificação de seus negócios. Sobretudo durante os primeiros anos de atividade, como conta o proprietário do mais antigo empreendimento mapeado pela pesquisa:

Se não tivesse todos eles aqui pra me ajudar – filhos, sobrinhos [...] – dificilmente ia dar certo! Já não tinha muito dinheiro como os concorrentes – são todos grandes, né? ricos [...] - e ainda ia ter que pagar uma folha salarial alta, mais impostos, etc. Não ia dar! Ai vai, ajuda o filho, ajudo o sobrinho. Muitas vezes, sem salário mesmo, por que o negócio é da família; todo mundo só come por causa do negócio (DRE-19).

Em determinados casos, esse tipo de mão-de-obra foi tão imprescindível que chegou a representar a totalidade do quadro funcional de algumas empresas, comenta o dono de uma granja: *Teve tempo aqui que era todo mundo parente! Todo mundo tinha algum grau de parentesco comigo; irmão, tio, primo, enteado [...] Ai depois que foi crescendo, fui chamando gente de fora (DRE-01).*

Assim, o estudo acaba por reforçar a ideia que muitas estratégias empreendedoras adotadas por migrantes retornados se traduzem em forma de “empresas familiares”. Fenômeno este, para qual outros estudos sobre empreendedorismo migrante já haviam chamado a atenção. Em suas investigações sobre os migrantes chineses, cabo-verdianos e indianos em Portugal, Oliveira (2005) observou, por exemplo, que muitos deles recorreram a mão-de-obra familiar como forma de diminuir os custos operacionais de suas firmas e facilitar a sobrevivência das mesmas. Já Vilela (2011), por sua vez, verificou que a inserção socioeconômica e ocupacional dos sírio-libaneses no Brasil esteve fortemente marcada pela utilização extensiva de mão-de-obra familiar, não só por uma questão econômica, como pela vontade de manter posições de status.

Ademais, a mão-de-obra familiar proporciona que o capital financeiro poupado no Japão seja direcionado para outros investimentos, tal como a aquisição de tecnologias de gestão e de produção, ou até mesmo para manter o fluxo de caixa desses empreendimentos no início de suas atividades.

Outro recurso digno de nota é aquele de caráter relacional, fruto dos laços afetivos e profissionais constituídos pelos *dekasseguis* ao longo de suas trajetórias migratórias e de vida. Apesar das menções ao mesmo terem sido mais incomuns e dispersas do que aquelas sobre dinheiro e mão-de-obra familiar, alguns relatos o trazem à tona com bastante vigor, como o cedido por um comerciante, que expusera:

Uma coisa que acabou me ajudou foi sempre ter gostado de gente. Vendo uma espada aqui, um utensílio ali que um amigo japonês manda de lá. Amigo que fiz em uma fábrica onde trabalhei. Vendo uma fruta ou um objeto desses de decoração que você vê aí [...] vem de onde? De outro amigo que conheci em São Paulo; ele já até pra cá também, veio pra festa um ano aí. E eu vendo daqui – peixe, camarão [...] - pra eles também [...] (DRE-05).

Assim, a pesquisa reforça a ideia de que as redes de reciprocidade são fundamentais não só enquanto os migrantes residem no exterior (WILSON; PORTES, 1980; PORTES; MANNING, 1986; PORTES; STEPICK, 1993), como também após o retorno dos mesmos às suas localidades de origem e, particularmente, na concretização de suas estratégias empresariais. Sobretudo, no que tange ao acesso a fornecedores e clientes estabelecidos em outros estados e/ou países, como reflete a fala acima, e a obtenção de informações privilegiadas, sejam elas sobre o negócio iniciado, mais especificamente, ou sobre técnicas e ferramentas de gestão empresarial, como aponta o ex-gestor de um projeto voltado para o fomento do empreendedorismo entre *dekasseguis* retornados: *Os que se deram bem fizeram isso: trocaram informações, experiências, dicas práticas dia-a-dia [...] aí sai todo mundo ganhando ora* (GEP-03).

Dada a sua importância, perguntou-se adicionalmente a alguns entrevistados “como essas redes foram construídas e sustentadas?” Por mais heterogêneas que tenham sido as respostas obtidas, percebe-se com clareza que os meios de comunicação, em particular a internet, têm sido decisivos para o funcionamento das mesmas ultimamente. O que reafirma, por sua vez, os apontamentos de Oiarzabal e Reiphs (201, p. 5), para quem, as novas mídias emergentes e as redes tecnológicas “têm ajudado os migrantes a construir e manter comunidades transnacionais e diásporas, uma vez que mantêm vivos laços profissionais, de amizade e de parentesco”.

c) As mudanças ocorridas

Afim de identificar as principais transformações ocorridas nas estratégias abordadas, procurou-se captar que diferenças os *dekasseguis* retornados percebiam nos seus negócios na atualidade em relação ao passado. Embora se tenha evitado qualquer espécie de hierarquização das mesmas, o fato é que algumas mudanças se sobressaíram mais do que outras, ora pela recorrência com que foi citada, ora pela própria robustez que lhe foi conferida, incitando olhares mais atentos e as explicações subsequentes.

Uma dessas mudanças foi a ampliação da linha de produtos²⁵: atualmente, alguns negócios trabalham com um conjunto de atividades muito mais amplo do que no início de suas trajetórias. Tanto é, que muitos deles tiveram o seu *status* alterado com o passar dos

²⁵Entre as múltiplas concepções existentes sobre “produto”, toma-se como referência uma das mais amplas e aceitas, segundo a qual: produto pode ser considerado todo o “conjunto de atributos tangíveis e intangíveis que proporciona benefícios reais ou percebidos com a finalidade de satisfazer as necessidades e os desejos dos consumidores” (SEMENIK; BAMOSSY, 1995, p. 260).

anos: de oficina de televisores para oficina eletrônica, de serviços de pintura para reparos imobiliários, e de pastelaria para lanchonete, entre outros.

Curiosamente, outras empresas experimentaram o caminho contrário, reduziram o volume de produtos/serviços ao longo de sua história. Em determinados casos, por que preferiram se especializar em uma atividade específica; em outros, por que a dinâmica do mercado acabou induzindo-as a priorizar um grupo de mercadorias, como aconteceu com uma confecção de uniformes corporativos e com um distribuidor de hortifrúteis.

Outra transformação, talvez até relacionada com esse processo de especialização, foi a verticalização da empresa. Pois alguns negócios incorporaram, paulatinamente, algumas atividades que antes eram desenvolvidas por terceiros, forjando rupturas significativas tanto em termos estruturais, quanto em termos de rendimentos, denotam as falas subsequentes:

Mudou de lá pra cá, principalmente por que a gente trouxe tudo pra dentro [...] de pouquinho em pouquinho, foi seguindo o plano e parando de comprar dos outros, de pegar gente dos outros, máquina [...] foi aí que a gente conseguiu vender pra mais longe! E vender melhor. Valor agregado, né? (DRE-10).

Ficou bom quando passei a fabricar o meu, com a minha marca; acabou esse negócio de atravessador, atravessador leva tudo, leva o produto e o lucro junto! (DRE-20).

Embora seja restrita àqueles empreendedores que conseguiram abrir novos pontos de comercialização, a abertura de filiais e de outras unidades também aparece como uma das principais mudanças registradas. A opinião de um comerciante que conseguiu tal feito, por exemplo, mostra que ela altera substancialmente a dinâmica do negócio, pois:

Muda muitas coisas [...] primeiro é o trabalho que duplica, triplica [...] mais funcionário, mais tributo [...] mas aí tem coisa boa também, fornecedor aparece dando brinde, algumas coisas ficam mais baratas, mais gente conhece a empresa, tem gente que pede pra trabalhar nela[...]já não precisa ir atrás (DRE-21).

Observando que algumas mudanças, tais como as duas últimas descritas acima – verticalização e abertura de filiais – são comumente precedidas por estudos, análises e instrumentos capazes de deliberar ações futuras, julga-se que as atividades de planejamento constituem, por si só, uma alteração digna de nota. Seja através de um planejamento estratégico, mais robusto e de longo prazo, ou de um plano de negócios, mais enxuto e de curto/médio prazo, o fato é que, em um determinado momento, alguns *dekasseguis* retornados

passaram a dedicar mais atenção à concepção de seus empreendimentos, como exemplifica o trecho abaixo:

Mudança? Hoje - hoje que eu digo é há uns 4 anos pra cá mais ou menos - a gente pensa mais antes de agir, tá tudo no plano né! Qualquer dúvida, corre nele ele, reúne, faz. Antes era tudo na minha cabeça, não tinha nada escrito. E as coisas tão melhores, pode ver aí (DRE-07).

Vale ressaltar que tanto o número de menções feitas a essas atividades de planejamento, como o próprio conteúdo das mesmas, demonstram que diversos negócios abordados na pesquisa foram criados sem a utilização de um guia capaz de deliberar ações futuras, como um plano de negócios, por exemplo. E sugere, adicionalmente, que vários deles ainda procedem dessa maneira até hoje, mesmo passados alguns anos de sua fundação e sabendo-se que o risco financeiro e profissional é muito maior quando não há planejamento (DEGEN, 1989). O que faz crer que alguns empreendimentos caracterizam-se pela existência de estruturas administrativas bastante rudimentares, voltadas exclusivamente para as operações e rotinas cotidianas, ainda que o seu mercado de atuação seja por vezes complexo e exija uma atenção especial às atividades administrativas e gerenciais, ditas, não à toa: estratégicas.

A entrada de novos sócios também foi uma das modificações ocorridas em determinadas organizações. Realizada majoritariamente em contextos turbulentos, com o intuito de injetar capital financeiro na empresa, para que a mesma superasse uma crise e se mantivesse ativa, ela representou uma série de mudanças na visão de alguns entrevistados. Um deles disse:

O que mais mudou que no início era só eu. Depois entrou mais um sócio, que voltou do Japão também [...] E depois mais um, primo da minha esposa. Cada um botou mais dinheiro, cada um faz uma coisa também, não tá mais tudo comigo [...] melhorou muito (DRE-13).

De certo pela sua recorrência em empresas do ramo alimentício, a troca de fornecedores também foi uma mudança elencada nas entrevistas. Em uma rede de lanchonetes, esta alteração ocorreu à medida que se descobriu quem vendia os produtos demandados com melhor preço, qualidade e prazo; conta o proprietário da mesma. O que denota, por sua vez, que muitos desses sujeitos iniciam suas atividades sem mapear extensivamente os possíveis fornecedores e, por conseguinte, que o aprendizado e a pesquisa estão na raiz deste processo.

Ainda assim, é importante considerar outros aspectos para entender melhor essa alteração. Consoante com os achados de Nakahata (2009), viu-se também que a troca de fornecedores está intimamente relacionada com o crescimento dos negócios. Um ex-*dekassegui* que fornece “quentinhas” na região metropolitana de Belém, por exemplo, explica que mesmo conhecendo os melhores fornecedores desde o início, só conseguiu acessá-los a medida que ampliou suas instalações físicas e que adquiriu uma estabilidade financeira, narrando:

Quando era pequeno, pequeno mesmo, comprava tudo aqui no canto, caro [...] caro[...] aí foi crescendo - mandei fazer uma laje, subi um andar aqui pra cima - e comecei a estocar, mandar buscar de fora, mais barato, mais prazo; e muitas vezes produto melhor também né? Hoje vem tudo de fora, quase nada daqui (DRE-21).

Por fim, convém salientar a mudança de público vivenciada por algumas organizações, pois várias alterações de menor envergadura foram registradas conforme as mesmas focalizaram outros mercados. Sobretudo, naqueles casos onde se migrou do mercado de consumidores individuais²⁶ para o mercado corporativo, passando a atender clientes do tipo “pessoa jurídica”. Afinal, existem inúmeros procedimentos próprios do relacionamento entre empresas que são incomuns nas relações empresa-cliente.

Embora as consequências de todas essas mudanças continuem demandando análises mais aprofundadas, os relatos deixam claro que: algumas delas afetaram o posicionamento de produtos e de mercado, impactando diretamente o desempenho dos negócios; enquanto outras, modificaram, sobretudo as condições administrativas e a estrutura de tais organizações. O que demonstra, na prática, que muitas vezes as estratégias organizacionais estão divididas, de fato, entre atividades de conteúdo e de processo, respectivamente (BULGACOV, 1997).

Já no que tange às causas e ao modo como essas mudanças se processaram, a ramificação se dá de outro modo: de um lado, algumas desejadas e idealizadas previamente; de outro, ações de caráter emergente e repentino, mais condicionadas pela necessidade de articular certas atividades ao ambiente de atuação, como se expõe no Quadro 04.

²⁶Tomando como base os apontamentos de Pride e Ferrell (1993), entende-se mercado de consumidores individuais como “o conjunto de pessoas para quem a empresa cria e mantém um *marketing mix* que especificamente se adapte às necessidades e preferências do grupo”.

Quadro 04 - Mudanças ocorridas nas estratégias segundo sua formulação

Planejadas	Emergentes
Verticalização da empresa	Ampliação da linha de produtos
Troca de fornecedores	Entrada de novos sócios
Atividades de planejamento	Redução da linha de produtos
Abertura de filiais	Mudança de público

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Neste sentido, o caso abordado corrobora as ideias de Mintzberg et al. (2000), para quem, a formulação estratégica não depende unicamente de processos deliberados, tal como um planejamento prévio e formal, podendo ocorrer também de modo inesperado e artesanal. O que desabilita, por conseguinte, qualquer tentativa que ouse apreendê-las através de uma perspectiva puramente lógica e sequencial - dos tempos de Chandler (1962) - e torna premente a utilização de abordagens modernas e cognitivas, capazes de captar a complexidade e as desordens intrínsecas a essas ações (VOLBERDA, 2004).

d) As dificuldades encontradas

Embora as especificidades de cada negócio tenham favorecido o surgimento de dificuldades particulares, cujos impactos e desdobramentos não devem ser menosprezados, viu-se que determinados desagradados foram sentidos em larga escala pelos sujeitos abordados. Alguns deles estiveram intimamente relacionados com a necessidade de adquirir um local para estabelecer o empreendimento, a começar pelo próprio preço dos imóveis, como revela a queixa do dono de uma distribuidora. *Fiquei muitos anos no Japão, e quando voltei tava tudo o olho da cara, tudo caro [...] uma sala aqui pra fazer escritório, tanto mil, uma casinha lá longe, mais tantos mil, muito caro imóvel hoje* (DRE-06).

Que, não obstante, alerta ainda para as restrições colocadas aos sujeitos que não possuem renda fixa no momento de financiar um imóvel. *Aí quando você acha um ponto bom, que atenda as necessidades e tenha preço justo, vai no banco e te pedem tanto papel que você desiste. Dizem logo: não tem renda comprovada, não empresta* (DRE-12).

A propósito, reforçando uma opinião quase consensual entre os brasileiros²⁷, o excesso de burocracias é outro obstáculo apontado, como mostram, respectivamente, as falas de um *dekassegui* retornado e de um gestor envolvido com a problemática.

²⁷De acordo com estudo encomendado pela CNI ao Ibope, oito em cada dez brasileiros veem excesso de burocracia no país. Para eles: o governo deveria eleger o combate à burocracia como uma de suas

Registra aqui, junta documento dali [...] em tudo que a gente faz tem uma perda de tempo por causa de burocracia [...] e vai perdendo tempo hoje, amanhã, vai perdendo dinheiro se fizer conta também, de hora/trabalho né? Japão tudo é hora/trabalho. É dinheiro, dinheiro no lixo (DRE-17).

Eles acabam se enrolando em áreas delicadas do negócio, como a parte trabalhista e a contábil, que têm muitas exigências legais, etc. (GEP-04).

De acordo com algumas entrevistas, a falta de informações também dificultou o desenvolvimento das estratégias mapeadas, sobretudo em seus estágios iniciais, durante a concepção e a implantação do negócio. Similarmente, portanto, ao que ocorrera com os barbianos regressados para seu país, que só conseguiram obter dados da concorrência e do mercado local conforme suas empresas foram se estruturando (PHILLIPS; POTTER, 2009).

Pelo que se pôde notar, tal obstáculo teve mais expressividade para aqueles sujeitos que optaram por investir em segmentos mais dinâmicos, nos quais o grau de concorrência é notavelmente maior e o comportamento da clientela mais complexo, tal como o setor de serviços de um modo geral.

Consoante os apontamentos de Beltrão e Sugahara (2006), a alta incidência de altos encargos trabalhistas e tributários também foi elencada repetidamente como um obstáculo. Nada que surpreenda, quando se sabe que a carga tributária elevada é um dos maiores limitantes do empreendedorismo no país²⁸ (SALES; BARROS; PEREIRA, 2008), e, quando se vê que não há um retorno digno desses tributos em termos de qualidade de vida e de bem estar da população (AMARAL; OLENIKE; AMARAL, 2013).

Brasil tem essa coisa de imposto né? Tava vendo outro dia na rua, aqui na Presidente Vargas, já viu? Tem lá quanto brasileiro já pagou de imposto esse ano [...] e agora tem mais um ano aí na frente (referindo-se a chegada de 2013), todo ano a mesma história. Isso logo que eu cheguei foi complicado, o dinheiro voa todo pra imposto, taxa etc. (DRE-15).

Um último entrave apontado foi a falta de “gente de confiança”; disseram alguns pesquisados. Principalmente para aqueles empreendimentos que cresceram e passaram por uma fase de descentralização, tanto das decisões, como das atividades do dia-a-dia. O que,

prioridades; o excesso de procedimentos estimula a corrupção e acaba incentivando a informalidade e o desperdício de recursos públicos (Disponível em: www.imil.org.br/blog/ptoito-em-cada-dez-brasileiros-veem-excesso-de-burocracia-pas/).

²⁸ Apenas para ter uma noção, em 2010, um dos últimos anos abrangidos pela pesquisa, houve cerca de quatro mil mudanças na legislação, alterando o valor de alíquotas, datas de pagamento e informações solicitadas, destaca o gerente executivo de uma pesquisa conduzida pelo Conselho Nacional das Indústrias (CNI). (www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/87489.html).

presume-se, está atrelado ao fato de outros *dekasseguis* retornados terem sido enganados pelos seus próprios colaboradores. Com isso, explica um dos inquiridos: *Tem que puxar certas coisas pra gente [...] Sem ter “gente de confiança”, vai dar pra eles fazerem? Vai se dar mal! É capaz de fazerem ruim e ainda levarem um troco; até hoje só eu faço as compras, por exemplo* (DRE-24).

Observando esses obstáculos, percebe-se que eles possuem procedências diversas: às vezes relacionados com as próprias insuficiências dos sujeitos abordados, as vezes advindos dos ambientes – técnico, sociocultural e institucional - em que os mesmos atuam (SCOTT; MEYER, 1991), conforme sintetiza o Quadro 05.

Quadro 05 - Dificuldades encontradas pelos *dekasseguis* abordados no decorrer de suas estratégias, segundo sua procedência

Dificuldades	Procedência
Falta de informações Falta de “gente de confiança”	Individual
Obtenção de um imóvel Excesso de burocracia Altos valor dos tributos	Ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Convêm salientar, todavia, que tal segmentação serve apenas para obter um conhecimento preliminar das dificuldades encontradas. Afinal, sabe-se que as ideias de organização e de ambiente são apenas rótulos convenientes para padrões de atividade, como explicam Smircich e Stubbart (1985, p.726): “o que as pessoas fazem referência como seu ambiente é criado por ações humanas acompanhadas por esforços intelectuais para fazer sentido dessas ações”. Do contrário, pode-se assumir uma ótica funcionalista, segundo a qual as organizações buscam sempre se ajustar aos ambientes. Uma ideia aparentemente inadequada, visto que os ambientes são socialmente construídos por meio de interações que permeiam as práticas sociais dos próprios estrategistas e de outros atores. Ou seja, que é o próprio estrategista, interagindo e negociando sua realidade com outros atores sociais, quem faz ou decreta seu contexto e, por si mesmo, separa, sobrepõe, integra ou desloca os limites das categorias socialmente construídas ambiente e organização; todas formadas em um só tempo (MACIEL; WEYMER; AUGUSTO, 2012).

Talvez, por isso, seja mais útil às análises desejadas classificar tais obstáculos conforme o instante em que eles afloraram, isto é, de acordo com as fases do negócio. Assim procedendo, verifica-se que: a) as dificuldades relacionadas à obtenção do imóvel e à falta de

informações sobre o mercado de atuação são típicas do início das atividades; b) aquela relacionada à confiança costuma ocorrer à medida que as organizações crescem e demandam a descentralização de alguns processos e decisões e, c) que o excesso de burocracia e o alto valor dos tributos são reclamações constantes, sentidos em diferentes ocasiões.

e) Os resultados obtidos

De modo geral, acredita-se que as estratégias empreendedoras examinadas conduziram à obtenção de bons resultados. Pois, por mais que não se tenha números que retratem a situação financeira ou de mercado dos negócios abordados, é fato que os mesmos conseguiram tornar factível um objetivo que, em boa parte dos casos, está na gênese da sua própria criação: a fixação desses *dekasseguis* retornados no estado do Pará. Ou seja, o tão sonhado retorno desses indivíduos à sua terra natal; como ilustra a fala de um comerciante. *Hoje eu olho pra trás e vejo que deu certo, tô aqui de volta, voltei pra ficar [...] tudo graças a essa loja* (DRE-03).

Além do que, nota-se que a maioria absoluta dos entrevistados parece ser bastante otimista quanto ao futuro de seus respectivos empreendimentos. Segundo alguns inquiridos, por exemplo, seus negócios devem não só sobreviver como crescer nos próximos anos, como mostra a fala seguinte.

A tendência é que continue e ainda cresça. Depois que conseguir implantar mais outras lojas, pontos de venda né. Vende mais, tem que comprar mais. Aumenta compra, compra mais barato. Mais lucro, mais dinheiro pra montar outra, assim vai indo [...] (DRE-26).

Ainda assim, é sempre válido salientar que não há uma posição unânime: embora sejam minoria, há também aqueles que receiam pelo fechamento de sua empresa, como mostra a fala de um empreendedor cujo negócio passava por sérias dificuldades financeiras no momento da entrevista. *Hoje eu não sei nem se vai ter empresa daqui há alguns meses[...] Se continuar do jeito que tá, vai ter que demitir um, dois[...] quando vê, é capaz de não ter mais ninguém! não tem mais ninguém, não mais nada, acabou*(DRE-27).

Entre esses, alguns afirmaram considerar inclusive a possibilidade de reemigrar: *Se continuar assim [...] não tiver jeito mesmo, aí é voltar pra lá [...]* (DRE-14).

O que demonstra que a avaliação do resultado obtido depende, sobretudo, da situação atual da organização: vivendo uma boa fase, dá-se o objetivo como alcançados; do contrário, julga-se que fechar o negócio e emigrar novamente é uma possível solução. E, retrata, por

consequente, que a percepção dos entrevistados é bastante influenciada pelas várias histórias de fracasso vivenciadas por outros *dekasseguis* retornados; histórias amplamente divulgadas na mídia e na literatura (SASAKI, 1996; OLIVEIRA, 1998; HIRANO, 2005).

No entanto, o fato é que as evidências coletadas reforçam os achados obtidos por Beltrão e Sugahara (2006) acerca do desempenho de negócios empreendidos por *dekasseguis* retornados em outros estados do Brasil. O que estimula o desenvolvimento de ações, dentre elas as de cunho acadêmico, voltadas para esses indivíduos e para suas empresas.

Conhecidas as principais características e particularidades das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados ao Pará, tanto em seus termos mais objetivos, como mais substantivos, segue-se então para a caracterização dos indivíduos que as protagonizaram e de seus respectivos itinerários migratórios. Antes disso, porém, agrupam-se os principais achados dessa secção no Quadro 06, favorecendo uma visão conjunta dos mesmos e a realização de algumas análises e reflexões.

Quadro 06 - Síntese da trajetória das estratégias empreendedoras mapeadas

Aspecto investigado	Achados
Razões de adoção	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento prévio sobre os negócios criados • Pequeno volume de capital financeiro necessário • Demanda aquecida para os produtos e serviços ofertados • Interferência de amigos e de familiares
Recursos utilizados	<ul style="list-style-type: none"> • Dinheiro poupado no Japão • Disponibilidade de mão-de-obra familiar • Recursos relacionais
Mudanças ocorridas	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da linha de produtos/serviços • Redução da linha de produtos/serviços • Verticalização da empresa • Abertura de filiais • Atividades de planejamento • Entrada de novos sócios • Troca de fornecedores • Mudança de público
Dificuldades encontradas	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir um local de funcionamento • Excesso de burocracias • Falta de informações • Incidência de altos encargos trabalhistas e tributários • Falta de “gente de confiança”
Resultados obtidos	<ul style="list-style-type: none"> • Bons, permitindo a concretização do retorno à terra natal

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

4.4 Conhecendo os protagonistas das estratégias empreendedoras mapeadas

Para compreender o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará, tornou-se premente conhecer melhor os responsáveis pela criação e desenvolvimento das mesmas, investigando assim: suas peculiaridades sociodemográficas - gênero, idade, escolaridade, estrutura familiar, grau de descendência e locais de residência - e suas experiências migratórias, isto é, os períodos dos deslocamentos, as razões que os ocasionaram e as atividades desenvolvidas em cada uma de suas etapas; desde o momento pré-emigração até a concretização do retorno.

a) Gênero

O contingente de *dekasseguis* retornados abordados na pesquisa é composto, predominantemente, por sujeitos do sexo masculino. Entre um total de vinte e oito indivíduos, há apenas cinco mulheres, conforme mostra a Tabela 04:

Tabela 04 - Gênero dos *dekasseguis* abordados

Sexo	Quantidade
Masculino	23
Feminino	5
TOTAL	28

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

De certo, por que o movimento *dekassegui* foi composto majoritariamente por homens durante muitos anos (SEBRAE, 2007; SASAKI, 2009) e, não obstante, por haver nitidamente na comunidade nipônica uma cultura que responsabiliza o homem pelo sustento da família e associa as mulheres à maternidade e ao trabalho no lar (NAKAMOTO, 2011).

b) Idade

No que tange à idade dos sujeitos abordados no momento da coleta, há uma dispersão relativa entre diferentes faixas-etárias, como se pode ver na Tabela 03:

Tabela 05 - Idade dos *dekasseguis* abordados

Idade	Quantidade
Dos 30 aos 39 anos	7
Dos 40 aos 49 anos	12
Dos 50 aos 59 anos	7
60 anos ou mais	2
TOTAL	28

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Através dela, consegue-se perceber, todavia, que os sujeitos abordados são, em sua maioria, de média idade, pois não há nenhum deles com menos de 30 anos e apenas três com mais de 60. Outro fato interessante é que, concatenando o gênero de tais indivíduos com a sua idade, existe uma pequena diferença entre homens e mulheres. Como mostra a Tabela 06, os homens possuem representantes em todos os estratos, ao passo que as mulheres concentram-se unicamente em um deles: entre os 30 e 39 anos de idade. Um dado que reflete de certo modo o aumento da presença das mulheres no movimento *dekassegui* em tempos mais recentes.

Tabela 06 - Idade dos *dekasseguis* abordados, segundo o gênero

Idade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Até os 30 anos	0	0
Dos 30 aos 39 anos	2	5
Dos 40 aos 49 anos	12	0
Dos 50 aos 59 anos	7	0
Mais de 60 anos	2	0
TOTAL	23	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

c) Escolaridade

Em relação ao quesito escolaridade, verifica-se que: os sujeitos abordados possuem diferentes graus de instrução e formação, havendo desde indivíduos com apenas o ensino fundamental até aqueles com cursos de pós-graduação, como ilustra a Tabela 07. Ainda assim, é perceptível que há uma predominância de sujeitos com ensino médio e com ensino superior, o que permite acreditar na importância da educação no desenvolvimento das estratégias empreendedoras adotadas pelos mesmos.

Tabela 07 - Nível de escolaridade dos *dekasseguis* abordados

Nível de escolaridade	Quantidade
Sem grau escolar (sem instrução formal)	0
Ensino fundamental (1 grau, antigo primário ou elementar)	2
Ensino médio (2 grau, antigo científico, clássico ou escola normal)	12
Ensino superior (3 grau, faculdade, universidade)	9
Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)	5
TOTAL	28

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Tal fato é ainda mais saliente entre as mulheres abordadas. Pois, ao cruzar os dados referentes a escolaridade com o gênero dos sujeitos abordados, verifica-se que há, entre as poucas representantes do sexo feminino, um número expressivo de pós-graduadas, como mostra a Tabela 08.

Tabela 08 - Nível de escolaridade dos *dekasseguis* abordados, segundo o gênero

Nível de escolaridade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Sem grau escolar	0	0
Ensino fundamental	2	0
Ensino médio	11	1
Ensino superior	8	1
Pós-graduação	2	3
TOTAL	23	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Neste sentido, pode-se inferir que as mulheres abordadas pela pesquisa corroboram algumas tendências mais amplas, sentidas na sociedade brasileira de modo geral, como a expansão do ensino superior e o aumento de pessoas pós-graduadas do sexo feminino. Um fato decorrente, dentre outros fatos, das inúmeras conquistas obtidas pelas mulheres nas últimas décadas.

Realizando uma correlação entre a escolaridade dos sujeitos abordados e suas respectivas idades, nota-se ainda que os poucos casos em que havia apenas o ensino fundamental eram de pessoas com mais idade, como se pode ver na Tabela 08. O que confirma uma premissa anterior, decorrente das leituras realizadas sobre o tema, de que os primeiros *dekasseguis* possuíam níveis educacionais inferiores em relação aos *dekasseguis* emigrados a partir de 1990 (SASAKI, 2009).

Tabela 09 - Nível de escolaridade dos *dekasseguis* abordados, segundo a idade

Nível de escolaridade	Idade				
	<30	30-39	40-49	50-59	>60
Sem grau escolar	-	-	-	-	-
Ensino fundamental	-	-	-	-	2
Ensino médio	-	1	6	5	-
Ensino superior	-	2	5	2	-
Pós-graduação	-	4	1	-	-
TOTAL	0	7	12	7	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

d) Estrutura familiar

No que se refere a estrutura familiar dos sujeitos abordados, a maioria absoluta dos mesmos é casada e possui mais de um filho, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Estrutura familiar dos *dekasseguis* abordados

Código dos sujeitos	Estado civil	Quantidade de filhos
DRE-1	Casado	2
DRE-2	Solteiro	1
DRE-3	Casado	1
DRE-4	Casado	0
DRE-5	Casado	4
DRE-6	Casado	3
DRE-7	Casado	2
DRE-8	Casado	1
DRE-9	Casado	2
DRE-10	Casado	2
DRE-11	Viúvo	1
DRE-12	Casado	2
DRE-13	Casado	3
DRE-14	Casado	2
DRE-15	Casado	5
DRE-16	Casado	2
DRE-17	Casado	1
DRE-18	Casado	0
DRE-19	Divorciado	3
DRE-20	Casado	1
DRE-21	Casado	1
DRE-22	Divorciado	2
DRE-23	Casado	1
DRE-24	Casado	2
DRE-25	Casado	2
DRE-26	Casado	1
DRE-27	Casado	1
DRE-28	Solteiro	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Afim de saber se os sujeitos abordados já possuíam esta estrutura familiar – ou pelo menos o seu núcleo base - desde o Japão, confirmando assim uma tendência mais

ampla, apontada pelo próprio governo japonês em 2004²⁹, inquiriu-se aos indivíduos casados e/ou com filhos: “desde quando a sua família foi constituída?”.

Salvo algumas exceções, cujo casamento e/ou os filhos advieram após o retorno, verificou-se que se tratam de famílias formadas antes mesmo da emigração. Sendo elas, inclusive, uma das fortes razões de tais deslocamentos, como mostra o relato abaixo:

Tenho família desde que fui pra lá (Japão), tenho filho grande já. E é por causa deles que eu fui também. Pra dar uma vida melhor, que aqui tava difícil naquela época. É sempre difícil, mas naquela época tava demais; [...] não faltava comida [...], mas pra manter o padrão era brabo (DRE-08).

Ao evidenciar que o projeto migratório costuma ser impulsionado pelo desejo de prover uma certa ascensão social a um núcleo familiar previamente constituído, este estudo reforça a ideia que a migração de brasileiros pro Japão costuma integrar uma estratégia familiar mais ampla. O que, sabe-se: também ocorre em muitas outras correntes migratórias, tais como a de poloneses em Londres, estudada por Ryan et. al. (2009), por exemplo.

Apesar de várias histórias demonstrarem que a experiência migratória deu-se por ensejos coletivos, é importante frisar que nem todos que possuíam família constituída antes da emigração as levaram consigo em seus deslocamentos. Quando indagados se “todos haviam morado no Japão?”, muitos responderam: “não”, “é lógico que não”, ao passo que outros disseram “sim” sem titubear. Afim de entender melhor os fundamentos de cada comportamento, questionou-se o “porquê” dos mesmos, obtendo-se por conseguinte dois grupos de respostas divergentes. Para alguns sujeitos: *Levar a família ia complicar ainda mais, é mais um empecilho [...] Teve saudade, distância, mas não teve gasto que ia ter com a família. Tem que dar atenção também, e lá mais trabalho, trabalho (DRE-02).*

Outros, reforçando os apontamentos de Almeida e Barreto (1976)³⁰, disseram que:

Sem eles (a família) não ia ter condições. É por isso que tanta gente volta logo, sem nem juntar dinheiro direito; fica doido de saudade, não aguenta. Além do mais, são dois trabalhando, marido e mulher. Se filhos for adulto, filho trabalha também. Mais dinheiro e menos saudade né?! (DRE-07).

²⁹De acordo com a maior pesquisa feita pelo governo japonês sobre os *dekasseguis* de origem brasileira, realizada no ano de 2004, o contingente de indivíduos casados representava cerca de 71% da população total e a maior parte dos mesmos possuía pelo menos um filho (SEBRAE, 2007).

³⁰A partir de um estudo sobre a migração portuguesa, o autor aponta que: “a presença de familiares na emigração acabou por reforçar a estratégia de regresso, garantindo ao núcleo familiar maior rendimento” (ALMEIDA; BARRETO, 1976, p. 11).

Achados estes, que, além de revelar as razões subjacentes às decisões de levar ou não as famílias para o Japão, foram bastante valiosos para ilustrar a existência de distintos estilos cognitivos entre os sujeitos abordados, reafirmando que, embora constituam um mesmo movimento, os *dekasseguis* podem ter percepções bastante singulares sobre vários assuntos, desde os riscos embutidos em suas empreitadas migratórias até as dificuldades que possivelmente enfrentariam no Oriente. O que incentivou ainda mais o conhecimento do grau de descendência de tais sujeitos, pois as diferenças existentes entre uma e outra geração poderiam ajudar na elucidação destas e de tantas outras particularidades.

e) Grau de descendência

No que toca ao grau de descendência dos *dekasseguis* retornados sob análise, viu-se que existem representantes de todas as gerações abrangidas pela lei de migração japonesa, isto é, de primeira, segunda e terceira geração. Entretanto, percebe-se facilmente que há uma predominância de *nisseis* - descendentes de segunda geração - em relação aos *sanseis* - membros da terceira geração. Fato este, que de certo modo não causa estranheza, pois como a idade dos sujeitos oscila, predominantemente, entre os quarenta e sessenta anos, era de se esperar que a maioria não fosse nem japoneses natos e nem netos de japoneses.

Além de tal constatação, também se averiguou que nem todos os sujeitos em cheque possuem alguma ascendência nipônica, ou seja, laços co-sanguíneos com pessoas nascidas no Japão. Como foi o caso de três indivíduos, mais especificamente, que só conseguiram se tornar *dekasseguis* por serem casados com descendentes de japoneses. Um contingente pouco expressivo em termos quantitativos, mas que despertou um interesse todo especial, por se saber que o casamento com nipo-descendentes tem sido, assim como as adoções forjadas, uma estratégia adotada de modo proposital por alguns brasileiros que pretendem ir trabalhar no Japão, como discorre a dona de uma agência de recrutamento e seleção de *dekasseguis*:

Teve muita gente de fora da colônia que também foi: maridos, esposas [...] e alguns a gente sabe que não eram maridos nada né [...] a mesma coisa adoção, teve tempo que foi moda; tinha perto de 18, era adotado. Tem até um caso famoso, saiu em jornal e tudo. Um sr. lá no Amazonas - japonês - tinha quase cento e cinquenta filhos adotados! E cada um pagava por isso [...] imagina? [...] Não é todo japonês que é santo não. Apareceu dinheiro, aparece sempre um ou outro esperto (GEP-02).

f) Locais de residência

Ao observar o local de residência antes da emigração, notou-se que, exceto dois entrevistados, que residiam em São Paulo antes de tal episódio, todos os demais viviam no Pará. Parte deles, no município de Belém, e os demais em municípios do interior do Estado, tais como: Tomé-Açu, Castanhal, Acará, Santa Izabel e Barcarena, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 - Residência dos *dekasseguis* abordados antes de emigrar

Município	Quantidade
Belém	7
Tomé-Açu	6
Castanhal	4
Acará	4
Santa Izabel	3
Barcarena	2
São Paulo	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

No que se refere ao local de residência no Japão, o estudo mostra que uma parcela significativa dos sujeitos abordados residiram nas mesmas províncias ou em províncias muito próximas umas das outras, como mostra a Tabela 12:

Tabela 12 – Residência no Japão dos *dekasseguis* abordados

Província	Quantidade
Shizuoka	10
Aichi	5
Saitama	4
Gunma	3
Gifu	3
Kanagawa	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Tal fato não causa surpresa, pois essas províncias – localizadas na região central do país, mais especificamente, em sua principal ilha, Honshu – concentram a maior parte das plantas industriais japonesas, havendo assim um grande adensamento de brasileiros (ITO, 2002). E, conseqüentemente, uma série de redes sociais - laços de amizade, parentesco ou profissionais - que ligam as comunidades de origem a pontos de destino específicos nas sociedades receptoras.

Já no que toca a localidade de retorno, viu-se que a maioria dos inquiridos se estabeleceu na capital do estado, Belém, ou em cidades adjacentes. Se não de imediato, mas logo após poucos meses da sua chegada. Pelo que se percebeu, em virtude de vários fatores conjugados, tais como: a diversidade de atividades econômicas encontrada na região metropolitana (GOMES; ANDRADE 2011), a existência de mais oportunidades de aprimoramento e uma melhor adaptação à vida urbana. Afinal, além das questões simbólicas colocadas por Bianchi (1983)³¹, o tamanho e a estrutura econômica das cidades influem substancialmente nas decisões tomadas pelos migrantes e condicionam o modo como os mesmos são incorporados no mercado de trabalho (SCHILLER; ÇAGLAR, 2009).

g) Períodos da migração

A maior parte dos abordados afirma que emigrou para o Japão entre a metade da década de 1990 e o início dos anos 2000, período em que o movimento *dekassegui* passou por uma fase de consolidação das redes sociais. Já passado, portanto, a fase de massificação, originada pela forte demanda das empresas japonesas por mão-de-obra estrangeira e pelas reformulações na lei de migração que concederam alguns direitos aos nipo-descendentes (SASAKI, 2009).

Talvez por isso, tenha-se observado que o tempo de permanência dos mesmos foi bastante semelhante ao dos demais *dekasseguis* desse período: enquanto a média nacional oscilava entre três (03) e cinco (05) anos³², a maior parte dos entrevistados diz ter ficado de quatro (04) a seis (06) anos; uma diferença pouco expressiva para fins de comparação.

³¹ De acordo com este autor: “a mudança para o meio urbano é vista como uma promoção para o indivíduo, enquanto tornar a residir em meio rural representa um retrocesso inadmissível” (BIANCHI, 1983, p. 75).

³² Segundo os estudos de Tsuda (2003), os *dekasseguis* brasileiros emigrados nesse período ficavam entre 3 e 5 anos no Japão, tempo suficiente para ganhar dinheiro e voltar para investir. No entanto, essa estada está se estendendo nos últimos anos. Muitos deles, afirma o autor, já estão no Japão há mais de 10 anos e vários já conseguiram o visto permanente, pois obtivera a nacionalidade japonesa através da naturalização.

Tabela 13 - Tempo de permanência no Japão dos *dekasseguis* abordados

Tempo de permanência	Quantidade de sujeitos
Até 1 ano	-
Acima de 1 ano e abaixo de 4 anos	7
Acima de 4 anos e abaixo de 6 anos	16
Acima de 6 anos e abaixo de 8 anos	4
Acima de 8 anos e abaixo de 10 anos	1
Acima de 10 anos	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Do mesmo modo, no que toca ao período de retorno. Embora existam indivíduos que retornaram no início do ano 2000 e outros que o fizeram somente em 2010, é nítido que a maior parte dos mesmos regressou antes de eclodir a última grande crise econômica, responsável pelo retorno de aproximadamente 4.385 brasileiros só no ano de 2008 segundo dados da *Japan Immigration Association* (UEHARA, 2009; SASAKI, 2010).

Nesse sentido, apesar de existirem inúmeras diferenças entre cada uma das experiências migratórias conhecidas, há uma forte tendência em caracterizá-las, do ponto de vista de suas temporalidades, como: deslocamentos ocorridos entre o fim da década de 1990 e o início da década seguinte, que duraram de quatro (04) a seis (06) anos, e foram concluídas em meados dos anos 2000, antes da crise abalar severamente o mercado de trabalho japonês.

Convém salientar, todavia, que alguns sujeitos abordados emigraram mais de uma vez para o Japão, informando assim períodos - de partida, permanência e retorno – distintos, cada qual condizente a um de seus deslocamentos. Um fato valioso para as análises realizadas na secção seguinte, mas que, para fins de caracterização, foi posto de lado. Pois, como a estratégia empreendedora em análise foi desenvolvida somente após o último regresso desses sujeitos, optou-se por considerar unicamente os períodos de sua migração mais recente. E assim também com as razões que os ocasionaram e as atividades desenvolvidas; antes, durante e depois da estadia no Japão.

h) As razões dos deslocamentos

Ainda que muitos *dekasseguis* vislumbrem a migração como uma “tábua de salvação”, viu-se que tal motivo ocupou um espaço marginal no conjunto de relatos obtidos. Um dos poucos casos de manifestação explícita foi o de um sujeito natural de Tomé-Açu, que antes da partida encontrava-se desempregado e sem condições de sustentar a sua família. Disse ele: *A gente costumava dizer que não tinha mais luz no fim do túnel, depois começou a dizer que nem túnel tinha mais. O jeito era ir pra lá* (DRE-16).

Assim como muitos outros brasileiros emigrados para o exterior (SIQUEIRA, 2009), a maioria absoluta dos entrevistados atribuíram sua emigração às chances de melhorar de vida mais rapidamente. Principalmente, por saber que as remunerações ofertadas no Japão os ajudariam a construir uma poupança dificilmente alcançada no Brasil, a qual poderiam utilizar para comprar uma casa própria ou investir em um negócio próprio após o retorno.

Isto comprova que ir para o Japão é um fenômeno relacionado diretamente com a perseguição pelo capital e com a vontade de ascender socialmente. Tratando-se, assim, de um movimento circunscrito dentro de um projeto de vida mais amplo, similar aquele empreendido há quase um século pelos antepassados desses indivíduos, que vieram do Japão em busca de enriquecimento e melhorias de vida (NOGUEIRA, 1973; BOCCI, 2009).

Eu fui por que vi nessa viagem uma esperança pra crescer! Tinha tentado mudar de emprego, estudar, me mudei pra Belém [...] Nada! Não passava fome, tinha minha vida normal, mas até quando? Aí vi uma reportagem, conversei com meu pai, mãe, mulher [...] e disse: vou pro Japão! (DRE-10)

Atrelado a isso, muitos motivaram-se também pela existência de uma rede de amparo no Japão, formada por amigos e/ou familiares que prometiam favorecer a inserção dos mesmos na sociedade local. Um dos inquiridos conta que: *Eu tinha vários conhecidos lá já, então eu sabia que era só eu ir e pronto. Já ia ter casa pra morar, emprego [...] e até intérprete, pois o meu japonês era até bom, mas tava enferrujado né (DRE-12).*

Por último, parece válido salientar também uma razão menos notória, mas que de certo modo foi bastante influente na gênese de alguns deslocamentos: a vontade de conhecer a terra dos ancestrais, como explica a fala abaixo:

Além de tudo, queria conhecer o Japão né? Quem não quer conhecer o Japão, terra do avô, da avó, do sol nascente. É um país que tem uma cultura muito diferente, tem muito a ensinar pro Ocidente. E ir ganhando dinheiro é melhor ainda (DRE-15).

Já quando se observam as razões que motivaram o retorno, apoia-se facilmente nas afirmações de Gmelch (1980), para quem, a família é um elemento central em tal processo. De acordo com um pequeno comerciante, por exemplo: *Voltei por causa da família aqui ora. Todo mundo é o mesmo motivo quase. Mulher, filho, tá todo mundo aqui né? Mesmo quando leva todo mundo, sempre tem as raízes aqui. A gente é daqui, não tem jeito (DRE-07).*

No entanto, convêm ponderar sempre que esse apelo de retornar por questões familiares costuma ter um caráter muito mais simbólico do que objetivo de fato. Afinal, como

mostram os estudos da professora Ana Cristina Braga Martes sobre o retorno de brasileiros dos EUA para Poços de Caldas (MG), o retorno é, muitas vezes, interpretado como uma espécie de chamado, ao qual respondem, como se soubessem, desde que partiram que a hora do retorno chegaria: “é a família, esposa e filhos, que justificam a volta, uma espécie de odisseia popular, o fim de uma experiência que se quer, sobretudo, positiva e, não poucas vezes, heróica” (MARTES, 2009, p.90).

Outros inquiridos, por sua vez, reforçaram a ideia de que o retorno se deu por que já tinham acumulado a quantidade de recursos financeiros almejada, dando como completos os objetivos da migração e não vendo mais razões para permanecer no Japão. Semelhantemente, portanto, aos indivíduos que Margolis (1994) chamou de “hóspedes” no seu afamado estudo sobre os migrantes brasileiros nos Estado Unidos: ganhadores-alvo, motivados pelo desejo de guardarem dinheiro para voltarem ao país de origem e comprar uma casa, um carro ou começar um negócio.

Em determinadas entrevistas, ficara muito saliente também a necessidade de se sentir independente. Uma conquista não avistada em terras japonesas, visto que, embora tivessem bons rendimentos mensais, os indivíduos viviam sob as ordens e o monitoramento constante; como conta o único sujeito da pesquisa que permaneceu mais de oito anos no Japão.

Lá parece que tem sempre alguém reparando a gente. No trabalho isso é o tempo todo, no metrô tão te olhando, o guarda olha, a senhorinha olha também. Quando eu fui então, meio marrom assim – referindo-se a cor da pele – era inevitável. Por isso que dizem que o Japão é uma máquina de fazer maluco. Aqui a gente sai e na rua e é diferente. Se olhar, é por que tem o olho um pouco puxado, mas aí não passa nada (DRE-01).

Em uma prova de que o resolver regressar é, de fato, “uma mistura poderosa de motivos” (STACK,1996, p.15) - e não uma decisão meramente econômica, como insistiram em pregar as teorias seminais da migração –, houve também quem voltasse para: realizar tratamentos de saúde – dizendo que, para brasileiros: “por incrível que pareça, a saúde lá é horrível!” (DRE-21) -, cuidar dos pais que estavam doentes, ou ainda,por “estar com muita saudade” (DRE-16). Enfim, protagonistas de outros tipos de retorno, diriam os formuladores de algumas tipologias estabelecidas sobre o tema (CERASE, 1974; KING, 2000).

Entre tantos motivos distintos para emigrar para o Japão e retornar para o estado do Pará, é imprescindível destacar que, o fato desses deslocamentos possuírem certa intencionalidade em nenhum momento assegura uma linearidade e estabilidade aos mesmos.

Pois, em harmonia com os postulados de Sayad (1998)³³, viu-se que alguns sujeitos modificaram seus planos iniciais: ficando mais ou menos tempo que o previsto, residindo em províncias indesejadas etc.; não raro, por razões que sequer imaginavam anteriormente.

i) Atividades desenvolvidas

Conhecer como os sujeitos abordados eram antes de se tornarem *dekasseguis* pareceu ser providencial para entender algumas de suas ações e, tão logo, seus trajetos migratórios e suas respectivas estratégias empresariais. No que diz respeito às atividades desenvolvidas nesse período, percebeu-se a existência de uma heterogeneidade bastante significativa, conforme retrata a Tabela 14:

Tabela 14 - Atividades dos *dekasseguis* abordados antes da emigração

Ocupações	Quantidade
Trabalhavam em negócios da família	5
Pequenos comerciantes	4
Vendedores	4
Prestadores de serviços (autônomos)	3
Agricultores	3
Estudantes	3
Desempregados	3
Professores	1
Técnico em informática	1
Motorista	1
TOTAL	28

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Ainda assim, é possível observar dados interessantes à compreensão das estratégias, como a existência de indivíduos que já exerciam atividades empresariais e comerciais antes de serem *dekasseguis*, um contingente de ocupados em empresas da família e um número reduzido de estudantes e desempregados. O que ajudou até na triagem das referências úteis às análises finais. Logo viu-se, por exemplo, que os achados de Fugii (2008) sobre os jovens universitários que migraram pra o Japão, pouco agregariam às análises desejadas.

Paralelamente ao conhecimento das atividades desenvolvidas antes da emigração, tentou-se descobrir também qual era o rendimento obtido pelos sujeitos abordados. Afinal, a renda traduz de certa forma a potencialidade econômica da ocupação na qual o migrante esteve inserido, podendo ser útil à caracterização dos mesmos. Conforme era de se esperar,

³³ Em “A imigração ou os paradoxos da alteridade”, o autor salienta que, ao longo do tempo, a convivência com uma nova cultura e o estabelecimento de novos laços sociais acabam redirecionando os projetos iniciais de muitos migrantes.

muitos inquiridos tiveram dificuldade em informar o valor médio de suas remunerações, sobretudo por uma questão temporal – simplesmente não se lembravam do montante - e até mesmo pela própria troca da moeda ocorrida em 1994. No entanto, conseguiu-se saber junto a agências de emprego que centralizavam o envio de *dekasseguis* do Pará para o Japão, que os seus vencimentos oscilavam em torno de dois salários mínimos.

Já no que se refere a atividades exercidas no Japão, verifica-se uma homogeneidade quase que absoluta: os sujeitos trabalharam majoritariamente no setor manufatureiro, com destaque para as indústrias automobilísticas, de equipamentos eletrônicos e alimentos. Consoante, portanto, com a grande maioria dos brasileiros³⁴ que migram para esse país. O que leva a crer que os rendimentos mensais de tais indivíduos se equipara ao obtido por outros brasileiros, oscilando em torno de 5 mil reais (MADE IN JAPAN, 2004).

Em suma, foram praticamente as mesmas atividades para quase todos os inquiridos: montagem de peças, componentes eletrônicos e embalagens. Todas elas, via de regra, caracterizadas como atividades repetitivas que exigem muito mais do corpo do que da mente; condizentes com a visão pejorativa que há tempos carregam consigo (RIBAS, 1998; SHIPER, 2010). Porém, viu-se que diversos sujeitos conseguiram ascender na hierarquia organizacional - passando a ocupar posições de supervisão, por exemplo - e desempenhar tarefas menos tortuosas ao longo do tempo; obtendo assim remunerações mais altas.

Pelo que se pôde apreender, o entendimento de tais ascensões perpassa - além do desempenho do trabalhador, é claro - por características individuais decorrentes do meio onde foram criados. Pois, como a colônia japonesa estabelecida no Pará se manteve isolada por muitos anos, os seus membros costumam falar um japonês mais tradicional e rebuscado, habilidade bastante valorizada como detalha um dos entrevistados:

A gente rápido era promovido. Falava japonês bem! Bem melhor que paulista, pessoal do mato grosso [...] Paraná até que fala bem também. Então aí pra subir não demorava muito. Tinha que ir direitinho, fazer o trabalho bem feito, é lógico. Muita gente foi supervisor (DRE-17).

Achado este que acaba por constituir-se em mais uma prova do valor que a língua tem em determinados processos. Semelhantemente ao que ocorrera com Volkman (2001), em seu estudo sobre a utilização da linguagem estrangeira no comércio de Porto Alegre, e Reynolds

³⁴Segundo a mais ampla pesquisa desenvolvida pelo governo japonês sobre a vida dos *dekasseguis* brasileiros, mais de 80% dos mesmos trabalhavam no segmento industrial (MADE IN JAPAN, 2004).

(2010), que mostrou como caribenhos retornados da Inglaterra se aproveitaram do sotaque inglês para conseguir melhores empregos em suas localidades de origem.

Mesmo que as atividades industriais tenham sido predominantes, convêm salientar também que alguns indivíduos realizaram outros trabalhos durante a sua permanência no Japão, com destaque para os campos de golfe, bares, restaurantes, mercados de peixe e pequenos comércios. Na maior parte dos casos, contudo, apenas em períodos nos quais ficaram desempregados ou passaram a ser contratados como horistas, regime de trabalho cuja remuneração é mais baixa que a do regime tradicional.

Ciente que as atividades laborais ocuparam um espaço central na experiência migratória desses sujeitos, mas desejando saber mais acerca do seu cotidiano no Japão, indagou-se ainda sobre as atividades sócio-recreativas realizadas. Muitos entrevistados disseram aproveitar o tempo livre para conhecer o país, encontrar membros da comunidade brasileira, praticar esportes e fazer compras. O que corrobora os apontamentos de Hirata (2007) sobre o papel importante que os *dekasseguis* brasileiros desempenham enquanto consumidores na economia japonesa. Como explica o autor, estes indivíduos constituem a segunda mão-de-obra mais cara do Japão - abaixo somente dos próprios japoneses -, então é muito comum que alguns consigam juntar um montante de dinheiro e logo comprem aparelhos de DVD, MP3, câmera digital, celular de última geração e até carro, adquirindo um padrão de vida que é muito difícil de sustentar quando retornam ao Brasil.

À primeira vista, o envolvimento com atividades deste tipo pode parecer prejudicial para a acumulação de capital, representando um atraso para os planos de retornar e iniciar o próprio negócio. Contudo, as mesmas são de grande valia à medida que ajudam tais indivíduos a lidar com os diversos conflitos inerentes à migração e a evitar os processos de desterritorialização resultantes da mesma. Pois, como fala Haesbaert (2005) em “Migração e desterritorialização”, as redes sociais – desenvolvidas fora do ambiente de trabalho - operam como espaços simbólicos que dão coesão e identidade aos seus respectivos membros, auxiliando-os a manter valores, símbolos, laços comunitários e identitários-territoriais. Recursos importantes para a trajetória migratória desses *dekasseguis*, não só enquanto residiram no exterior, como também no retorno à localidade de origem; e, tão logo, no processo de criação e gestão de seus respectivos negócios.

Tomando como base a ideia de Bourdieu (1985) sobre os diferentes tipos de capital, presumiu-se que seria frutífero questionar também que conhecimentos e experiências os sujeitos abordados conseguiram obter em sua estadia no Japão. Em termos de ganhos objetivos e materiais, como conhecimentos específicos e técnicas de trabalho, pouco foi

referenciado. Em sua maioria, os entrevistados enfatizaram mais a aquisição de aspectos intangíveis e subjetivos. Um pequeno comerciante, por exemplo, apontou que Japão proporcionou a eles – referindo-se também a esposa, que também emigrou junto - autoconfiança e força de vontade. Em suas próprias palavras:

Japão foi muito bom pra gente por isso: persistência. Lá é vai e faz. Acorda, sai da cama, vai e faz. Ah, não gosto, ah, tá frio. Não interessa! Vai e faz! Tá tudo dando errado né, tá difícil, tem dívida, por exemplo [...] a gente pega, confia, vai lá e faz o que tem que fazer. Assim que é lá (DRE-11).

Outro sujeito, por sua vez, concorda quanto à importância de tal ganho, mas destaca que já era assim “desde criança”, o que permite inferir que a migração não somente agrega determinados comportamentos como também os potencializa, dependendo sempre do migrante em si, como se pode ver abaixo.

Desde Castanhal – referindo-se a sua infância - eu era assim, não desistia. Esporte ajuda nisso também eu acho. Lá em casa todo mundo fez luta: karatê, judô [...] Então já tava aqui, no sangue. Mas lá aumenta ainda mais, por que ninguém quer saber de você, então é como se jogassem você na selva. Não desistiu lá, não desiste mais (DRE-15).

Alguns destacam o “jeito de ser do japonês” como um dos maiores aprendizados advindos da experiência migratória. Embora não o isentem de críticas, apontando por vezes alguns aspectos que julgam exagerados ou contraditórios, muitos inquiridos disseram que o mesmo foi providencial para ensinar sobre: organização, limpeza, qualidade, perfeição, como explica uma das poucas abordadas do sexo feminino. *A gente volta de lá todo japonês: sem jogar lixo na rua, deixando tudo arrumadinho, fazendo tudo certo. Não tem negócio de “jeitinho”, tem só o certo, o que é bom, de qualidade [...] não tem mais ou menos (DRE-13).*

No que tange às atividades desenvolvidas após voltar para o Pará, verifica-se a existência de situações e percursos bastante diversificados novamente, o que de certo impossibilita a reprodução mecânica de um tipo específico de migrante retornado. Ainda assim, existem alguns fatos dignos de nota. Muitos indivíduos, por exemplo, trabalharam para terceiros durante um determinado período antes de empreenderem seus próprios negócios.

É, quando eu voltei, já foi pensando em não trabalhar pra ninguém, mas aí preferi esperar um pouco. Só montei aqui (referindo-se ao negócio criado) um ano depois. Fui, trabalhei em dois lugares ainda. Não consegui juntar mais nada, mas também não toquei na minha poupança de lá (DRE-05).

Não raro, este trabalho ocorre em organizações encabeçadas por membros da colônia japonesa ou por outros *dekasseguis* retornados, reforçando assim as ideias de Oliveira (2005)

sobre o papel das empresas coétnicas: além de amparar os migrantes retornados os empregando, elas também são capazes de impulsionar o desenvolvimento de atividades independentes. Um fenômeno que encontra sustentação na obra de Portes (1999). Para este autor, a presença de um grupo empresarial precedente pode ajudar a explicar o desempenho econômico de uma população subsequente, haja vista que redes de interconhecimento acabam por apoiar os fluxos migratórios – neste caso, de retorno –, incorporando gerações mais recentes.

Pelo que se pode notar, os contatos com os empregadores foram feitos por familiares, amigos e pelos próprios *dekasseguis* retornados. Muitas vezes, em clubes que congregam a comunidade nipo-brasileira estabelecida no Pará ou em eventos realizados por associações como a Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira (APANB), o que confirma que os espaços culturais são decisivos no desenrolar da migração de retorno; tal como mostrara também o trabalho de Teerling (2011) sobre regressados ao Chipre.

Após conhecer a trajetória profissional dos *dekasseguis* retornados que adotaram estratégias empreendedoras no estado do Pará, ficou bastante nítido que, apesar de não terem emigrado pela falta de fontes de renda e condições de vida na localidade de origem, tal como possa levar a crer o senso comum, é fato que os mesmos passaram por um processo de mobilidade social notório. Indubitavelmente, mais sinuoso que o experimentado pela população brasileira de um modo geral; por mais saliente que esta já tenha sido³⁵

Embora o estudo não tenha ambicionado a construção de um perfil dos empreendedores pesquisados, tal como alguns trabalhos recentes ousaram fazer (ZOUAIN et. al., 2007; SOUZA SANT’ANNA et. al. 2012; NELSON; SOUZA SANT’ANNA, 2012), é fato que determinadas características tornaram-se bastante proeminentes em virtude da sua recorrência, conforme se sintetiza nos Quadros 07 e 08.

Quadro 07 - Principais características sócio-demográficas dos *dekasseguis* abordados

Aspectos investigados	Características
Gênero	Masculino
Idade	Entre 30-40 e 40-50 anos
Escolaridade	Ensino médio e superior
Estrutura familiar	Casados e com pelo menos um filho
Grau de descendência	2 geração (pai e/ou mãe japoneses)

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

³⁵ Para o Brasil, o coeficiente de Gini – que varia entre 0 para nenhuma desigualdade e 1 para desigualdade máxima – foi de 0,63 em 1989, 0,59 em 1995, e 0,54 em 2008.

Quadro 08 - Principais características das experiências migratórias dos *dekassegui* abordados

Aspectos investigados	Etapas da experiência migratória		
	Antes	Durante	Após
Locais de residência	Alguns da capital, Belém, mas a maior parte de cidades do interior do Estado	Na região central, onde ficam as províncias de maior contingente de brasileiros no Japão	Concentrados na capital, Belém, e em cidades adjacentes, da chamada região metropolitana
Período dos deslocamentos	Entre o final década de 1990 e o início dos anos 2000; passada a fase de massificação do movimento dekassegui	Períodos variados, mas com predominância daqueles que ficaram entre 4 a 6 anos.	A maioria antes de 2008
Razões subjacentes	Busca por melhores condições de vida; vontade de iniciar um negócio próprio; existência de rede de amparo; conhecer a terra dos ancestrais	Trabalhar para conseguir poupar dinheiro para regressar a localidade de origem	Família; quantidade de dinheiro acumulada condizente com a esperada; vontade de se sentir independente; e realizar tratamentos de saúde, dentre outros
Atividades desenvolvidas	Diversas atividades, tais como comerciantes, micro empresários, vendedores, autônomos, com poucos desempregados e estudantes	Concentração em trabalhos fabris, com destaque para as indústrias automotivas, de eletroeletrônicos e alimentícia	Abriam o próprio negócio, mas muitos trabalharam antes em empresas de terceiros, com destaque para aquela de coétnicos

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

4.5 Analisando o processo de formação das estratégias empreendedoras mapeadas

Para compreender e explicar o processo de formação das estratégias empreendedoras mapeadas, elaborou-se um modelo de análise abrangente e dinâmico, contemplando todos os elementos tratados até então: variáveis de cunho individual, relacionadas às características sociodemográficas dos sujeitos abordados; aspectos ligados a suas experiências migratórias, como períodos, razões e atividades desenvolvidas em cada etapa dos deslocamentos, e ainda; a influência exercida pelas diferentes matizes do contexto ambiental no qual essas iniciativas estiveram imersas - econômico, mercado, sociocultural e político-institucional -, como mostra a Figura 02.

Figura 02 - Modelo de análise utilizado para compreender as estratégias mapeadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Assim procedendo, conseguiu-se abarcar tanto o nível micro (dos indivíduos que protagonizaram tais ações), como o meso (das iniciativas em si) e o macro (do ambiente em um sentido mais amplo), dando luz a um quadro analítico multinível – ou multiescalar –, conforme aconselham tantos autores (RATH, 2000; KLOOSTERNAM, 2010; OHLSSON, PER BROOMÉ; BEVELANDER, 2011). Um modelo que possibilitou um conhecimento integrado do processo de concepção e de desenvolvimento das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no Pará. Nada mais justo, quando se tem em vista que essas estratégias – assim como qualquer outra prática social – não são condicionadas unicamente por uma variável isolada e estática, mas sim, por um vasto leque de fatores; e, não raro, de modo desordenado e heterogêneo (WHITTINGTON, 2006).

Justamente por isso – pelo caráter plural de tais estratégias –, evitou-se a todo instante que tal modelo redundasse em uma cartilha hermeticamente fechada dos fatores que as condicionaram, mantendo-o sempre aberto à incorporação de qualquer outro elemento que se mostrasse importante para o entendimento das mesmas; o que naturalmente aconteceu.

Em harmonia com os apontamentos de Antico (1997) acerca do papel que as dimensões individuais desempenham no entendimento dos processos migratórios³⁶ e com as

³⁶ Segundo Cláudia Antico em, “Por que migrar?”, “o atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais – envolvendo a movimentação entre núcleos urbanos, o crescimento da busca por cidades médias, movimentos migratórios de distintos grupos sociais e em diferentes etapas do ciclo vital, movimentos pendulares, de retorno etc. – já não possibilita mais análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração-expulsão. Assim as várias dimensões do processo

ideias de Whittington (2006) sobre a necessidade de se investigar a figura do estrategista, as análises foram balizadas pelas características sociodemográficas dos sujeitos abordados e pelos elementos de seus trajetos migratórios, considerando-se, sempre que interessante, as forças exercidas pelo ambiente. Afinal, a influência das mesmas depende sobremaneira do modo como os protagonistas as interpretam e as gerenciam (MINTZBERG et al., 2000).

Dada a predominância quase que total de homens entre os sujeitos abordados, não estranha que abordagens precoces ou sem atribuir aos mesmos um conjunto de habilidades e conhecimentos “superiores”, mais alinhados com a criação e o desenvolvimento de um negócio próprio. Contudo, conforme se mencionou, tal fato parece decorrer muito mais de aspectos históricos e culturais. Se há algum outro elemento subjacente a esse descompasso quantitativo, trata-se de um fator comportamental, e não de capital intelectual, como denota o relato de uma gestora envolvida com o movimento *dekassegui* há vários anos:

Acontece um negócio engraçado com elas (as mulheres). Elas voltam dizendo “vou abrir negócio”, mas aí trabalham pra alguém, vão ficando [...] Não sei se por que aceitam ganhar menos, tem menos ambição; se bem que as vezes elas têm dois, três empregos. Já homem é outro caso, muito difícil ganhar metade do que ganhava lá, ou abre o negócio ou volta (GEP-02).

Até mesmo por que, caso existissem habilidades e conhecimentos “superiores”, certamente eles influenciariam na gestão dos negócios abordados, o que não foi possível averiguar em nenhum instante da pesquisa. Por isso, considera-se que o gênero, por si só, não se constitui num elemento decisivo para compreender as estratégias empreendedoras dos *dekassegui* pesquisados. Diferentemente, portanto, da idade, conforme se discorre a seguir.

Apesar de existirem sujeitos com idades bastante distintas, viu-se que há uma concentração expressiva de indivíduos entre os quarenta e os cinquenta anos, o que aparentemente elucida algumas nuances interessantes das estratégias mapeadas. Não somente pelo tempo de vida por si só, é lógico, mas por haver no bojo do mesmo um avanço natural em termos de mentalidade, cujos reflexos são bastante visíveis, como ilustra a história de um *dekassegui* que emigrou para o Japão em três ocasiões distintas:

Era pra eu tá melhor [...] Se eu fosse um pouco mais maduro quando viajei pela primeira vez, eu tinha economizado mais no Japão [...] comprei muitos eletrônicos, era festa, festa, festa; até pra não ficar sozinho triste. Você já viu uma casa de dekassegui no Japão? Já? Pois é, parece que você mora em

migratório, incluindo a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas, adquirem papel relevante para o seu entendimento” (ANTICO, 1997, p. 97).

uma prisão às vezes, uma solitária, é tudo um “ovo”. Na segunda foi por causa de namorada, não tinha cabeça, fui, voltei. Aí depois, mais velho, que fui focado em trabalhar mesmo (DRE-07).

Além de ser decisivo na sociedade de acolhimento, na qual os *dekasseguis* são fortemente seduzidos pela facilidade de acesso a determinados produtos (HIRATA, 2007), esse avanço de mentalidade também exerce um papel importante quando os mesmos retornam. Percebeu-se que os indivíduos pesquisados compartilham posturas bastante conservadoras em relação aos gastos feitos após o regresso. Diferentemente, portanto, de muitos outros sujeitos que gastam suas economias, à priori direcionadas para investimentos financeiros, com bens de consumo que servem somente à vontade de mostrar para os outros que a empreitada migratória foi bem sucedida, como explica um dos técnicos do extinto programa *Dekassegui Empreendedor*:

O que acontece é que muita gente volta e quer mostrar que tá bem, por que dekassegui você sabe como é [...] é um termo pejorativo pra muita gente. É aquela pessoa que teve que recorrer ao Japão pra ter uma vida boa, largou todos aqui. Então tem gente que quer se mostrar depois disso, normal [...] (GEP-03).

É preciso reconhecer, todavia, que esse avanço de mentalidade talvez não esteja atrelado somente à idade intermediária dos indivíduos pesquisados, mas também – e, quiçá, sobretudo - aos seus respectivos graus de instrução. O que faz da escolaridade outro ponto importante para a compreensão das iniciativas empresariais criadas pelos mesmos.

Conforme se pôde observar, embora haja sujeitos com apenas o ensino fundamental e outros com pós-graduação, o grau de escolaridade dos pesquisados oscila predominantemente entre o ensino médio e o ensino superior. Uma taxa relativamente acima dos demais *dekasseguis* paraenses, assegura o representante de uma associação nipo-brasileira estabelecida no estado:

O pessoal que você vai ver aí no mercado é mais estudado, diferente da maioria. Por que dekassegui é trabalho manual, é repetição. Tem gente que sabe fazer, ganha dinheiro. Mas montar negócio não é trabalho manual, é cabeça; a cabeça tem que funcionar, tem que ter estudo (GEP-04).

Convêm assinalar, todavia, que em vários casos esse progresso educacional deu-se após o período em que os indivíduos trabalharam no Japão; e, não raro, após os mesmos já serem empresários relativamente bem sucedidos em seus ramos de atuação. O que permite

acreditar na existência de uma relação recursiva entre os fatores mentalidade e grau de escolaridade: tanto o grau de instrução os torna mais conscientes, como a consciência já obtida os leva à busca de mais instrução. Isso, sem falar naquela instrução de cunho informal, concretizada fora dos limites de qualquer instituição educacional, como leituras sobre o setor de atuação e técnicas de gestão empresarial, e participação em feiras e eventos voltados para suas atividades, dentre outras.

Por mais influentes que tenham sido os elementos supracitados, nenhum deles parece ter sido tão determinante e inquietante como a estrutura familiar dos indivíduos pesquisados: em sua maioria, casados e com pelo menos um filho antes mesmo da emigração. Determinante, pelo impacto notório que teve sobre os trajetos e experiências envolvidas na migração como um todo. E, inquietante, por exercer tal influência através de modos muito distintos, conforme se descreve na sequência.

Sem titubear, pode-se dizer que a primeira influência deu-se antes mesmo da emigração, pois foi a vontade de prover melhores condições de vida para cônjuges e filho(s), que moveu muitos indivíduos a trabalhar no Japão, deixando pra trás seus locais de origem, empregos e amigos, rumo a um país distante que até então só conheciam pelas histórias contadas pelos pais e pelas notícias divulgadas na mídia internacional. *Nem sabia como ia ser, mas meu pai veio pra cá pra me dar um futuro melhor, e eu fui pra lá pensando nisso também* (DRE-17).

No período em que residiam no Japão, a família também operou um papel importante. Implicitamente, ela parece ter estimulado alguns sujeitos a poupar a quantidade de dinheiro almejada no menor tempo possível, haja vista a vontade de retornar o quanto antes às suas casas. E, explicitamente, ela foi de grande ajuda por fornecer informações, conselhos e referências para a ação, como expõe a fala de um entrevistado:

A gente ficava de lá sempre atento, falando com o pessoal aqui. Ligava duas vezes por semana pra cá, e aí sempre perguntava como estavam as coisas, como tava aplicando o dinheiro, se a reforma da casa estava “ok”, se o negócio do primo ia bem, eles iam mantendo a gente informado (DRE-24).

Quando se amplia a concepção de família para além do núcleo familiar base, composto por esposa e filhos, verifica-se influências ainda mais salientes. Semelhante ao que constatara Demichei (2009), em seu estudo sobre as redes gastronômicas construídas em torno das churrascarias brasileiras espalhadas no exterior, viu-se que muitos sujeitos se aproveitaram de parentes que estavam trabalhando no Japão para conseguir emprego mais facilmente, se

estabelecer e conhecer outros brasileiros, por exemplo. Nada que surpreenda, quando se tem noção que estruturas sociais pré-existentes no local de chegada pressupõem até um melhor ajustamento às regras e valores vigentes.

Ao regressar, essa influência se mostra latente mais uma vez, pois é a partir do núcleo familiar que muitos *dekasseguis* obtêm dados sobre a economia local e estabelecem contatos providenciais para a criação de seus negócios; fornecedores, clientes etc. Isso sem falar na utilização da tão discutida mão-de-obra familiar³⁷. Pois, à semelhança do que notaram outros estudos sobre empreendedorismo migrante, percebeu-se que o emprego de familiares - muitas vezes sem a formalização do vínculo empregatício ou até mesmo sem remuneração - foi fundamental para a dinâmica de alguns negócios. Principalmente, por permitir uma economia significativa de capital e, por conseguinte, a oferta de produtos e serviços a preços mais módicos, uma vantagem competitiva que ajudou muitas empresas a entrar nos seus respectivos mercados.

É interessante notar, todavia, que em muitos casos essa prática não foi idealizada por esses indivíduos, mas simplesmente replicada, como mostra a fala de um dos entrevistados: *Na empresa do meu pai também era assim, mamãe ajudava, eu ajudava, meu irmão desde pequeno também* (DRE-10).

Nesse sentido, pode-se inferir que, conscientemente ou não, o fato é que alguns comportamentos estratégicos estão enraizados culturalmente, ilustrando mais uma vez o papel da história no desenrolar da realidade. Nada que surpreenda, quando se tem em mente que “o homem é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 1989, p.46).

Não bastassem todos esses fatores, há ainda um último elemento de cunho individual que ajuda a entender as estratégias mapeadas: o grau de descendência. Dado que o contingente pesquisado é composto, sobretudo por *nisseis*, integrantes da segunda geração dos japoneses emigrados para o Pará, que de certo modo acompanharam os percalços dos pais para se estabelecer no estado e absorveram fortemente alguns valores da comunidade nipônica, torna-se mais fatível uma melhor adaptação no Japão e a aquisição de

³⁷ Segundo diversos autores, as redes de solidariedade presentes no âmbito familiar permitem uma força de trabalho extremamente vantajosa, que consente com condições de trabalho que outros não aceitariam, como salários mais baixos e maior carga de trabalho. Contudo, há que se considerar também que essas mesmas redes favorecem a contratação de parentes sem qualificação e sem a experiência necessária para exercer o cargo ocupado, podendo ser prejudiciais às estratégias empreendedoras adotadas pelos migrantes, estejam eles retornados ou ainda em contexto de migração (PORTES, 1999; LIGHT; GOLD, 2000).

conhecimentos linguísticos, um recurso vital para a ascensão profissional nas indústrias manufatureiras; e tão logo, para a obtenção de rendimentos e poupanças maiores.

Em relação às experiências migratórias de tais sujeitos, refletiu-se primeiramente sobre os locais de residência. Antes da emigração, havia uma dispersão relativa, com alguns indivíduos na capital e outros em cidades menores que têm estocado, historicamente, os maiores contingentes de nipo-descendentes do estado: Tomé-Açu, Castanhal, Santa Izabel, Acará etc. No Japão, os mesmos concentraram-se basicamente na região central, reduto industrial do país. E, no regresso: muitos se estabeleceram na Região Metropolitana de Belém.

Em todas as suas etapas, este itinerário parece estar condicionado por aspectos econômicos. Num primeiro momento, existem condições de mercado infortunadas, típicas de cidades muito pequenas, que acabam motivando vários moradores a emigrar. No segundo, há o fato das províncias escolhidas possuírem um mercado de trabalho atrativo à mão-de-obra *de kassegui*. E, no último, é claro e evidente a presença de um dinamismo econômico maior na região metropolitana, que logo se torna mais propícia para a criação de empreendimentos próprios. Afinal, uma aglomeração de pessoas maior – e, tão logo, de consumidores em potencial – é não só positiva como necessária para muitos dos negócios abordados: prestadores de serviços corriqueiros com foco em clientes individuais.

Assim, essa tese mostra que as variáveis espaciais também são bastante influentes no decorrer das migrações e, por conseguinte, no desenrolar das estratégias delineadas. O que corrobora os apontamentos de Waldinger et. al. (1990) sobre as dimensões espaciais da estrutura de oportunidades e sinaliza que determinados municípios podem estar perdendo uma fonte de divisas importante com o retorno de seus emigrantes para a região metropolitana. Afinal, enquanto eles estavam no exterior, havia pelo menos - na maior parte dos casos - o recebimento de remessas que ajudavam a movimentar a economia local.

E, por conseguinte, reafirma o pensamento de Santos (2003), segundo o qual, o desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital, que necessita transformar as condições “ambientais locais”, adaptando-as de acordo com o seu interesse e a sua necessidade de expansão, pois, normalmente, o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma determinada localidade está diretamente vinculado tanto com o comportamento da economia como com o processo de unificação dos mercados.

O segundo grupo de elementos abordados, por sua vez, foi aquele referente aos aspectos temporais de tais deslocamentos. Embora haja histórias bastante singulares, cujos períodos de saída, permanência e retorno são únicos, há visivelmente uma concentração de

indivíduos que emigraram entre a metade da década de 1990 e o início dos anos 2000, permaneceram de quatro a seis anos no Japão e depois retornaram para o Pará.

Segundo um dos entrevistados, a escolha do período de emigração foi vital pra o sucesso de sua empreitada e, tão logo, para o desenrolar do retorno e para a criação do negócio que mantêm até hoje. Em suas palavras:

Se eu fosse em outra época, com essa escassez de hora extra que todo mundo fala hoje, redução da carga horária, turno de cinco horas apenas[...] eu tava frito! Tava frito, por que sem isso é muito difícil juntar dinheiro. E se não junta dinheiro, como é que monta negócio? Vira empregado de novo, volta pra Japão [...] muita gente foi assim, um primo meu foi assim (DRE-27).

Contrariando o senso comum, que com frequência atribui o sucesso de um empreendimento unicamente ao montante de capital investido, induzindo a ideia de que, quanto maior a permanência, maiores as chances de sucesso, viu-se que muitos entrevistados não alongaram suas estadias no Japão. Disso, pode-se depreender que: ficar muito tempo pode até ser prejudicial, pois dificulta a manutenção de laços e redes sociais que propiciam uma conformidade maior dos padrões de conduta com as demandas locais (PORTES, 1995).

Como fala um gestor envolvido com a problemática:

Tem gente que acontece sabe o quê? Fica bobo. Por que no Japão é normal, depois de algum tempo assim, você fica bobo mesmo, fica besta, inocente [...] Pode sair na rua com cem celulares pregados no corpo que nada acontece, aí chega aqui já viu. Por isso que tem muita história de roubo e trapaça por aí, é contador, gerente (GEP-01).

Ciente de que poucos foram os empreendimentos mapeados após a crise financeira deflagrada em 2008, concebe-se que o momento econômico vivenciado no Japão pela maioria dos entrevistados foi extremamente favorável à construção de uma “boa” poupança e ao envio de remessas, criando um solo fértil para o desenvolvimento de seus empreendimentos após o retorno. Principalmente, a medida que proporcionou condições financeiras – e tão logo de vida - mais estáveis para as famílias dos emigrados, como denota o relato a seguir:

mandei muito dinheiro antes de vir. Minha casa, esse ponto aqui [...] foi tudo com dinheiro de lá (enviado do Japão). Quando cheguei, não fiz como muita gente que você vê aí, que vai ralar com o negócio pra poder sustentar família. Já tava com meus bens aqui: carro, filho estudando em faculdade particular. No início, o negócio precisava só se sustentar. Pouca gente entende isso. Depois, quando melhorasse, vai crescendo, crescendo [...] aí sustenta a gente (DRE-22).

Da mesma forma, no que tange ao contexto econômico característico do período de retorno, pois a maioria dos *dekasseguis* abordados voltou em um momento de reestruturação da economia nacional. Segundo Ferreira et. al. (2006), embora o Brasil ainda seja caracterizado como um país extremamente desigual, seja em termos de nível de renda, qualidade de vida e vulnerabilidade dos distintos grupos da população, é evidente que, entre meados da década de 1990 e o fim da década de 2010, houve uma diminuição significativa da desigualdade no país. O que, segundo Ribeiro (2012), decorre de vários fatores, como o aumento da escolaridade, as políticas de transferência de renda e a diminuição dos retornos educacionais. Processos desencadeados pelos quatro últimos mandatos presidenciais que, de certa forma, contribuíram efetivamente para avançar políticas de estabilização monetária, crescimento econômico, expansão do sistema educacional e proteção social.

Outro ponto relacionado com as temporalidades da migração interessante de se observar é que, em muitos casos, houve um descompasso temporal significativo entre o momento do retorno e o momento da abertura do negócio. O que leva a crer com mais vigor no fato dos sujeitos abordados terem sido movidos por uma oportunidade, e não por uma necessidade imediata. Segundo o GEM (2007), os primeiros costumam identificar nichos de mercado, ao passo que os segundos agem pela falta de alternativas de trabalho e renda. Umpensamento que ganha ainda mais força no decorrer das análises, conforme se identifica um número inexpressivo de desempregados antes da emigração.

No que toca às razões que motivaram a emigração para o Japão, verificou-se que, pelo menos no âmbito do discurso, os indivíduos abordados possuíam fortes motivos para procedê-la. Diferentemente, portanto, do que observou a professora Ana Cristina Braga Martes em seus estudos sobre os jovens saídos de Poços de Caldas, interior de Minas, rumo aos Estados Unidos. Segundo a autora, há muitas vezes uma espécie de “cultura migratória” que leva alguns sujeitos a migrar como parte de um processo de reconhecimento e pertencimento coletivo, concebendo os deslocamentos quase que como um rito - um “devir existencial que marca sua identidade singular” - e utilizando as necessidades econômicas apenas para legitimá-los (MARTES, 2009).

Conforme foi visto, um desses fortes motivos foi a vontade de construir uma poupança robusta, que demoraria muito para ser alcançada no Brasil, cujo objetivo seria propiciar melhores condições de vida para o próprio migrante e para sua família. Sobretudo, através da abertura de um negócio próprio. Um fato que explicita, uma vez mais, que esses sujeitos não podem ser concebidos como indivíduos isolados, mas sim, como integrantes de estruturas sociais que afetam a sua mobilidade socioeconômica (SASAKI; ASSIS, 2000).

Já no que se refere às atividades desenvolvidas por esses indivíduos em cada etapa de seus circuitos migratórios, constatou-se que há comportamentos bastante distintos entre antes, durante e depois da estadia no Japão, com momentos de similitude e de diversidade.

Antes de emigrarem, muitos indivíduos possuíam ofícios distintos, contudo, chamou atenção o alto número de atividades autônomas, comerciais e empresariais e o volume inexpressivo de desempregados. Durante a estadia no Japão, conforme poderia se prever, há uma homogeneidade indiscutível, pois se sabe que a movimento *dekassegui* é voltado quase que exclusivamente para o trabalho industrial, com destaque para as indústrias automobilísticas, eletrônica e alimentícia. E, já no que toca às atividades desenvolvidas após o regresso, viu-se que, mesmo havendo uma heterogeneidade notável, existem alguns ramos de atuação semelhantes, como comércio e alimentação.

Retomando as atividades desenvolvidas pelos sujeitos abordados - antes, durante e depois de residirem no Japão -, vê-se que os mesmos possuem experiências, conhecimentos e habilidades condizentes com os ramos de atuação em que investiram suas poupanças. Diferentemente, portanto, de alguns retornados estudados por Siqueira (2007), que injetaram seus recursos em segmentos com os quais tinham pouca familiaridade.

No entanto, é conveniente assinalar que os conhecimentos e habilidades desenvolvidas com o trabalho exercido no Japão não foram determinantes no processo de criação dos empreendimentos mapeados; e tampouco durante o seu desenvolvimento. Até mesmo naqueles casos nos quais os sujeitos iniciaram negócios no mesmo segmento, como alimentação, por exemplo, verifica-se não haver um aproveitamento direto do que fora aprendido no exterior. Certamente, por uma questão de porte e pelas diferenças gritantes entre as rotinas típicas de um *dekassegui* e aquelas de um micro empresário; que a propósito, raramente tem rotinas propriamente falando, visto a dinamicidade da atividade gerencial.

Por isso, entende-se que, em termos técnicos, os conhecimentos obtidos antes da emigração foram muito mais decisivos para as estratégias examinadas. Tanto é, que muitos iniciaram negócios em áreas com as quais já haviam trabalhado antes de emigrar; ou ainda, naqueles ramos que algum de seus familiares – não raro, os próprios pais - já haviam trabalhado por vários anos. Ramos estes, com os quais já tinham certa familiaridade e, às vezes, um entendimento bastante aprofundado. Afinal, muitos declaram “ajudar os pais” antes de partir para o Japão.

Isto não implica dizer, todavia, que o único fruto da experiência migratória tenha sido o acúmulo de dinheiro, poisse notou que ganhos subjetivos, como a incorporação de valores e comportamentos, também foram obtidos pelos sujeitos abordados no Japão. Muitos, inclusive,

sob o teto das fábricas, aonde eles permaneciam a maior parte do tempo, tais como: disciplina, persistência, pontualidade, seriedade, apreço pela qualidade, organização, otimização do espaço de trabalho e envolvimento com o dia-a-dia da organização.

Sobre a organização, mais especificamente, diz um entrevistado que:

Aqui não tem linha de produção, com esteira, máquinas, sinais luminosos, sirenes. No Japão a gente era rodeado por isso! Mas aqui e lá tudo tem sequência; uma ordem NE [...] Então eu aproveito algumas coisas que aprendi nesses anos lá: não perder tempo, fazer sempre do mesmo modo, não desperdiçar nada né? Tudo custa algum dinheiro; se joga fora, é dinheiro no lixo. Então, se for organizado, ganha mais dinheiro né? (DRE-11).

Outro relato, por sua vez, permitiu captar que a participação efetiva no dia-a-dia dos negócios, *a priori* relacionada somente com a vontade de centralizar as decisões, e até mesmo com certo apego pelo controle direto das atividades e funcionários, resulta também de um valor aprendido no Japão, como explica um dos retornados:

No Japão é assim, o chefe, o dono da empresa, usa muitas vezes o mesmo uniforme do trabalhador, do operário lá da fábrica, lá de baixo. Muitas vezes, ele está lá em baixo também. A gente fica anos lá, então eu acho até estranho, errado né? Cheque que é chefe, que quer está sempre acima dos funcionários. Porque né? (DRE-01)

Outro ponto interessante, também relacionado com os valores obtidos no Japão, foi o fato de tais indivíduos terem se acostumado a viver com orçamentos bastante limitados, haja vista que, mesmo ganhando bons salários, procuravam poupar a maior parte dos mesmos para poder iniciar seus negócios próprios após o retorno. Em função disso, aprendeu-se a viver uma vida simples, sem muitos luxos, diferente da que muitos empreendedores costumam levar, utilizando os lucros para reinvestir nas empresas criadas e mantendo uma remuneração bastante aquém de muitos de seus funcionários, como conta um dos entrevistados: *Até hoje, se não tiver precisando de nada em especial, pego um pró-labore pequeno, menor que o salário de muito funcionário meu. Deixa pra empresa, pode ser que amanhã ela precise (DRE-20).*

Isto, sem falar na predisposição que muitos sujeitos demonstraram ter para longas jornadas de trabalho, afinal, essa era uma prática comum no Japão, pois as “horas-extras” costumam ser determinantes para a composição salarial dos *dekasseguis* de um modo geral, afetando diretamente a rapidez com a qual conseguirão poupar o valor almejado. Não à toa, ouvem-se relatos nos quais os *dekasseguis* exaltam alguns valores disseminados na cultura

japonesa e, particularmente, nos modelos de gestão característicos do Oriente; padronização dos processos, ética nas relações trabalhistas etc.

Diante de todas essas influências comportamentais, verifica-se a procedência daquilo que alguns autores chamam de “*habitus migrante*”: uma segunda natureza, que se constrói através da sucessão de experiências vividas durante os processos de mobilidade espacial, durante os quais as pessoas que se deslocam adquirem novos esquemas mentais e novas disposições morais e corporais. Ou ainda, uma inteligência implícita, situada entre reflexividade, memória e inconsciente, sepultadas nos mais íntimos dos seres, que se sedimenta nos indivíduos e serve, por sua vez, de instrumento de transmissão das aquisições culturais (XAVIER, 2010, p.433).

Por isso, parece prudente destacar que o entendimento das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará deve passar também pela consideração de atividades não remuneradas, ocorridas muitas vezes fora do espaço fabril. Pois foram através delas que muitos sujeitos abordados conseguiram aumentar o seu capital cultural, fato de extrema importância para a gestão de um empreendimento, independentemente do seu porte e ramo de atuação (VINOGRADOV; KOLVEREID, 2007).

Confirmando os postulados de Moya (2005), um dos espaços utilizados para o desenvolvimento de tais atividades foram as associações de migrantes existentes nas mais diversas províncias japonesas³⁸. Instituições que congregam a comunidade, discutindo temas relativos à vida e ao trabalho no país, ofertando cursos de língua japonesa, encaminhando-os para vagas de trabalho, assessorando-os em momentos delicados e promovendo atividades recreativas. Iniciativas providenciais para amenizar os desafios identitários e os conflitos emergem durante a experiência *dekassegui* (DEBIAGGI, 2008).

Ademais, foi predominantemente nesses momentos que alguns indivíduos construíram relacionamentos que acabaram sendo proveitosos em suas iniciativas empresariais, como mostra o relato a seguir:

Conheci muita gente lá na associação também, isso me ajudou muito. Tanto daqui – referindo-se ao estado do Pará - como de outros cantos. Pessoal fala assim, ah, é paulista. Paulista é como a gente. Se precisar, manda mercadoria, troca ideia [...] Quando tem que ajudar, ajuda sim (DRE-17).

³⁸ Segundo Sasaki (2006), no Japão, há mais de seiscentas entidades similares, principalmente onde há presença de brasileiros e de outros estrangeiros na condição de trabalhador migrante. Em geral, elas podem estar vinculadas à prefeitura local, às associações civis, regionais e locais, grupos voluntários que oferecem informações e orientações de diversas naturezas – trabalhista, jurídica, educacional, cultural, social, ensino de língua, cotidiana (como coleta de lixo) etc.

Por essa e por outras evidências, concorda-se que vários fatores grupais são decisivos para os empresários de origem migrante, sejam eles em contexto de migração ou de retorno. Através deles, esses indivíduos obtêm inúmeros benefícios, como: habilidades, técnicas organizacionais, solidariedade, orientação estratégica e compartilhamento de experiências, conforme explicam Light e Rosenstein (1995).

Tanto é que muitos deles investiram suas poupanças em atividades similares, do mesmo ramo de atuação. Muitas das quais, cabe pontuar, têm experimentado índices significativos de crescimento nos últimos anos, como: alimentação, comércio e serviços.

Ao mostrar que determinados sujeitos se utilizaram de modo instrumental dos laços constituídos no decorrer da migração para alavancar seus negócios, essa tese corrobora os pensamentos de Etzioni (1988), para quem, não há uma dissociação plena entre relações sociais e comportamento econômico. E, além disso, revigora as contribuições de Poros (2001) sobre a importância das redes sociais e de interconhecimento na apreensão das estratégias de inserção econômica adotadas por migrantes, afinal, várias de suas escolhas e atitudes decorreram de aspectos relacionais.

Da mesma forma, no que se relaciona com as atividades desenvolvidas após o retorno, momento em que parece haver uma forte influência do que se convencionou chamar de “economia étnica” no campo dos estudos migratórios, uma vez que muitos sujeitos abordados conseguiram viabilizar a criação de seus negócios após trabalharem em empresas de membros da colônia japonesa; alguns dos quais, também foram *dekasseguis*, cumpre notar.

Isso clarifica que algumas atividades empreendedoras são vitais para a reprodução de outras tantas, não somente como fonte de referências, mas também de modo mais objetivo, munindo aspirantes a empresários com capital e conhecimento. Além, é claro, de serem espaços de convívio social, pois muitas operam como pontos de encontro de outros indivíduos que também trabalharam no Japão e demais membros da colônia japonesa, mantendo o tecido social da mesma e favorecendo naturalmente relações de cunho comercial.

Este fato ajuda a entender, de certo modo, porque a participação associativa após o regresso não se mantém tão vigorosa como no Japão. À primeira vista, ela decorre unicamente do excesso de atividades desempenhadas por esses indivíduos enquanto empresários. Sobretudo quando se sabe do caráter centralizador que muitos deles denotaram ter. Porém, o que parece ocorrer, de fato, é uma troca de espaços: após o regresso, as próprias empresas constituídas por esses indivíduos passam a desempenhar algumas funções de socialização que, em contexto de migração, cabiam às associações.

De qualquer modo, independente de espaços e de ser durante ou após a migração, sempre vem à tona a participação desses indivíduos em redes de reciprocidade, confirmando os postulados de Alejandro Portes e de seus colaboradores (WILSON; PORTES, 1980; PORTES; MANNING, 1986; PORTES; STEPICK, 1993), os laços sociais propiciam diversas vantagens competitivas àqueles que os constituem.

Em síntese, o apanhado das atividades permite ver que a experiência de ser empreendedor não se adquire simplesmente enquanto estes indivíduos estão no Japão, em contexto migratório, mas também, e talvez, sobretudo, em suas próprias localidades de origem. Antes da migração, através de processos educacionais e de atividades laborais que capacitam o mesmo a lidar com determinados negócios e situações. E, depois de retornar, a partir do próprio dia-a-dia de ser empresário, rotina comumente repleta de desafios.

Abordando mais especificamente esse cotidiano da atividade empresarial, constata-se a influência de alguns aspectos de cunho político-institucional, como as regulamentações ligadas a abertura de empresas existentes no Brasil, e, surpreendentemente, as próprias leis migratórias estabelecidas pelo governo japonês, que permitem descendentes de até terceira geração trabalharem formalmente no país.

Segundo as observações procedidas, a livre circulação entre Brasil e Japão se tornou variável importante para as estratégias empresariais adotadas pelos *dekasseguis* retornados, pois se nota que tal liberdade constitui-se em um subterfúgio interessante para muitos *dekasseguis* que possuem uma quantidade maior de filhos. Entre aqueles que possuem dois ou mais filhos, mais especificamente, observou-se com frequência casos onde os pais - *dekasseguis* retornados - incentivaram os filhos a emigrar para o Japão afim de continuar obtendo receitas oriundas do trabalho no exterior.

Assim o negócio não é o único responsável pelo dinheiro que entra na casa! Logo mais vai o meu segundo filho, aí o Yuji (nome de um dos filhos) volta pra fazer faculdade né? Já tem experiência, juntou o dinheiro dele [...]Japão é bom pra evoluir; pra ajudar a família aqui (DRE-06).

Assim, reforça-se a ideia de que a emigração para o Japão constitui-se, na maior parte dos casos, numa estratégia familiar de ascensão social. E compreende-se, adicionalmente, que há uma articulação entre essas estratégias migratórias e empreendedoras. O que pode ser até uma particularidade da cultura asiática em um sentido mais amplo, haja vista que empresários chineses atuam de modo muito similar, asseguram diversos autores. Segundo Chang e Chiang (1994, p.96), por exemplo, tais sujeitos procedem quase sempre do mesmo modo:

primeiro vai o pai, que trabalha até juntar dinheiro para a viagem da esposa; depois ambos trabalham juntos para buscar os filhos; feito isso, todos trabalham juntos para criar uma fonte de sustento, o próprio negócio; e por último os filhos passam a ocupar os principais cargos.

Outro fato que também se mostrou inquietante no decorrer do estudo foi a inexistência de menções positivas ao Programa Dekassegui Empreendedor, iniciativa liderada pelo SEBRAE que hoje não mais existe, cujo intento era aumentar o capital humano dos *dekasseguis* que aspirassem ser empresários após regressar do Japão, oferecendo aconselhamento, formação e cursos variados. Segundo um dos sujeitos abordados: *era tudo desculpa pra vender cursos, teve um pessoal que caiu nessa, mas logo você viu né? [...] Cadê? Acabou, nem tem mais hoje em dia* (DRE-01).

Em suma, foi possível verificar a seguinte tese: as estratégias empresariais adotadas pelos *dekasseguis* retornados foram formadas por combinações entre oportunidades e restrições de caráter econômico, sociocultural e político/institucional existentes em cada etapa de seus trajetos migratórios, bem como, pelo contexto espacial e temporal em que suas escolhas e ações ocorreram. O que ampara tanto as ideias de Portes e Zhou (1999)³⁹ sobre a importância de aspectos individuais e da experiência migratória no aproveitamento de possibilidades empreendedoras, como as afirmações de Buckley (2012) acerca da influência do ambiente nos negócios criados por migrantes. Levando a crer, por conseguinte, que o caminho percorrido pelo trabalho alinhou-se ao escopo da problemática abordada, pois certamente não seria vantajoso tentar mensurar o impacto de elementos que emergem sempre bastante imbricados – não raro, de modo recursivo – na dinâmica de cada trajetória migratória e empresarial. Basta “tentar compreender”.

³⁹ Com base em uma análise dos censos norte-americanos, Portes e Zhou (1999) observaram que os recursos pessoais, como nível de educação, experiência de trabalho, anos desde a migração, conhecimento da língua do país de acolhimento, idade, sexo, estado civil e composição do agregado familiar, são determinantes para a atividade empresarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O objetivo central desta tese foi compreender e explicar como se deu o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados no estado do Pará. Uma questão convidativa, cujas respostas são vitais para entender – e tão logo para promover – iniciativas similares, culminando na geração de riquezas e em uma distribuição de renda mais equitativa, alguns dos principais desafios encontrados na concretização de núcleos urbanos sustentáveis (KEIVANI, 2010).

Isto sem falar no que coloca Rocha-Trindade (1995). Segundo esta autora, o ciclo migratório não se fecha com o regresso ao país de origem, mas sim quando se possa considerar ultrapassado e finalizado o processo de reinserção profissional. Fato este, que revigora o valor de estudos que informem e divulguem, junto à comunidade acadêmica e aos agentes econômicos, que fatores condicionam as estratégias de reinserção adotadas por migrantes retornados.

Para tanto, tornou-se premente: mapear negócios pertencentes a *dekasseguis* retornados, descrevendo seus setores de atuação, mercados atendidos e dinâmicas de desenvolvimento; conhecer os sujeitos abordados, caracterizando-os de acordo com suas particularidades sociodemográficas e experiências migratórias; e, finalmente, analisar como todos esses elementos, por vezes inter-relacionados de modo difuso e complexo, delinearam os contornos das iniciativas empresariais conhecidas.

O caminho escolhido para realizar essas tarefas foi marcado pela adoção de um enfoque eminentemente qualitativo, vislumbrando a interpretação como o principal instrumento de apreensão da realidade. No que tange à estratégia de pesquisa abraçada, desenvolveu-se um estudo de caso, tomando-se como um único “caso” o coletivo de *dekasseguis* abordados. Na maioria das vezes, os achados advieram de entrevistas semiestruturadas, conduzidas junto aos próprios *dekasseguis* abordados e a gestores de organizações envolvidas com esse movimento.

Através do mapeamento procedido, conheceram-se mais de vinte e oito negócios constituídos por *dekasseguis* no estado do Pará durante o primeiro decênio desse século. Excetuando-se alguns casos particulares, a maior parte dos mesmos é voltada para o mercado interno. São empresas de pequeno porte, com aproximadamente nove funcionários em média, que ora atuam em segmentos distintos e ora até concorrem entre si, sobretudo nos setores de alimentação, comércio e serviço, nos quais muitas operam.

A partir dos dados amealhados, pode-se afirmar que a criação e o desenvolvimento desses empreendimentos foram condicionados não somente por questões econômicas, mas também de fatores familiares, relacionais e históricos. O que ajuda a entender os contornos singulares que marcam cada estratégia abordada, mas leva a crer, paralelamente, que existem elementos de cunho ambiental, relacionados ao contexto no qual essas ações estiveram imersas, que influenciam muitas delas. Afinal, conseguiu-se perceber nitidamente a existência de algumas similitudes no que tange às mudanças e às dificuldades vivenciadas pelos *dekasseguis* retornados em suas trajetórias empresariais, por exemplo.

Já no que toca aos sujeitos pesquisados, por sua vez, nota-se que há uma concentração de homens entre quarenta e cinquenta anos de idade, que possuem graus de escolaridade oscilando entre o ensino médio e o superior, são descendentes de segunda geração e já possuíam estrutura familiar formada antes mesmo da migração. Em geral, os mesmos agiram de acordo com razões comuns, como a vontade de ascender socialmente e o desejo de prover melhores condições de vida para suas famílias. No entanto, não parece válido fazer uma caricatura dos *dekasseguis* que obtiveram sucesso após o retorno, afinal, vários outros elementos influenciaram suas trajetórias empresariais.

Dado que os mesmos trazem para as economias locais uma série de comportamentos adquiridos no Japão, reforça-se a ideia de que os migrantes efetuam uma série de outras remessas, que não somente aquelas de caráter financeiro. Trata-se do que Gonçalves (2009) chama de “transferências invisíveis”, tais como: comportamentos econômicos, saberes e saber-fazer, trocas sociais e culturais.

Ao analisar os quesitos integrantes do modelo de análise construídos, verificou-se que, conforme se pressupunha, não existe um grupo específico de motivos que explique o processo de concepção e de desenvolvimento das estratégias empreendedoras adotadas por *dekasseguis* retornados ao Pará: via de regra, as mesmas são forjadas pela interação entre características individuais, aspectos de cunho ambiental e histórias de migração e de vida.

Como em qualquer empreitada investigativa de tal porte, os achados obtidos acabaram suscitando uma série de novas dúvidas e questionamentos bastante interessantes, cujas respostas - previsivelmente, dado o foco do trabalho -, não puderam ser cobçadas no momento. Diante disso, convém aqui, trazer algumas delas à tona, ansiando que novos estudiosos as mirem em um futuro não muito distante; antes que o presente vire passado e que o futuro já não exista mais, diria o poeta.

A primeira de tais dúvidas - não só em termos de apresentação como de importância e urgência -, presume-se ser aquela relacionada com as diferenças existentes entre os *dekasseguis* abordados na pesquisa, isto é, que conseguiram se fixar através das estratégias empreendedoras adotadas, e aqueles que, após um determinado período, acabaram por fechar seus negócios e até a reemigrar para o Japão. Pois, embora os achados deste estudo forneçam alguns indícios úteis a tal diferenciação, é somente através de uma análise mais aprofundada, centrada especificamente nas trajetórias destes sujeitos, que se compreenderá de fato a situação dos mesmos; e, porque não dizer, até mesmo algumas das descobertas aqui realizadas.

Haja vista a variedade e multiplicidade de elementos, que se mostraram relevantes no desenrolar das estratégias observadas, pensa-se que o desenvolvimento de análises mais restritas, centradas unicamente nas interconexões formadas por duas ou três variáveis, por exemplo, podem fornecer *insights* frutíferos tanto para o desenvolvimento teórico, como também para o delineamento de ações “práticas” no campo das migrações internacionais.

Isso não invalida, contudo, a importância de análises multiníveis. Assim, por maiores que sejam as dificuldades e as limitações encontradas, recomenda-se que outras pesquisas abarquem toda a complexidade característica do fenômeno pesquisado. Quiçá, utilizando-se de abordagens biográficas, capazes de edificar um conhecimento mais denso sobre as particularidades e generalidades presentes em cada migrante. Afinal, a história demonstrou ter um papel crucial em tais processos.

Ademais, parece oportuno proceder a pesquisas similares em outros estados do país, com destaque para São Paulo, Paraná e Mato Grosso, dada a proeminência adquirida pelo movimento *dekassegui* nos mesmos. Pois, ao desvendar “como vem ocorrendo o processo de formação das estratégias empreendedoras adotadas por *ex-dekasseguis*” nestas localidades, pode-se não só favorecer a realização de estudos comparativos, como também germinar as intervenções de caráter regional, planejadas em consonância com as particularidades econômicas, culturais e históricas de cada sítio, atentas tão logo às demandas específicas do grupo de *dekasseguis* retornados em questão.

Por tratar de empreendedorismo no campo da iniciativa privada, uma iniciativa elogiável seria investigar as relações que alguns aspectos salientados por este estudo, tais como “experiências profissionais”, “estrutura familiar” e “redes de solidariedade”, mantêm com o desempenho das estratégias adotadas. Assim, será clarificado “como” e, sobretudo, “em que medida”, algumas variáveis condicionam os ganhos obtidos, possibilitando um entendimento mais aprofundado e completo.

Ciente que ações práticas - similares ao Programa *Dekassegui* Empreendedor, por exemplo – precisam ter como alicerce um contingente de sujeitos mais amplo, recomenda-se que as informações descortinadas por esta tese sejam utilizadas na elaboração de um *survey*, estendendo a pesquisa e propiciando um conhecimento mais dilatado da problemática. Através destes estudos, dar-se-á um passo importante para conhecer melhor as interfaces existentes entre migrações e desenvolvimento no âmbito local, pois, embora tais relações tenham adquirido grande proeminência em nível global com a intensificação da globalização, ainda são raras as reflexões de caráter regional, mais específicas e aprofundadas.

Atendendo a vontade de ser inédita, que comumente impulsiona projetos dessa envergadura, essa tese foi a primeira a abordar a problemática dos *dekassegui* retornados no estado do Pará. É uma das poucas em nível nacional que os estudou a partir da lógica do trabalho e do empreendedorismo. Conforme se pôde constatar, tal iniciativa foi providencial para desnudar uma série de elementos que condicionaram e condicionam as trajetórias migratórias e empresariais desse grupo de indivíduos.

Já no que concerne às ações práticas, pontua-se que ainda são bastante desalinhadas dos esforços e apoios aos brasileiros que retornam. Neste sentido, é preciso identificar mais claramente as oscilações dos movimentos de saída e retorno, muitas vezes sujeitos a crises financeiras e às políticas restritivas aos imigrantes por parte de países receptores ou de blocos de integração. Assim, ao mesmo tempo em que se apoia a atividade das comunidades de brasileiros no exterior, deve-se, em muitas circunstâncias, apoiar e até incentivar as decisões de retorno, fato corroborado pelo aumento desses casos no período recente e pela diminuição de saída de brasileiros. Sobretudo porque se sabe que as ideias e capitais trazidos por migrantes podem ser de grande ajuda; ainda mais quando se fala de promover o desenvolvimento socioeconômico de pequenos municípios rurais (HAAN, 1999); similares as cidades de Tomé-Açu e Santa Izabel, por exemplo.

Por todos os seus achados, contribuições e sugestões, concebe-se esta tese como um artefato útil, tanto à estruturação de pesquisas que compartilhem o interesse pela problemática abordada, como ao planejamento de iniciativas que acudam os sujeitos estudados e suas respectivas localidades. Desde as que queiram atenuar desagrados até aquelas que desejem alavancar os proveitos das migrações e das estratégias empreendedoras, em um sentido mais amplo, o fundamental é a concepção de desenvolvimento que a subjaz: a todo instante, ela deve consentir com o valor do meio ambiente e das pessoas, para além daqueles aspectos meramente econômicos. Afinal, “desenvolvimento é contribuir para democratizar as relações sociais em todos os domínios da vida coletiva” (SANTOS, 2013, p.1).

REFERÊNCIAS

- AIHARA, M. S. M. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu** – estudo antropológico das memórias da família Onuma. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- ALMEIDA, C.; BARRETO, A. **Capitalismo e emigração em Portugal**. Lisboa: 1976.
- AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E.; DO AMARAL, L. M. F. **Cálculo do IRBES: Índice de Retorno de Bem Estar à sociedade**. Estudo sobre a Carga Tributária, PIB e IDH. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. Abril, 2013.
- ANTICO, C. Porque migrar? In: PATARRA, Neide et al. (Org). **Migrações, condição de vida e dinâmica urbana**: São Paulo, 1980-1993. Campinas-SP: Unicamp, 1997.
- ARAGÓN, L. E. . Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 71-102, 2011.
- _____. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA, 2009a. 336p.
- _____. **A influência das migrações na Amazônia**. Entrevista cedida a Bruno Calixto, divulgada no Portal Mercado Ético - sua plataforma global para a sustentabilidade em 15.09.2009b. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/a-influencia-das-migracoes-na-amazonia/>> 2009b. Acesso em: fevereiro de 2011.
- _____. (Org.). **População e Meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2007. 268p.
- _____. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA, 2005. 204p.
- ARAÚJO, H. E.; RAMOS, C. A. Fluxos Migratórios, desemprego e Diferenciais de Renda. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas-SP, v.16, n. 1/2, p. 43-54, dez. 1999.
- ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. **Social Research Update**, n. 33, 2011 Disponível em: <<http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU33.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BABBIE, E. **The practice of social research**. 3. ed. Belmont: Cengage Learning, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 001-038.
- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. Desfazendo mitos: Amazônia uma selva urbanizada. In: ARAGÓN, Luis. E. (Org.) **Desenvolvimento sustentável nos Trópicos Úmidos**. Belém: UNAMAZ, 1992. tomo II, p. 523-562.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia e contextos. In: CASTRO, I. E. et al (Org.) **Explorações geográficas**. Percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-367.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estatística e População**, v.23, n.1, p. 61-85. jan/jun. 2006.

BHATT, W.; ROBERTS, B. R. Forbidden return: return migration in the age of restriction. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 10, n. 2, p. 162-183, 2012.

BIANCHI, A. M. **Mobilidade estratégia de sobrevivência**. São Paulo: FIPE, 1983.

BOCCI, D. S. Bairro da Liberdade e a imigração japonesa: a ideia de Bairro Japonês. **Revista Cordis**: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 2, jan./jun. 2009.

BORJAS, G. J.; BRATSBERG, B. Who leaves? The out migration of the foreign-born. **The Review of Economics and Statistics**, v. 78, n. 1, p. 165-176, 1996.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1985. p. 241-58

BRITO, A. X. de. Habitus de migrante: um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. **Revista Sociedade e Estado**, v.25, n. 3, p.431-464, dez. 2010.

BRITO, F. **Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo**. Campinas-SP: FNUAP, 1995.

BUCKLEY, M. From Kerala to Dubai and back again: Construction migrants and the global economic crisis. **Geoforum**, n. 43, p. 250-259, 2012.

BULGACOV, S. **Conteúdo e processo estratégico**: estudo comparativo de casos na indústria alimentícia do Paraná. 1997. 267 f.Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - EAESP-FGV, São Paulo, 1997.

CAETANO, A. J.; FERNANDES, D. M.; RIGOTTI, J. I. R. **Migration and Millennium development goals**: Latin América and the Caribbean (Research Paper 2). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas. IPEA/UNFPA, 2007.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CERASE, F. P. Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to southern Italy. **International Migration Review**, n. 8, p. 245-262, 1974.

CHANDLER, A. **Strategy and structure**. The history of the American industrial enterprise. Cambridge, Mass: MIT Press, 1962.

CHANG, J.; CHIANG, J. Cultural values and immigrant entrepreneurship: the Chinese in Singapore. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 10, n. 2, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

COLLIER, W.; PIRACHA, M.; RANDAZZO, T. Remittances and Return Migration. **IZA Discussion Paper**, n. 6091, 2011. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1958747> Acesso em: março de 2013.

COMUNIDADENEWS. **Governo brasileiro já pensa nos que voltam do exterior**. Disponível em: <http://www.comunidadenews.co/brasil/governo-brasileiro-ja-pensa-nos-que-voltam-do-exterior-4447>. Publicada em 12.10.2008. Acesso em: nov. 2009.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, J. P. C. **De Decasségui à emigrante**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Ministério das Relações Exteriores, 2007.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, Michael, WINTER Jay (Ed.) **Population and resources in western intellectual traditions**. Cambridge: Cambridge University, 1989. p. 245-261.

DE'MURGER, S; XU, H. Return migrants: the rise of new entrepreneurs in rural China. **World Development**, v. 39, n. 10, p. 1847-1861, 2011.

DEBIAGGI, S. D. Nikkeis entre o Brasil e o Japão: desafios identitários, conflitos e estratégias. **Revista USP**, São Paulo, n.79, p.165-172, set./nov. 2008.

DEGEN, R. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DEMICHEI, N. A. **Redes gastronômicas e sociais: os caminhos construídos por meio das churrascarias**. 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DERIVI, C. Caravana sem fim. **Página 22** - informação para o novo século. FGV - GVces. n.29, mar. 2010.

DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. **Journal of Development Economics**, v. 67, p. 351-372, 2002.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ETZIONI, A. **The moral dimension**. Toward a new economics. New York: The Free Press, 1988.

FAZITO, D. Análise de redes sociais dos sistemas de migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, p. 89-176, 2010.

FERNANDES, J. A. L.; LOPES, F. D.; VIANA, F. E. Compreendendo relações entre a dinâmica evolutiva de um campo organizacional e as estratégias adotadas por seus atores. In: 3E's - ENCONTRO DE ESTRATÉGIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 5. Porto Alegre, 2011. **Anais...** Porto Alegre: ANPAD, 2011a.

_____. Compreendendo Relações entre a Dinâmica Evolutiva de um Campo Organizacional e as Estratégias Adotadas por seus Atores. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 109-139, 2011b.

_____. “Descascado, sem-cabeça, ao alho e óleo”: A quantas anda a agregação de valor no camarão potiguar. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 25. Brasília, 2008. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2008.

FERNANDES, J. A. L.; LOPES, F. D.; BEZERRA FILHO. As dificuldades na construção do tema e do problema em dissertações de mestrado: um estudo de caso em um curso de pós-graduação em administração. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 1. Recife, 2007. **Anais...** Recife, 2007.

FERREIRA, F.; LEITE, P.; LICHFIELD, J. A.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n.1, p. 147-169, 2006.

FIRMEZA, G. T. **A Brasileiros no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Ministério das Relações Exteriores, 2007.

FUGUI, W. K. **Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas: uma contribuição ao estudo do fenômeno migratório entre o Brasil e o Japão (1908-2008)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

GARCIA, R. A.; SOARES, Weber. Efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno ao Brasil 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa. Ed. Estampa, 1977.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2007. 167 p.

GHOSH, B. **The global economic crisis and migration: Where do we go from here?** IOM – International Organization for Migration. Switzerland. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIMENEZ, F. A. P. Escolhas estratégicas e estilo cognitivo: um estudo com pequenas empresas. **Revista de Administração de Empresas - RAC**, São Paulo, v.2, n.1, p.27-45, jan./abr. 1998.

GINDE, B. T. **Um estudo sobre a (re)inserção linguístico-cultural e os conflitos identitários vivenciados por filhos de *dekasseguis***. 2009. 164 f. Monografia (Curso de Letra)

- Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

GMELCH, G. Return migration. **Annual Review of Anthropology**, n. 9, p. 135-159, 1980.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio-jun. 1995.

GOMES, S. C.; ANDRADE, L. C. Análise espacial do crescimento econômico dos municípios paraenses no período 2002 a 2006. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 1. **Anais...** 2011.

GONÇALVES, O. **Migrações e desenvolvimento**. 1. ed.. Porto: Porto, 2009. (Coleção "Portugueses no Mundo").

GORDIMER, N. **The lyingdays**. Nova York: Penguin Books, 1994. 376p.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embedded ness. **American Journal of Sociology**, v.91, p. 481-510, 1985.

GUBERT, F.; NORDMAN, C. J. **Return migration and small enterprise development in the Maghreb**. Background Paper for the Middle East and North Africa Department, World Bank, Washington, DC. World Bank; MIREM Analytical Report, MIREM AR2008-02, RSCAS/EUI, Florence, 2011.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: evidências da PNAD de 2004. **Parcerias Estratégicas**, n. 22, p.347-379, 2006.

HARRIS, J.; TODARO, M. Migration, unemployment, and development: a two-sector analysis. **American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126-42, 1970.

HIGUCHI, N. **Brazilian migration to Japan: trends, modalities and impact**. Presented at the Expert Group Meeting on International Migration and Development in Latin America and the Caribbean, November 30-December 2, Mexico City, Mexico. 2005.

HILY, M. **As migrações contemporâneas: dos Estados e dos homens**. In: SEMINÁRIO CULTURA E INTOLERÂNCIA, São Paulo. Nov. 2003. **Anais...** São Paulo, 2003.

HIRANO, F. Y. **O caminho para casa: o retorno dos *dekasseguis***. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

HIRATA, R. F. **Migrações internacionais**: Brasil ou Japão – movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. 2007. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IANNI, O. Globalização e diversidade. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Migrações internacionais**: herança XX, agenda XXI. Campinas-SP: FNUAP, 1996. p. 1-16

IBGE. **Dados preliminares do Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

IBOURK, A.; CHAMKHI, A. **Analyse microéconométriques déterminants de la migration de retour des immigrés magh rébins**. Politics and economic development. ERF 17h Annual conference. Turkey, 2011.

ILAHY, N. Return migration and occupational change. **Review of Development Economics**, v. 3, n. 2, p. 170-186, 1998.

ILO. Cataloguing in Publication Data. **Making migration a development factor**: the case of North and West Africa / International Labour Office; International Institute for Labour Studies. Genebra, 2010.

INBP. **Livro de 20 anos da Câmara de comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará**. Belém, 2006.

INUZUKA, Y. **Vivências de dekasseguis apreendidas através do psicodiagnóstico de Rorschach**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

IPEA. Comunicado n. 129: **Presença do Estado no Brasil**: federação, suas unidades e municipalidades. Governo Federal - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília, 2012.

ISHKANIAN, A. **Homecomings**: unsettling paths of return. Ed. Fran Markowitz and Anders Stefansson. Lanham, MD: Lexington Books, 2004.

ITO, C. A. Reflexões sobre migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5. Campinas-SP, 2007, **Anais...** Campinas-SP, 2007.

_____. Trabalhadores brasileiros no Japão: reflexões sobre a comunidade em Hamamatsu. **Revista Geografia em Atos**, v. 1, n. 4, p. 79-93, 2002.

ITUASSU, C. T.; TONELLI, M. J. Notas sobre o conceito de sucesso: sentidos construídos e possíveis ressignificações. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3. **Anais...** João Pessoa, 2011.

JENKINS, M.; AMBROSINI, V.; COLLIER, N. Strategy as multi-perspectives. In: M. JENKINS.; AMBROSINI, V. **Strategic management**: a multi-perspective. Hampshire: Palgrave. 2002.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais - RBCS, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.

KANASIRO, A. K. **O retorno dos *dekasseguis***: as formas de aprendizagem. Projeto de pesquisa desenvolvido no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e da Universidade de São Paulo. Japão, 2011.

KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. 2.ed. rev. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

KEIVANI, R. A review of the main challenges to urban sustainability. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 1, n. 1-2, p. 5-16, 2010.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. Designing Social Inquiry. **Qualitative Research**. Princeton N.J.: Princeton University Press, 1994.

KING, R. Generalizations from the history of return migration. In: GHOSH, B. (Ed.) **Return migration**: journey of hope or despair? IOM: UN, 2000. p. 7-55

KISHIMOTO, A. *Nikkeis* no Brasil, *dekasseguis* no Japão - identidade e memória em filmes sobre migrações. **Revista USP**, v. 79, p. 144-164, 2008.

KLOOSTERMAN, R. C. Matching opportunities with resources: A framework for analysing (migrant) entrepreneurship from a mixed embeddedness perspective, **Entrepreneurship & Regional Development**: An International Journal, 22:1, 25-45. 2010.

_____. Immigrant entrepreneurship and the institutional context: a theoretical exploration. In: RATH, J. (Ed.). **Immigrant businesses**. The economic, politico-institutional and social environment. Houndmills: MacMilla, 2000. p. 135-160

KOJIMA, L. **Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão**. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de pesquisa em Ciências Sociais. Belo Horizonte: Artmed, 1999.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980.

LEWIN, K. **Teoria de campo em psicologia social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LIGHT, I. E.; GOLD, S. **Ethnic economies**, San Diego; Londres: Academic Press, 2000.

LIGHT, I. E.; ROSENSTEIN, C. **Race, ethnicity and entrepreneurship in Urban America**. New York: Aldine de Gruyter. 1995.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

LYRA, M. R. S. B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco -São Paulo-**

Pernambuco. 2003. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP., 2003.

MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa**: a interação entrevistador/entrevistado. Belo Horizonte, 1991.

MACIEL, C. de O.; WEYMER, A. S. Q.; AUGUSTO, P. O. M. Identificando os condicionantes socialmente construídos (enacted) das práticas estratégicas em ambientes altamente institucionalizados. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, art. 5, p. 79-97, jan./fev. 2012.

MADE IN JAPAN. Quem é o novo *dekassegui*? **Revista Made in Japan**, 21.04.2004. Disponível em: <<http://madeinjapan.uol.com.br/2005/09/21/edicao-79/>> Acesso em: mar. 2010.

MAGALHÃES, V. B. de. **Educação, trabalho e migrações internacionais**: o caso dos *dekasseguis* paulistas. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

MAHUTEAU S.; TANI M. Labour market outcomes and skill acquisition in the host country: North African migrants returning home from the European Union. **IZA Discussion Paper**, n. 5441, 2011.

MARCHETTA, F. Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt. **World Development**, v. 40, n. 10, p. 1999-2013, 2012.

MARGOLIS, M. L. **Little Brazil**. Imigrantes brasileiro sem Nova York. Campinas-SP: Papirus, 1994.

MARQUES, N. **O retorno de *dekasseguis*no período de 2008 - 2010**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Relações Internacionais) - Coordenação de Relações Internacionais, Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2011.

MARTES, A. C. B. **Lições fora de casa** – imigração como forma de aprendizado. Relatório de pesquisa. GVpesquisa. São Paulo, 2009.

MASSEY, D. S. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

MATTOS, P. L. C. L. Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados: pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 9, Edição Especial, artigo 1, Rio de Janeiro, jul. 2011.

MESNARD, A. Temporary migration and capital market imperfections. **Oxford Economic Papers**, v.56, p.242-262, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári da estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORETTO, A.; POCHMANN, M. A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. **O Público e o Privado**, n. 11, jan./jun. 2008.

MOYA, J. C. Immigrants and Associations: A Global and Historical Perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 31, n. 5, p. 833-864, 2005.

MRE. **Brasileiros pelo mundo**. Brasília, 2009.

NAKAGAWA, K. Y. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão** – províncias de Aichi e Shizuoka. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NAKAHATA, F. T. **Empreendedorismo e a criação de novos negócios pelos *dekassegui***: estudo de casos múltiplos no noroeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NAKAMOTO, A. L. C. Questões de gênero e a situação de retorno de brasileiras e brasileiros do Japão: algumas considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa. V.2, n.2. p.35-46, ago/dez. 2011.

NIPPOBRASIL. Missões divulgam, em 2012, novo Acordo Previdenciário Brasil-Japão. Disponível em: http://www.nippobrasil.com.br/dekassegui/20120217_01.shtml. 2012. Acesso em: maio de 2013.

NOGUEIRA, A. R. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

NUNAN, C.; FERNANDES, D. M. Reinserção do Migrante Internacional no mercado formal de trabalho. In: ENCONTRO DA ABEP, 25. Caxambu-MG, 2006. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 2006.

OHLSSON, H.; BROOMÉ, P.; BEVELANDER, P. The self-employment of immigrants and natives in Sweden. **Entrepreneurship and Regional Development**, n. 24, v. 5-6, p. 405-423, 2012.

OIARZABAL, P. J.; REIPHS, U. Migration and diaspora in the age of information and communication technologies. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, n. 38, v. 9, p. 1333-1338, 2012.

OKAMOTO, M. Y. **Dekassegui e família**: encontro e desencontros. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. C. de. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11. Caxambu-MG, 1998. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 1998.

OLIVEIRA, A. T. R. de.; ERVATTI, L. R.; O' NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA,

Luiz Antonio Pinto; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Coleção Estudos & Análises, n. 1, 2011, p. 29-49)

OLIVEIRA, C. R. de. **Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção econômica em Portugal**. Edição: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa, 2005.

OLIVEIRA, L. A. P. de. OLIVEIRA, A. T. R. de. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos & Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 1)

OSMAN, S. A. **Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAIVA, C. A. N.; CUNHA, A. M. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. **Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil**. São Paulo, 1996.

PAVIANI, A. Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana. **Cadernos Metrôpole**, n.17, p. 13-33, 2007.

PEIXOTO, J. Emprego e proteção social – Oportunidades no mercado de trabalho português: competição e complementaridade, reconhecimento de habilitações e competências. In: VITORINO, António (Coord.). **Imigração: oportunidade ou ameaça? – recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração**, Lisboa/Estoril: Fundação Calouste Gulbenkian/Principia, 2007. p. 199-231.

PHILLIPS, J.; POTTER, R. B. Questions of Friendship and Degrees of Transnationality among Second-Generation Return Migrants to Barbados. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, n. 35, v. 4, p. 669-688, 2009.

PIRACHA, M.; VADEAN, F. Return migration and occupational choice. **IZA Working Papers**, n. 3.922, p.1-34, 2009.

POPPER, K. R. **O realismo e o objetivo da ciência**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

POROS, M. The role of migrant networks in linking local labour markets: the case of Asian Indian migration to New York and London. **Global Networks**, v. 1, p. 243-259, 2001.

PORTES, A. **The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**. Nova York: Russell Sage Foundation, 1995.

PORTES, A. **Migrações internacionais**. Origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta Editora, 1999.

PORTES, A.; MANNING, R. The immigrant enclave: theory and empirical examples. In: OLZAK, S.; NAGEL, J (Ed.). **Competitive ethnic relations**. Orleão, London. Academic Press Inc., 1986. p. 47-68

PORTES, A.; STEPICK, A. **City on the edge**. The transformation of Miami. Berkeley, Los Angeles. University of California Press, 1993.

PORTES, A.; ZHOU, M. Entrepreneurship and economic progress in 1990s: a comparative analysis of Immigrants e African Americans. In: BEAN, F.; BELL-ROSE, S. (Ed.) **Immigration and opportunity**. Race, Ethnicity, and Employment in United States. New York: Russel Sage Foundation, 1999. p. 143-171

POSSATO, A. **Dekassegui: ida e volta de um imigrante brasileiro ao Japão**. Ed. Nokomando Desenvolvimento Pessoal. São Paulo, 2008.

PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.) **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FAPERJ, 2005. 424p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano - 2009**. Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em <<http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 12 fev. de 2010.

PRIDE, W. A.; FERRELL, O. C. **Marketing: concepts and strategy**. 8. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1993.

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

QUINTO, A. C. **Dekasseguis têm dificuldade de readaptação em seu retorno ao Brasil**. Agência USP - 2009. Disponível em: http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_8/2009/05/10/em_noticia_interna,id_sessao=8&id_noticia=109843/em_noticia_interna.shtml. Acesso em: outubro de 2010.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigações em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RACZYNSKI, D. La movilidad territorial de lapoblación en América Latina: perspectivas de análisis y lineamientos de investigación. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE POBLACION Y DESARROLLO. México, 1983. **Memorias...** México, 1983. v. 2, p.863-92

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2010.

RALPH, D. Home is where the heart is? Understandings of ‘home’ among Irish-born return migrants from the United States. **Irish Studies Review**, n. 17, v. 2, p. 183-200, 2009.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração de retorno e escolha ocupacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 7. São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: ENABER, 2009.

RASCHE, A.; CHIA, R. Researching strategy practices – a genealogical social theory perspective. **Organization Studies**, v. 30, n. 7, p. 713-734, 2009.

RATH, J. (Ed.). **Immigrant businesses: The Economic, Political and Social Environment**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and New York: Macmillan Press and St. Martins Press, 2000.

RAVENSTEIN, E.G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980. pg: 19-88.

REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo:1967.

REYNOLDS, T. Transnational family relationships, social networks and return migration among British-Caribbean young people. **Ethnic and Racial Studies**, v. 33, n. 5, p. 797-815, 2010.

RIBAS, C. C. **Os “dekassegui”**: uma outra face do toyotismo. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998.

RIBEIRO, C. A. C. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p.641-679, 2012.

RIOS-NETO, E. A relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo. In: BRASIL, 15 anos após a Conferência do Cairo. Campinas-SP: ABEP, 2009.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Rio de Janeiro, v.5, Número Especial, p.81-102, 2001.

ROSA, A. R. A imagina(organiza)ção surrealista: rompendo a gaiola de ferro dos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR (FGV)**, v.4. p.1-16, 2008.

ROSA, A. R.; ALVES, M. A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v.51, p.255-264, 2011.

ROSSINI, R. E. Lugar para viver é aqui, lugar para sobreviver é lá: migração internacional do Brasil para o Japão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12. Caxambu-MG, 2004. **Anais...** Caxambu-MG:ABEP, 2004.

RUSINOVIC, K. **Dynamic entrepreneurship: first and second-generation immigrant entrepreneurs in Dutch cities**. Amsterdam: University Press, 2006.

RYAN, L.; SALES, R.; TILKI, M.; SIARA, B. Family strategies and transnational migration: recent Polish migrants in London. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n. 1, jan. 2009.

SALES, R. L.; PEREIRA, C. M. M. de A.; BARROS, A. A de. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios no município de Leopoldina-MG. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo: EGEPE, 2008. 1 CD-ROM.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Campinas, 1992. **Anais...** Campinas: ABEP. 3, p.119-144, 1992.

SANTOS, B. S. **A democracia ante o abismo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.co.br/fsp/opiniaio/91256-a-democracia-ante-o-abismo-shtml/>. Acesso em: fev. 2013.

SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SASAKI, E. M. Os brasileiros no Japão em 2008. In: FERREIRA, A. P. (Org.) **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **Ser ou não ser japonês?** A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

_____. A emigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99-117, maio/ago. 2006.

_____. **O jogo da diferença**: a experiência identitária no movimento *dekassegui*. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998.

_____. Os *dekasseguis* retornados. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP, v. 13, n. 1, 1996.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. Novos migrantes do e pra o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (Org.) **Migrações internacionais** – contribuição para políticas. Brasília: CNPD, 2000. p. 615-669

SASSE, G.; THIELEMANN, E. R. A Research agenda for the study of migrant and minorities in Europe. **JCMS**, v. 43, n. 4, p. 655-671, 2005.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno - elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia** - Revista do migrante, v. 13, Número Especial, jan. 2000.

SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. Towards a comparative theory of locality immigration studies: migrant incorporation and city scale. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n. 2, fev. 2009.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organization of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in**

organizational analysis. Chicago: Chicago Press, 1991. p. 108-140

SEBRAE. **Planejar para vencer: dekassegui** empreendedor. Manual do participante. Brasília, 2007.

_____. **Dekassegui**: empreendedor e cidadão. 2004.

SEMENIK, R. J.; BAMOSSY, G. J. **Princípios de marketing**: uma perspectiva global. São Paulo: Makron Books. 1995.

SHIPPER, A. W. The political construction of foreign workers in Japan. **Critical Asian Studies**. n. 34, v. 1, p. 41-68, 2002.

SIMMONS, A. B. **Explaining migration**: Theory at the crossroads. Louvain: Université Catholic, 1987.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SIQUEIRA, B. **Governo japonês vai financiar retorno dos imigrantes desempregados ao Brasil**. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/336/conteudo+opera.shtml>, 2009>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SIQUEIRA, H.; MAIA, A. G. Desigualdades nos mercados de trabalho metropolitano e não metropolitano brasileiro (1981-2006). **Caderno Metrôpole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 349-367, jul./dez. 2010

SIQUEIRA, L. B. O. de. **Uma análise do fluxo migratório brasileiro**: migração para regiões pobres e migração de retorno. 2006. Tese (Doutorado em Economia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIQUEIRA, S. Emigração internacional e o retorno a terra natal: realizações e frustrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EMIGRAÇÃO, 15. 2007. **Anais...** NEPO/UNICAMP, 2007.

SIQUEIRA, S.; ASSIS, G. de O.; DIAS, C. A. As múltiplas faces do retorno à terra natal. **Cadernos de debates refúgio, migrações e cidadania**, Brasília, v.5, n.5. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2010.

SMIRCICH, L.; STUBBART, C. Strategic management in an enacted world. **Academy of Management Review**, n. 10, v. 4, p. 724-736, 1985.

SOUZA SANT'ANNA, A de.; NELSON, R. E. Tipos de empreendedores em penturbia brasileira. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 2, p.453-475, mar./abr. 2012.

SOUZA SANT'ANNA, A de.; OLIVEIRA, F. B.; DINIZ, D. M. Tipos de empreendedores em dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades: uma análise sob a perspectiva de Bourdieu. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p.378-406, 2012.

SOUZA, V. J. N. de. **A dinâmica *dekassegui* nos municípios de Santa Izabel e Santo Antonio do Tauá**. 2003. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SOWELL, T. **Migrations and cultures: a world view**. Harpercollins: 1996.

STACK, C. **Call to home: African Americans reclaim the rural south**. New York: Basic Books, 1996.

STADNIKY, H. P. Contribuição ao estudo da presença nipo-brasileira no norte novo de Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de História Regional**. Maringá-PR: UEM, 2001.p. 239-254

STERNBERG, R.; MÜLLER, C. Return migration in regional innovation systems. **Asian Journal of Technology Innovation**, v. 13, n. 2, p. 71-95, 2005.

SUGUIURA, M. H. **Relações entre a rede social e as migrações Brasil-Japão**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEERLING, J. The development of new ‘third-cultural spaces of belonging’: British-born Cypriot ‘return’ migrants in Cyprus. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n. 7, p. 1079-1099, 2011.

TOBIAS, A. J. S. **Dinâmica migratória paraense na década de 80**. 2003. 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Área de Concentração: Demografia) - Escola Nacional de Ciências e Estatística, Rio de Janeiro, 2003.

TONGU, E. A. S. **Migrações, processo educacional e os *dekassegui***: um estudo da rede de relações em torno na criança Nikkei na escola brasileira no Japão. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSUDA, T. **Strangers in the ethnic homeland: Japanese Brazilian return migration in transnational perspective**. Nova York: Columbia University Press, 2003.

UEHARA, A. O retorno dos *dekasseguis*. **Descubra Nikkey**, 8 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2009/4/8/dekasseguis/>>. Acesso em: nov.2009.

UENO, L. S. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**,v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

UZAGALIEVA, A.; MENEZES, A. The poverty effect of remittance flows: evidence from Georgia. **Post-Communist Economies**, v. 21, n. 4, p. 453-474, 2009.

VAINER, C. B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas.

Travessia, São Paulo, n. 26, p. 05-09, maio/ago. 1996.

VASCONCELOS, M. A; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VECCHIO, R. A. Construção de discursos na teoria organizacional: algumas reflexões críticas a partir do conceito de liderança. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29. Brasília, 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VILELA, E. M. Sírios e Libaneses: redes sociais, coesão e posição de status. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, São Paulo, v. 26, n. 76, jun. 2011.

VINOGRADOV, E.; KOLVEREID, L. Cultural background, human capital and self-employment rates among immigrants in Norway. **Entrepreneurship & Regional Development: an international journal**, v. 19, n. 4, p. 359-376, 2007.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

VOLBERDA, H. W. Crise em estratégia: fragmentação, integração ou síntese. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 32-43, 2004.

VOLKAMNN, P. R. **A utilização de linguagem estrangeira no comércio de Porto Alegre como instrumento de identificação de cultura e de poder**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WALDINGER, R.; MCEVOY, D.; ALDRICH, H. Spatial dimensions of opportunity structures. In: WALDINGER, R.; ALDRICH, H.; WARD, R. (ed.) **Ethnic entrepreneurs**. London: Sage, 1990. p. 106-130.

WEICK, K. **Making Sense of the Organization**. Oxford: Blackwell. 2001.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

WILLIAMS, A. M.; BALAZ, V. International return mobility, learning and knowledge transfer: a case study of Slovak doctor's. **Social Science & Medicine**, n.67, 2008.

WILSON, K.; PORTES, A. Immigrant enclaves: an analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. **American Journal of Sociology**, v. 86, n. 2, p. 295-319, 1980.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, F. B. de.; BARONE, F. M. Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 796-807, jul/ago. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE SONGAGEM

(INFORMANTES: MIGRANTES DE OUTROS ESTADOS/PAÍSES RESIDENTES NO PARÁ; INDIVÍDUOS NASCIDOS NO ESTADO QUE JÁ RETORNARAM DE UMA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Idade:
Área de formação/atividade profissional:

2. A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

<p>2.1 Caracterização geográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trata-se da primeira experiência migratória? • Qual é o seu país/estado/cidade de origem? • Qual foi o país/estado/cidade de destino? • Que aspectos motivaram a migração para o referido destino? <p>2.2 Caracterização laboral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual era a atividade desenvolvida na origem? • Quais foram (são) as atividades desenvolvidas no destino? <p>2.3 Aspectos temporais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com qual idade migrou? • Quanto tempo teve (ou tem) a experiência migratória? <p>2.4 Histórico e modalidade da migração</p> <ul style="list-style-type: none"> • De que forma se deu a migração (sozinho ou acompanhado por familiares)? • Há um histórico de migração na família? • Existiam contatos previamente estabelecidos país/estado/cidade de destino? <p>2.5 Avaliação da migração</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais foram as principais dificuldades encontradas no país/estado/cidade de destino? • Quais foram os principais benefícios advindos pela experiência migratória? • Que conhecimentos, experiências e recursos foram adquiridos via migração? • Como avalia a experiência migratória? • Existe o desejo de emigrar para outro país/estado/cidade? • Há pretensão retornar para o país/estado/cidade de origem?
--

3. O RETORNO*

<ul style="list-style-type: none"> • Para onde – e quando - se deu o retorno? • Quais foram os aspectos que motivaram o retorno? • Como se deu o retorno? De forma planejada ou emergencial? • Quais foram (são) as atividades desenvolvidas após o retorno? • Encontrou dificuldades no país/estado/cidade de retorno? Quais? • Como avalia o retorno migratório? • Existe o desejo de emigrar para outro país/estado/cidade novamente? Se sim, por quê?
--

*Apenas para migrantes que, em alguma ocasião, já retornaram ao seu país/estado/cidade

APÊNCIDE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE APROFUNDAMENTO
(SUJEITOS: GESTORES ENVOLVIDOS COM A PROBLEMÁTICA – GEP)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Área de formação/atividade profissional:
Vínculo organizacional:

2. CONTATO COM O MOVIMENTO DEKASSEGUI

- Com quantos *dekasseguis* você já teve contato aproximadamente?
- Como se deu (deram) estes contatos?
- Pela sua experiência, quais são os motivos que levam os indivíduos a emigrarem para o Japão?
- Pela sua experiência, quais são os maiores benefícios propiciados pela experiência migratória para os *dekasseguis*?
- Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades encontradas pelos *dekasseguis* no Japão?
- Na sua opinião, quais são as principais características do movimento *dekassegui*?
- Qual a sua percepção sobre o movimento *dekassegui* hoje?
- Você avista mudanças futuras para o movimento *dekassegui*? Se sim, quais?

3. O RETORNO DOS DEKASSEGUIS

- Na sua opinião, quais são os fatores que motivam os *dekasseguis* a retornarem para o país/estado/cidade de origem?
- Na sua opinião, quais são as principais dificuldades encontradas pelos *dekasseguis* após o retorno ao país/estado/cidade de origem?
- Na sua opinião, que ações podem ser adotadas com o intuito de ajudar os *dekasseguis* retornados a superarem tais dificuldades?

4. OS DEKASSEGUIS RETORNADOS NO ESTADO DO PARÁ

- Existem um contingente significativo de *dekasseguis* retornados no estado do Pará?
- Onde estão os *dekasseguis* que retornaram para o estado do Pará?
- Que atividades têm sido desenvolvidas pelos *dekasseguis* retornados no estado do Pará?
- Existem características que distinguem os *dekasseguis* retornados do Pará dos demais *dekasseguis* de outras regiões do Brasil? Se sim, quais?

5. PERCEPÇÃO SOBRE A PESQUISA

- Qual a sua percepção sobre o desenvolvimento de uma pesquisa sobre os *dekasseguis* retornados no estado do Pará?
- Que aspectos interessantes você acha que tal pesquisa deve abordar?
- Você tem como fornecer dados que possam ajudar o desenvolvimento desta pesquisa?
- Existe algum outro ponto que você gostaria de falar a respeito do tema?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE APROFUNDAMENTO

(SUJEITOS: *DEKASSEGUI*S RETORNADOS E EMPREENDEDORES - DRE)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Empresa:

2. AS ESTRATÉGIAS EMPREENDEDORAS MAPEADAS

- Com que produtos/serviços a empresa trabalha?
- Quantos funcionários trabalham na empresa?
- Há quanto tempo a empresa existe?
- Quem são os principais clientes da empresa?
- Onde esses clientes se encontram?
- Quais foram as principais motivações para montar esse negócio?
- Que recursos foram indispensáveis para concretizá-lo?
- Ocorreram mudanças desde que ele foi iniciado? Quais?
- Que dificuldades foram encontradas nessa trajetória?
- Quais foram os resultados obtidos através da mesma?

3. AS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICA DOS SUJEITOS ABORDADOS

- Qual a sua idade?
- Qual o seu grau de escolaridade?
- Qual é a sua estrutura familiar; atualmente, antes e durante a migração?
- Qual é o seu grau de descendência?

4. AS EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS DOS SUJEITOS ABORDADOS

- Onde você morava antes de emigrar?
- Em que província(s) do Japão você residiu?
- O primeiro local de moradia após o retorno foi aqui nessa cidade?
- Quando se deu a migração para o Japão?
- Quanto tempo permaneceu lá?
- Quando retornou para o Pará?
- Quais foram as principais motivações para a migração?
- O que lhe motivou a permanecer no Japão?
- O que o levou a regressar para o Pará?
- O que fazia antes de ir para o Japão?
- Que atividades realizou no Japão?
- Quais foram as atividades desenvolvidas após o retorno?

ANEXOS

ANEXO A - REPORTAGENS/NOTÍCIAS SOBRE O RETORNO DOS *DEKASSEGUI*S

a) Reportagem publicada no jornal Nippo-Brasil em 2010. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/dekasegui/544b.shtml>

Brasileiros reaprendem a economizar com a queda dos salários no Japão

O alto nível salarial do Japão é um dos principais motivos que levam os brasileiros a trabalharem no outro lado do mundo. Porém, devido a forte crise que afetou o país e a concorrência da mão-de-obra de imigrantes de outros lugares da Ásia, esta realidade tem mudado. Com um menor salário pago por hora e diminuição de horas extras, os rendimentos dos *dekasseguis* no fim do mês têm ficado cada vez menores.



Com a queda salarial, os *dekasseguis* se veem obrigados a pensar em uma mudança nos hábitos de consumo. Até pouco tempo atrás era comum ver os brasileiros gastando muito com carros, refeições fora de casa, viagens e ainda sim conseguindo juntar dinheiro. A crise fez os imigrantes reaprenderem a economizar como se estivessem no Brasil.

Como os *dekasseguis* economizaram no auge da crise

Assim que o Japão entrou em recessão, a fábrica que Mário Goto trabalha na cidade de Yatomi (Aichi) reduziu o salário dos funcionários de 1200 para mil ienes por hora. As horas extras também foram cortadas. “Trabalhávamos onze horas por dia de segunda a sábado nos dois turnos. Com a crise, acabou a hora extra, trabalhávamos de segunda a quinta-feira e quem estava no noturno só fazia cinco horas de jornada”, fala Goto.

Mário conseguiu se manter no Japão graças ao cortes de gastos que fez. “Nunca fui de esbanjar muito, mas tive que economizar mesmo. Uma coisa que procurei fazer foi andar mais de bicicleta. Além de poupar combustível, me ajudava na saúde”, conta Goto. Neste mês as horas extras voltaram, mas ele não é muito otimista quanto ao futuro no Japão: “A tendência é ir piorando, pelo menos para os brasileiros”.



A aromaterapeuta Kátia Sakugawa sentiu na pele a queda no consumo dos *dekasseguis*. Com um negócio voltado aos brasileiros, ela diz que os rendimentos caíram mais de 50%: “As pessoas não tem dinheiro nem para comer, quanto mais para cuidar da saúde. Os clientes sumiram. Alunos de cursos nem se fala. Até os mais antigos não faziam mais as sessões de aromaterapia, apenas compravam produtos.”, diz Kátia.

A alternativa da aromaterapeuta foi entregar o apartamento que morava sozinha para voltar a morar com os pais. “Meus pais tinham uma hortinha e dela tirávamos uma parte do nosso alimento. Deus nos abençoou”, explica Kátia. Atualmente, ela está morando com a cunhada e tem esperanças que a situação melhore: “Pior do que estava não tem como ficar”.

A recessão como aprendizado para o futuro

Pouco antes do Japão entrar em crise Priscila Kiguti planejava viajar para a França com o seu marido. Com a vida estabilizada na terra do sol nascente, o casal gastava bastante. “Quando chegamos ao Japão, nós sempre pensávamos em guardar dinheiro. Mas para sair da rotina apartamento-fábrica resolvemos viver mais e começamos a gastar mais”, afirma Kiguti.

Viagens, carros, roupas novas e jantares fora de casa faziam parte da rotina do casal. Até que Priscila teve uma redução de 100 mil ienes no salário. “Nunca imaginávamos que viria uma crise como esta”, conta Priscila. Ela se diz feliz pela tão sonhada viagem para a França não ter sido feita. “Seria um rombo nas nossas despesas”, diz Priscila.



Os hábitos dela e do marido mudaram completamente com a redução salarial. Em vez de ir a restaurantes passaram a cozinhar em casa. As roupas passaram a ser lavadas com a água do ofurô. Gastos como telefone também foram reduzidos. E as compras, antes normais, foram cortadas. “Gastávamos 400 mil ienes por mês. Agora dá para passar com 250 mil. Aprendemos a economizar”, diz Priscila.

Carlos Ishigaki, que trabalha em uma empresa que coloca brasileiros no mercado de trabalho japonês, diz que o futuro em relação ao salário é incerto. “Vai depender do andamento da crise e da demanda por mão-de-obra”, fala Ishigaki. Seja qual for o futuro uma coisa é certa. Com crise ou não, o aprendizado econômico que Priscila, Mário e Kátia tiveram na crise ainda os ajudarão muito na terra do sol nascente.

A crise em números

36800 ienes = É quanto perde por mês um trabalhador que teve redução de 200 ienes do salário por hora.

*34500 ienes= É quanto perde por mês um trabalhador que perdeu uma hora extra por dia.

*48000 ienes= É quanto perde por mês um trabalhador que deixa de trabalhar aos sábados.

*Salário base 1200 ienes/hora

ANEXO B - REPORTAGEM PUBLICADA NO JORNAL NIPPO-BRASIL EM 2010. DISPONÍVEL EM: HTTP://NIPPOBRASIL.COM.BR

a) Ex-dekaseguis apostam em futuro na terra natal

Após receberem ajuda de retorno, imigrantes depositam esperanças em nova vida no Brasil

4 COMUNIDADE

Após receber os ¥ 300 mil, brasileiros apostam no futuro

Em benefício é desafio para famílias que contam apenas com a ajuda do governo japonês

De São Paulo

Criada no auge da crise financeira mundial, a ajuda de retorno de 300 mil ienes (cerca de 3 milhões de reais) do governo japonês permitiu que milhares de brasileiros deixassem o país em julho de 2009. Mas a perspectiva de trabalhar no Brasil não é simples. Muitos brasileiros que chegaram ao Brasil em julho de 2009 estão agora enfrentando dificuldades para encontrar emprego e sustentar suas famílias. Alguns já estão retornando ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Outros estão tentando se adaptar ao mercado de trabalho brasileiro, mas muitos ainda estão sem emprego e sem perspectiva de trabalho. Alguns já estão retornando ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Outros estão tentando se adaptar ao mercado de trabalho brasileiro, mas muitos ainda estão sem emprego e sem perspectiva de trabalho.



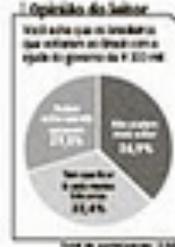
Opinião das mães
Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês?



Opinião do pai
Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês?




Opinião do pai
Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês? Quem aceita a ajuda de retorno do governo japonês?



Opinião	Porcentagem
Sim	33,3%
Não	33,3%
Não sei	33,3%

Criada no auge da crise financeira mundial, a ajuda de retorno do governo japonês (KikokuShien) proporcionou a volta para casa de muitos brasileiros que estavam desempregados na terra do sol nascente. Porém, quem aceitou receber os 300 mil ienes terá que ficar três anos sem retornar ao Japão. Esta condição gerou dúvidas em muitos *dekasseguis*, mas alguns aceitaram o dinheiro e a missão de se readaptar, recomeçar uma nova carreira profissional e retomar a vida no Brasil.

Sem a perspectiva de trabalhar no Japão pelos próximos três anos, os *ex-dekasseguis* que receberam o benefício do governo japonês têm agora um desafio pela frente. Buscar recomeçar a vida no Brasil não é uma tarefa fácil para quem viveu por muitos anos no outro lado do mundo. O dinheiro recebido no auxílio está ajudando neste reinício, mas as incertezas sobre o que fazer na terra natal são muitas para os ex-imigrantes.

A volta ao mercado de trabalho

Quando o governo japonês anunciou que iria ajudar os *dekasseguis* a voltarem para casa, Viviane Chinem já estava a seis meses desempregada e sem perspectiva de trabalho. “Meu marido até arranhou emprego, mas não há como sustentar uma família apenas com um salário e sem hora extra”, diz Viviane. Ela, o marido Jéferson e a filha Jenyfer retornaram ao Brasil em julho do ano passado.

Com o dinheiro ganho do benefício, o casal decidiu abrir uma barraca de caldo de cana e água de coco em São José dos Campos/SP. “Ainda não estamos tendo muito lucro. Mas todo empreendimento no início é difícil e a barraca é um negócio rentável para quem investe”, conta Viviane. Apesar de gostar da vida no Japão, ela diz que pretende ficar no Brasil mesmo após o prazo de três anos terminar.

Eiko Watanabe voltou em dezembro do Japão e não ficou nem um mês desempregada. Começou a trabalhar em uma empresa de decoração de festas. “Para quem diz que não há emprego no Brasil eu sou a prova que emprego tem. Só é preciso ter força de vontade e perseverança”, diz Eiko. Ela fala que quer retornar para a terra do sol nascente apenas para passeio. “Eu digo uma coisa. Para tomar uma decisão desta tem que ter opinião. Voltar para casa e não se arrepender”, afirma Eiko.

Viviane e Eiko acreditam que o dinheiro do governo japonês foi bem vindo, mas sabem que se acostumar a nova realidade financeira do Brasil é um grande desafio. “Chegamos no natal aqui. Mesmo assim tivemos que poupar. Trocamos a ceia por um curso de segurança para meu marido”, conta Eiko. Viviane diz que tem que se segurar. “Aqui não dá para comprar tudo que se vê pela frente, como no Japão”, explica Viviane.

A espera do benefício

Flávia Yamada e seus três filhos chegaram no Brasil no dia 14 de Fevereiro. Ela morava há 18 anos na terra do sol nascente e estava sem trabalhar há 1 ano e 3 meses. Como ainda não recebeu *okikokushien*, ela está morando na casa de uma amiga em Araçatuba/SP. Com o dinheiro do benefício, ela espera dar entrada em uma casa própria e não quer mais voltar para o Japão. “Quero criar meus filhos aqui. Lá a gente vai ser sempre tratado como estrangeiro”, afirma Flávia.

Ela diz não ter medo da realidade brasileira. “O problema de muitos é que vem para cá com a cabeça lá. Claro que eu ainda tenho que me acostumar um pouco porque foram quase 20 anos no exterior”, afirma Flávia. Ela conta que não tem muitos planos, quer apenas levar uma vida normal em sua terra natal. “Tem muitos brasileiros que só estão comendo arroz e feijão no Japão. Por que não viver assim aqui?”, fala Flávia.

O benefício do governo japonês que ajudou Viviane, Eiko e Flávia a recomeçarem a vida no Brasil tem prazo para acabar. Os imigrantes que estão no Japão terão até o dia 5 de março para fazer o requerimento da ajuda do governo e deverão viajar até o dia 31 de maio. Desde o início do benefício (em abril) até o final do mês de dezembro do ano passado, 17.449 *dekasseguis* receberam o *kikokushien* e apostaram no futuro em seus países de origem.

b) Reportagem publicada no jornal Nippo-Brasil em 2010. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/dekasegui/567b.shtml>

O fim do sonho de um comércio próprio

Cintya Nishimuta ainda não sabe se voltará para o Japão, mas vontade é o que não lhe falta. Em 2007, quando retornou do arquipélago, ela tinha o sonho de abrir um negócio próprio em Maringá (PR). Só que com tantas decepções este sonho está acabando. Primeiro tentou abrir uma lanchonete, mas a sociedade com um primo não deu certo. Agora é uma loja de moda íntima que está prestes a fechar as portas.

Cintya reclama que a crise econômica mundial afetou os empreendimentos dela no Brasil. "Minha região é movida pelo agronegócio. Com a crise, os outros setores foram para baixo junto. Sem capital de giro, não estou sequer conseguindo manter a loja", explica Cintya, que viveu 12 anos no Japão. O resultado é que a loja está à venda. Ela nem quer saber de ouvir falar em abrir outro estabelecimento comercial.



Cintya: "Tudo nos leva ao Japão. O ruim é ficar longe da família"

Cintya ainda vai tentar uma última cartada no Brasil. "Espero tentar arrumar um emprego por aqui, mas sei que quem foi para o Japão tem algumas desvantagens na hora de lutar por uma vaga devido à falta de um curso superior", reconhece Cintya. Se ela não conseguir um bom emprego, diz que a saída será voltar para o Japão.

Ela acredita que todo brasileiro que vai trabalhar no arquipélago acaba se tornando um pouco "viciado" pelo país: "Ficar lá nos deixa dependentes, como se fosse um vício. Longe do Japão as coisas se tornam mais difíceis", fala Cintya. Não é a primeira vez que tenta ficar longe do "vício". Anteriormente, ela permaneceu no Brasil por cinco anos, entre 1999 e 2004.

Para Cintya a dependência do Japão se deve ao padrão de vida levado lá. "A tranquilidade, viver sem violência, a facilidade de ser consumista. Tudo nos leva ao Japão. O ruim é ficar longe da família", fala Cintya, que tem três filhos no Brasil: Arissa (17 anos), Ayia (15 anos) e Alan (11 anos). Ayia quer seguir os passos da mãe. No final do ano vai para o Japão morar com o pai e estudar.

Com o fim da crise, aumenta o desejo de voltar ao oriente

Quando voltou do Japão em dezembro de 2008, Cláudia Komiya esperava ficar apenas dois meses no Brasil. Afinal, ela possuía um emprego garantido no Japão. Porém, a crise mundial e a demissão em massa na fábrica na província de Shiga em que trabalhava acabaram prorrogando as "férias" no Brasil. Na época, ficou com medo de retornar ao Japão e não conseguir trabalho. Agora já pensa mais seriamente em voltar para lá.

A vontade de ir de novo ao Japão está mais forte do que nunca, tanto que Cláudia já está providenciando a documentação para a viagem. "Como a crise está passando, ano que vem vou para lá. A única coisa que me prende no Brasil agora é um curso de web designer que estou fazendo", afirma Cláudia. Ela mora em Ilhéus (BA) e diz que, apesar de estar no Brasil, continua com a cabeça no outro lado do mundo. "Sinto muita saudade do Japão", conta.



Cláudia com uma colega de trabalho: retorno ao Japão em 2011

Atualmente Cláudia trabalha em uma fábrica, mas o salário é bem menor do que o ganho no outro lado do mundo: "Financeiramente está difícil. Estou trabalhando para ganhar salário mínimo", diz Cláudia.

Além do fator financeiro, ela vê outras vantagens do Japão em relação ao Brasil. "Aqui não tem como andar na rua sem medo. Sem falar que sinto falta da educação dos japoneses e da limpeza dos lugares públicos", fala Cláudia.

Cláudia também se diz chateada com o entretenimento. Desde que voltou, ela conta que não tem aproveitado muito: "Lá no Japão eu sempre ia a baladas japonesas. Aqui é difícil. Até porque na Bahia só toca músicas de que eu não gosto. Por isso fico mais em casa mesmo", diz a garota que em 2011 espera deixar a terra do reboleção para festejar ao melhor estilo japonês.

(continuação...)

Depois da decepção, a ansiedade pelo retorno ao Japão

Após morar por dez anos no Japão, Meire Tabuti retornou ao Brasil em 2006. Ela tentou de todas as formas construir a vida por aqui, mas os negócios não deram certo e as dívidas só se acumularam. Com isso, a solução está sendo voltar ao Japão. Ela e a filha Luana (de três anos) já estão de malas prontas para a viagem. Só estão esperando o visto sair para se juntarem ao marido Luciano, que já está lá desde 2008. A previsão é de que as duas viajem em novembro.



Luciano e Meire com a filha Luana: sem sorte no Brasil, agora dizem que não têm data de regressar ao País

Meire, que está em Presidente Prudente (SP), explica por que decidiu retornar ao Japão: "Primeiro porque meu marido está lá. Segundo porque não tive sorte aqui. Por fim, eu adoro o estilo de vida de lá". Ela não esconde a ansiedade de retornar ao local onde viveu na adolescência. "Sinto como se fosse minha primeira viagem, quando eu tinha catorze anos. Fico vendo fotos e pesquisando na web dicas para viajar com crianças", conta a mãe de Luana.

Mesmo dizendo que gosta muito do Japão, a ex-dekaseguri chegou a pensar que nunca mais retornaria ao arquipélago. Ela e Luciano voltaram ao Brasil em novembro de 2006, por causa de uma crise de depressão dele. Poucos meses depois, Meire descobriu que estava grávida de Luana. Na época, o casal decidiu que o melhor seria abrir um negócio próprio e tentar construir a vida no Brasil.

O casal investiu todo o dinheiro ganho em uma lanchonete em Marília (SP), cidade da família de Luciano. No início o negócio rendeu algum lucro, mas em pouco tempo a clientela sumiu e as dívidas começaram a se acumular. Eles perderam todo o capital que tinham. A saída encontrada pelo casal foi Luciano trabalhar de novo no outro lado do mundo. Enquanto o marido estava lá, Meire cuidaria da filha e tentaria vender o estabelecimento que havia falido.

Depois de vender o negócio por um preço "baixíssimo", Meire foi morar em Presidente Prudente com a mãe e começou a trabalhar. "Tive vários empregos: meu salário médio era de R\$ 530", diz a ex-dekaseguri. A comparação do Brasil com o Japão era inevitável: "Sempre tive uma vida boa lá. Guardava meu dinheiro, tinha um lazer, apartamento, carro, viajava. Aqui trabalhava muito, ganhava pouco e ainda sentia muito medo em relação a segurança", explica ela.

Meire diz que agora não tem data para voltar ao Brasil: "Não tive sorte aqui. Vou ficar lá por tempo indeterminado. Nunca imaginei que sentiria tanta falta daquele país. Amo a cultura, comida, educação dos japoneses, segurança e, claro, o salário. Estou muito feliz de ir para lá mais uma vez".

c) Reportagem publicada no jornal Nippo-Brasil em 2010. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/dekasegui/561.shtml>

Pesquisa na comunidade mostra forte queda na renda e no emprego

Número de brasileiros com salário entre 0 e 160 mil ienes quase dobrou, enquanto os que ganham mais de 260 mil ienes caiu para menos da metade, de 2007 para 2009

(Foto: Osny Arashiro/IPC | Foto: Divulgação)

Em palestra proferida na Universidade de Arte e Cultura de Shizuoka, em Hamamatsu (Shizuoka), dia 1º, dentro do ciclo Debates em Português, ainda em comemoração aos 20 anos do movimento de kassegui, o professor Shigehiro Ikegami apresentou dados de uma pesquisa realizada por sua equipe que apontam que os brasileiros residentes no Japão enfrentam uma forte queda na renda em virtude da escassez de horas extras e até de postos de trabalho.

O professor comparou os dados com um estudo semelhante realizado em 2007 e os resultados mostram o difícil cenário econômico dos de kasseguis. Quanto ao desemprego, houve um aumento significativo de 4% para 26%. Ou seja, se, em 2007, a cada 25 pessoas uma estava desempregada, em 2009 essa proporção subiu para uma em quatro.



A crise pegou forte os brasileiros no Japão, que tiveram de enfrentar aumento de desemprego, além da diminuição de salários

O palestrante ainda comparou os salários de setembro de 2009 com os do mesmo mês na pesquisa anterior. No item "sem salário a até 160 mil ienes", valor próximo ao que recebe uma pessoa recém-formada do Ensino Médio, o número saltou de 27% para 46%. Já a proporção de brasileiros que recebem mais de 260 mil ienes de salário caiu para menos da metade – de 36% para 14%.

Ikegami, que entrevistou brasileiros acima de 16 anos de idade escolhidos aleatoriamente a partir dos dados de registro de estrangeiros de Shizuoka, afirmou ainda que os brasileiros estão começando a se integrar à sociedade local. Por exemplo, os pesquisadores enviaram questionários em português e japonês à comunidade na cidade, dos quais 26% foram respondidos. Desses, 14% voltaram escritos em japonês. Além disso, em 2007, o número de pessoas que responderam que morariam no Japão de forma permanente foi de 13%, enquanto, em 2009, essa percentagem aumentou para 24%. Logo no início da palestra, ele alertou que para uma sociedade alcançar a convivência multicultural pacífica, os estrangeiros precisam ter independência social e, ao mesmo tempo, participar da comunidade japonesa – e para isso são necessários estabilidade no emprego e aprendizado do idioma.

Ikegami também citou uma pesquisa sobre a saúde mental dos brasileiros em Hamamatsu. Apesar de os resultados não terem sido divulgados, os números parecem chamar a atenção das autoridades. Com base nos dados, foi decidido que a cidade seria a primeira no Japão a dar início ao atendimento a pacientes estrangeiros que sofrem de distúrbios mentais.

Reclamações trabalhistas aumentam quatro vezes

Para agilizar as causas trabalhistas, o governo japonês implantou em 2006 o Tribunal de Causas Trabalhistas (Roodoo Shinpan Seido). Desde então, o número de processos movidos para resolver problemas como demissão repentina e não pagamento de salário cresceu quatro vezes, registrando 3.468 casos em 2009, segundo a Suprema Corte do Japão.

As soluções são rápidas e os casos podem ser resolvidos em até três audiências na presença de um juiz e dois jurados especializados em problemas trabalhistas. Em média, os processos são concluídos em 70 dias. Caso as partes não cheguem a um acordo em três audiências, é feito um julgamento no qual uma solução é sugerida pelo juiz. Se uma das partes não aceitar a proposta, o caso deverá ser tratado num processo civil comum.

Segundo a Suprema Corte, durante o ano fiscal 2006, o Tribunal de Causas Trabalhistas atendeu 877 casos. No segundo ano, o número subiu para 1.494, e depois para 2.052 em 2008. De 2008 para 2009, houve aumento de 70%. Entre os 3.468 casos levados à Justiça em 2009, cerca de metade (1.701 casos) refere-se à verificação do vínculo empregatício, incluindo demissão por parte do empregador. Outros 1.059 casos foram sobre problema de pagamento de salário.

Ação movida por brasileiros

Trabalhadores estrangeiros também têm recorrido a esse sistema para resolver seus problemas. Um grupo de oito brasileiros, demitidos pela empreiteira que os alocava para a fábrica da Canon em Nagahama (Shiga), abriu um processo contra a empreiteira em julho do ano passado junto ao Tribunal de Otsu.

Eles alegaram que a demissão foi inválida e solicitaram o pagamento de salários referentes aos meses em que ficaram sem trabalhar após o corte. O grupo foi demitido entre abril e maio de 2009.

A empreiteira alegou que o corte era necessário para evitar a falência, mas a empresa ainda mantinha imóveis valiosos após a demissão e não tentou encontrar outras fábricas para alocar os brasileiros.

A Justiça confirmou que a demissão era inválida e ordenou à empreiteira o pagamento de 1,2 milhão de ienes (R\$ 24.588) ao grupo. A empresa, porém, contestou a decisão, e o caso está sendo julgado num processo civil.

(continuação...)

Desabrigados de Hamamatsu são acolhidos em igreja evangélica

Desempregados ou sem-teto recebem conforto espiritual e comida

(Reportagem e Foto: Osny Arashiro/IPC)

Na noite do dia 21 de maio, os fiéis da igreja evangélica pentecostal Praise Church reuniram-se na sede inaugurada duas semanas antes, no distrito de Minami, em Hamamatsu (Shizuoka), para o culto semanal. A pastora brasileira Aleixa Gotto leu em voz alta a Bíblia com tradução simultânea para o japonês feita por um intérprete. Quase todos os 19 presentes são nipônicos, muitos deles sem moradia ou desempregados. Outros não conseguem mais trabalhar por causa da idade avançada.

Ao término do culto, eles receberam um prato de arroz com curry e roupas. Os necessitados ainda permaneceram na igreja e conversaram sobre seus problemas. Assim, não se sentiram tão abandonados.

Esse é o objetivo do projeto Mãos em Ação, que nasceu com o início da crise, em 2008. "Foi quando começamos a sentir os primeiros reflexos das demissões em massa e a ouvir comentários sobre brasileiros desabrigados dormindo nas imediações da estação de Hamamatsu", conta Aleixa. "Evangélicos residentes em Kosai e Arai, que participavam de estudos bíblicos, passaram a ir encontrar esses brasileiros. Levamos sopa e, durante um período, cuidamos deles", explica o evangélico Carlos Eduardo Vilaronga. "Os moradores de rua japoneses vivem uma realidade diferente, se comparado aos brasileiros", afirma ele. "Apesar de não entendermos por que escolhem ficar na rua, tendo família e benefícios do governo, quero ajudá-los, oferecendo alimentos e a palavra de Deus. Então passamos a fazer cultos na passagem subterrânea do terminal de ônibus de Hamamatsu. As pessoas sentavam no chão, e fazíamos a leitura da Bíblia. Mas os policiais aconselharam a encontrar outro local, porque atrapalhava a passagem pública, embora a distribuição de alimentos fosse autorizada", completa.

No dia 16 de maio, a unidade em Hamamatsu da Igreja Praise Church foi inaugurada com um culto para japoneses seguido de distribuição de alimentos. A igreja está também em outras duas localidades, Iwata (Shizuoka) e Okazaki (Aichi).



Após o culto, desabrigados recebem um prato de arroz com curry, roupas e podem conversar sobre seus problemas

O que é Mãos em Ação

O Mãos em Ação é o setor da Praise Church responsável pelas atividades de assistência social. Foi criado em novembro de 2008, no início da crise econômica mundial. Em 2009, a ação arrecadou e distribuiu alimentos a famílias afetadas pela recessão. Às sextas-feiras à noite, durante visitas semanais à estação de Hamamatsu para procurar brasileiros desabrigados, a equipe passou a oferecer alimentos aos sem-teto. Ainda hoje serve cerca de 70 refeições por semana.

Três mil ienes por mês

O japonês S. tem 67 anos, 30 dos quais viveu como sem-teto. "Moro debaixo do pontilhão da linha do trem", revela. Ele alega ser perseguido pela polícia e por outros desabrigados. Diz que já foi ameaçado de morte várias vezes. "Conseguo passar o mês com 3 mil ienes (R\$ 62,55). Sabe por quê? Porque, para mim, 100 ienes (R\$ 2,08) são como se fossem 10 mil ienes (R\$ 208)", diz o idoso.

O paranaense H. H. era o único brasileiro entre os necessitados que compareceram ao culto do dia 21. No Japão desde 1991, ele está desempregado há um ano e diz que quase precisou dormir na rua. Mas o seguro-desemprego o ajudou a sobreviver durante oito meses. Após esse período, conseguiu o empréstimo da agência pública de emprego (Hello Work), mas a última parcela a receber venceria em maio. "Fui três vezes na prefeitura pedir o Seikatsu Hogo (auxílio-subistência), mas me recusaram porque tenho carro", conta. "Também vou sempre na Hello Work procurar uma vaga, mas exigem conhecimento de 80% do idioma japonês e dizem que não tem emprego, apesar de eu ter experiência em várias áreas", lamenta.

d) Reportagem publicada no jornal Nippo-Brasil em 2010. Disponível em: <http://www.nippoBrasil.com.br/dekasegui/562.shtml>

Arquivo - NippoBrasil: **Dekasegui** - 27/07/2010

Diminui número de brasileiros no Japão

Governo revela que 267.456 viviam no arquipélago em 2009 contra 312.582 em 2008

(Reportagem e Foto: Alexander Kanashiro/IPC)

O número de brasileiros no Japão caiu de 312.582, em 2008, para 267.456, em 2009. Trata-se de uma queda de 14,4%. Apesar disso, a comunidade continua sendo a terceira maior de estrangeiros no arquipélago. Os dados oficiais divulgados no dia 7 pelo Ministério da Justiça registram também queda no total de não japoneses no país. O período compreendido pelo relatório é de janeiro a dezembro de 2009.

Aichi continua sendo a província com maior concentração de brasileiros no Japão, seguida de Shizuoka, Mie, Gifu e Gunma (veja o quadro). Nagano perdeu o sexto lugar para Kanagawa e agora está na nona colocação. Shiga deixou a sétima posição, que agora pertence a Saitama. A capital Tóquio subiu do décimo quarto lugar em concentração de brasileiros para o décimo terceiro.

Já nas províncias de Shimane, Okinawa, Yamagata, Oita, Kumamoto, Tottori, Aomori e Saga houve aumento no número de brasileiros. Nesse grupo, o destaque é a província de Shimane onde a comunidade cresceu 28% – saltou de 875, em 2008, para 1.122, em 2009. De acordo com os empregadores que alistam mão de obra nesta província, o setor eletroeletrônico da região está contratando muitos trabalhadores. O dado, porém, contrasta com o alto índice de desemprego entre brasileiros residentes na região de Izumo (Shimane) no ápice da recessão. A maior redução foi registrada na província de Iwate. Em 2008, eram 373 brasileiros e, em 2009, apenas 175, uma diminuição de 53%.

A queda no total de brasileiros foi a mais acentuada entre as maiores comunidades estrangeiras no Japão. Os chineses, que eram 655.377 em 2008, somaram 680.518 em 2009, permanecendo em primeiro lugar. Já os coreanos caíram de 589.239 para 578.945, ficando com o segundo posto. Na comunidade filipina, a quarta colocada, a alta foi pequena, de 210.617 em 2008 para 211.716 em 2009. Entre os peruanos, houve queda de 59.723 para 57.464.

O Ministério da Justiça deve divulgar, em breve, o número de brasileiros em cada cidade. Todos os anos, entre junho e agosto, o órgão apresenta relatórios com os dados sobre os estrangeiros que residem e trabalham no Japão.



Brasileiros no Japão: apesar da diminuição, comunidade ainda é a terceira maior de estrangeiros no arquipélago

Número de brasileiros por província

Posição	Província	2008	2009	% (*)
1º	Aichi	79.156	67.162	-15,15
2º	Shizuoka	51.441	42.625	-17,14
3º	Mie	21.668	18.667	-13,85
4º	Gifu	20.481	17.078	-16,62
5º	Gunma	17.522	15.324	-12,54
6º	Kanagawa	14.248	13.091	-8,12
7º	Saitama	13.844	12.301	-11,15
8º	Shiga	14.417	11.384	-21,04
9º	Nagano	14.612	10.938	-25,14
10º	Ibaraki	11.430	10.200	-10,76
11º	Tochigi	8.707	7.710	-11,45
12º	Chiba	6.354	6.004	-5,51
13º	Tóquio	4.574	4.439	-2,95
14º	Yamanashi	5.028	4.318	-14,12
15º	Osaka	4.320	3.986	-7,73
16º	Hiroshima	4.259	3.808	-10,59
17º	Hyogo	3.697	3.564	-3,60
18º	Toyama	4.087	3.313	-18,94
19º	Fukui	2.601	2.393	-8,00
20º	Ishikawa	1.740	1.547	-11,09
21º	Okayama	1.845	1.490	-19,24
22º	Shimane	875	1.122	28,23
23º	Niigata	883	693	-21,52
24º	Nara	791	686	-13,27
25º	Quioto	581	558	-3,96
26º	Fukushima	478	383	-19,87
27º	Kagawa	342	331	-3,22
28º	Fukuoka	342	326	-4,68
29º	Ehime	271	257	-5,17
30º	Okinawa	235	256	8,94
31º	Yamaguchi	232	221	-4,74
32º	Hokkaido	195	193	-1,03
33º	Miyagui	220	187	-15,00
34º	Iwate	373	175	-53,08
35º	Yamagata	162	169	4,32
36º	Wakayama	118	106	-10,17
37º	Ooita	87	95	9,20
38º	Kumamoto	59	65	10,17
39º	Tokushima	57	48	-15,79
40º	Kagoshima	50	46	-8,00
41º	Miyazaki	47	44	-6,38
42º	Tottori	35	36	2,86
43º	Nagasaki	36	33	-8,33
44º	Aomori	30	32	6,67
45º	Saga	18	21	16,67
46º	Kochi	21	18	-14,29
47º	Akita	13	13	0,00
Total		312.582	267.456	-14,44

(*) Em relação ao ano anterior

e) Reportagem publicada pela BBC em 2009. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090828_dekasseguis_ewerthon_rw.shtml

Atualizado em 28 de agosto, 2009 - 08:51 (Brasília) 11:51 GMT

Envie por e-mail Versão para impressão

JAPÃO >

Crise força retorno de 54 mil brasileiros do Japão

Ewerthon Tobace
 De Tóquio para a BBC Brasil

A crise econômica e o aumento do desemprego no Japão provocaram uma queda recorde de 17,2% no número de imigrantes brasileiros no país.

Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão, desde setembro do ano passado, início da crise financeira internacional, 54.709 brasileiros deixaram o país. No final de 2007, havia 316.967 brasileiros registrados no país.

Somente nos seis primeiros meses de 2009, a comunidade brasileira no país encolheu em 41.887 membros, gerando uma queda de 13,4% em relação ao total de 312.582 brasileiros registrados no país no fim de 2008.

"O desemprego gerado pela crise econômica é a principal causa dessa debandada de trabalhadores", aponta Roberto Maxwell, mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Shizuoka e especialista em migrações internacionais.

Em mais de 20 anos, desde o início da chegada dos primeiros imigrantes brasileiros ao país, este foi o segundo registro de queda neste número.

A outra retração aconteceu em 1998, ápice da recessão anterior enfrentada pelo Japão. Na ocasião, cerca de 11 mil brasileiros retornaram ao Brasil, uma queda de quase 5% no número total da população de kassegui.

Índice recorde

O desemprego é justamente o motivo que levou Hélio Kazuaki Ueta, 56, a tomar a decisão de voltar com toda a família para o Brasil.

Ele já começou a fazer as malas e deve embarcar de volta para São Paulo no fim do mês que vem.

"Sei que a situação não vai melhorar e, mesmo que isso aconteça, não teria chance de voltar ao mercado de trabalho por causa da idade e do pouco conhecimento do idioma japonês", justifica o brasileiro, que ficou sete anos no país e há quase um ano não consegue emprego fixo.

"Fiz alguns bicos nesse período e também recebi seguro-desemprego", conta.

Ueta diz acreditar que a situação no Brasil também não está tão boa. Sem previsão de conseguir um emprego por lá também, ele pensa em virar fotógrafo e abrir um negócio próprio.

"Acho que a recuperação econômica do Brasil vai ser mais rápida que a do Japão", opina ele.

Segundo dados divulgados pelo governo do Japão nesta sexta-feira, o índice de desemprego no país é o pior desde o fim da Segunda Guerra.

Ele subiu 0,3 pontos percentuais em julho, e chegou a 5,7%. O número bateu o recorde anterior, registrado em abril de 2003, que foi de 5,5%.

Ajuda do governo

Muitos dos que estão voltando agora ao Brasil deram entrada no esquema de ajuda para regresso oferecido desde abril deste ano pelo governo japonês a imigrantes peruanos e brasileiros.

Esse auxílio contempla cada imigrante com um valor de cerca de US\$ 3 mil. Seus dependentes ganham mais US\$ 2 mil cada.

No entanto, um dos requisitos é que ele não volte ao Japão por um período mínimo de três anos.

De 1º de abril até o início de agosto, um total de 9.762 pedidos haviam sido feitos para receber essa ajuda. A grande maioria, segundo o Ministério da Justiça, de brasileiros.

Mas o número de solicitações é bem baixo em relação à quantidade que já deixou o país. Para Maxwell, isso acontece porque os brasileiros ainda acreditam numa melhora da situação econômica, o que possibilitaria uma volta rápida às linhas de montagem das fábricas japonesas.

"Além disso, essa ajuda é muito pouca. Ninguém quer correr o risco de chegar ao Brasil, não conseguir emprego lá também e ainda não ter como voltar ao Japão por causa da condição de ter de esperar três anos para tentar retornar", sugere.

Estabilização

Apesar dos dados negativos, essa redução no número de brasileiros que vive no Japão tende a se estabilizar agora no segundo semestre.

"Acredito que não vai haver outra enxurrada de brasileiros deixando o Japão, mesmo com o fim do período de recebimento do seguro-desemprego", opina Maxwell.

Dados do Ministério da Justiça comprovam essa tendência. No primeiro trimestre deste ano, o saldo da diferença de entradas e saídas do país foi de 27.304 negativos. Já de abril a junho, a diferença negativa foi de 14.583.

"As pessoas que voltaram no início do ano começaram a dar notícias aos que ficaram sobre a situação no Brasil, que também não está nada fácil", justifica Maxwell. "Por isso, muitos vão tentar ficar aqui até quando der, mesmo que passem por dificuldades financeiras", diz.

As agências de viagem também confirmam a tendência de queda no número de saídas. Segundo a Alfainter, empresa especializada em viagens para América do Sul, as reservas de passagens são bem menores neste segundo semestre em relação ao primeiro.

Envie por e-mail Versão para impressão



O dekasagui Hélio Kazuaki Ueta está de malas prontas para voltar ao Brasil

f) Reportagem publicada pela BBC em 2009. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090828_japaovale_np.shtml

Atualizado em 28 de agosto, 2009 - 01:44 (Brasília) 04:44 GMT

✉ Envie por e-mail 🖨 Versão para impressão

JAPÃO ▶

Desemprego no Japão é o mais alto desde a 2ª Guerra Mundial

A taxa de desemprego no Japão no mês de julho atingiu 5,7% - a maior desde a 2ª Guerra Mundial -, segundo dados divulgados pelo governo nesta sexta-feira.

O total de desempregados no país chegou a 3,5 milhões e aumentou pela nona vez consecutiva. Em junho, o índice foi de 5,5%.



O fim da recessão ainda não foi sentido pelos japoneses

Segundo o correspondente da BBC em Tóquio Roland Buerk, as empresas japonesas continuam demitindo funcionários, apesar da recuperação econômica registrada no segundo trimestre deste ano.

Nesse período, a economia do Japão deu sinais de melhora após 12 meses consecutivos de queda e registrou crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,7%.

[Leia na BBC Brasil: Economia japonesa cresce 0,9% e sai da recessão](#)

Buerk afirma que, apesar do fim da recessão, os benefícios da recuperação econômica ainda não foram sentidos pelas famílias e trabalhadores japoneses.

Outros dados divulgados nesta sexta-feira indicam que os preços ao consumidor de itens essenciais, excluindo alimentos, caíram 2,2% em julho em relação ao mesmo período do ano passado - a maior queda já registrada.

Os novos dados sobre o desemprego são divulgados apenas dias antes das eleições gerais no país. Segundo Buerk, a notícia pode ser um "golpe" contra o primeiro-ministro, Taro Aso.

Pesquisas recentes indicam que o partido do premiê, o Liberal Democrata, que está no poder há 53 anos, poderia ser derrotado no pleito.

g) Reportagem publicada pela BBC em 2009. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090501_desemprego_japao_et_rw.shtml

ECONOMIA ▶

Imigrantes brasileiros protestam em meio a alta recorde de desemprego no Japão

Ewerthon Tobace

De Tóquio para a BBC Brasil

O dia 1º de maio foi marcado no Japão pela notícia do aumento acima do esperado do índice de desemprego, que subiu para 4,8% em março, e por protestos de trabalhadores por todo o país.

Em Tóquio e em Hamamatsu, imigrantes brasileiros também fizeram manifestações, em protesto contra a discriminação de estrangeiros no mercado de trabalho.



Imigrantes brasileiros protestaram em Tóquio e em Hamamatsu (foto: Ewerthon Tobace / BBC Brasil)

Segundo o Ministério das Comunicações e Assuntos Internos, 670 mil pessoas perderam o emprego em março. No total, o país tem hoje pouco mais de 3,3 milhões de desempregados.

Na comparação com fevereiro, a taxa de desemprego teve um aumento de 0,4%, considerado pelo governo japonês um aumento mensal recorde. É o mais rápido crescimento desde 1967.

De acordo com os dados apresentados pelo governo, existem hoje no Japão 100 desempregados para cada 52 vagas. Esse é o índice mais baixo desde 2002.

Kaoru Yosano, ministro da Economia e Política Fiscal, disse à imprensa japonesa que o governo está tentando melhorar a situação do mercado de trabalho com um conjunto de medidas para combater a crise.

Entre as ações está o fornecimento de uma ajuda pública para que as empresas não demitam os funcionários. Somente em março, mais de 48 mil empresas pediram esse subsídio do governo. O número é 57,5% maior que o mês anterior.

No entanto, a maioria dos analistas e sindicalistas dizem não acreditar que a situação vá melhorar a curto prazo. "A situação é difícil, principalmente para imigrantes", disse à BBC Brasil Sachi Takaya, vice-presidente da Rede de Solidariedade com Migrantes do Japão. "Nós prevemos que vai haver muito mais demissões ainda esse ano", emendou.

Protestos

Diversos protestos foram realizados por todo o Japão. Em Tóquio, os sindicatos da região conseguiram reunir cerca de 10 mil pessoas, que participaram de um ato público e, depois, seguiram em passeata pelas principais ruas do centro.

Além de empregos, os manifestantes exigiam mais rigidez do governo contra os abusos de empresas, ajuda à famílias necessitadas, entre outros pedidos.

Grupos de imigrantes brasileiros também participaram das manifestações. Na capital japonesa, um pequeno grupo, carregando bandeiras do Brasil, protestou contra a discriminação contra estrangeiros.

"Na fábrica onde trabalhava só os brasileiros foram demitidos", contou Paulo Roberto Ito, 36. Há 17 anos no Japão, o paulista trabalhou por 10 anos numa fábrica de alumínio e, em fevereiro deste ano foi cortado, junto com outros conterrâneos.

"Não queremos ir embora daqui, mas precisamos ser tratados com direitos iguais aos dos japoneses", disse o brasileiro, que vive do seguro desemprego e teve de se mudar com a família para casa do sogro.

Outra brasileira, Mieko Shinkai, de 60 anos, de Belém (PA), emocionou os japoneses com sua história. Ela teve a oportunidade de contá-la durante a manifestação.

Vítima de acidente de trabalho, a brasileira perdeu parcialmente a audição, foi demitida e agora tenta receber a indenização a que teria direito.

Em Hamamatsu, na província de Shizuoka, cidade que concentra a maior comunidade brasileira do Japão, cerca de 300 brasileiros participaram de uma passeata organizada pelos sindicatos locais.

Além de fazer reivindicações trabalhistas, eles protestaram contra a ajuda de US\$ 3 mil dólares que o governo japonês está dando para brasileiros e peruanos deixarem o Japão.

Na cidade, segundo associações locais, cerca de 30 famílias já deram entrada no pedido e devem embarcar de volta ao Brasil no começo de maio. Mas muitos de kasseguis consideram a medida discriminatória e reclamam do fato de o governo não permitir que os beneficiados pelo esquema possam retornar ao Japão a curto prazo.



Brasileiros reclamam de discriminação no mercado de trabalho (foto: Ewerthon Tobace / BBC Brasil)

h) Reportagem publicada no Gambareem 2008. Disponível em: <http://gambareem.uol.com.br/2010/07/08/numero-de-residentes-brasileiros-no-japao-cai-144-em-um-ano/>

Notícias	MATÉRIAS
Japão	Número de residentes brasileiros no Japão cai 14,4% em um ano
Comunidade	<i>População verde-amarela era de 267 mil habitantes no fim de 2009</i>
Esportes	por Redação Gambareem!
Artigos	08.07.2010
Arquivo	<p>O número de brasileiros residentes no Japão caiu 14,4% em um ano. Entre o fim de 2008 e o fim de 2009, o número de brasileiros em solo nipônico diminuiu de 312 mil para 267 mil. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Justiça do Japão, terça-feira 8.</p>
Edições Virtuais	
Guia Dekassegui no Brasil	<p>O número total de estrangeiros no arquipélago, por sua vez, caiu em 31 mil indivíduos, para 2,186 milhões. É a primeira queda desde 1961.</p> <p>Por província, Aichi é a que teve a maior queda - uma redução de 13,6 mil em sua população de estrangeiros, que ficou em 215 mil.</p> <p>O departamento de imigração do Japão atribui as quedas à diminuição de ofertas de emprego em áreas industriais do país, frente a recessão econômica global.</p>
BUSCA!	<input type="text"/> <input type="submit" value="BUSCA"/>
Serviços	<input type="button" value="»"/> Montadoras japonesas têm aumento de produção <input type="button" value="«"/> Desemprego no Japão aumenta em maio
Aulas de Japonês	
Previsão do Tempo	
Agenda	
Conversor de Moedas	
Telefones Úteis	
Edições anteriores	
Grupos de Taiko	
Fale Conosco	